

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

CÍNTIA ANNIE DE PAULA FERREIRA

**CAMINHOS E MEMÓRIAS:
O “ESPÍRITO DO DOM” E A CONSTRUÇÃO DE UMA CARREIRA POLÍTICA**

Seropédica

2014

CÍNTHIA ANNIE DE PAULA FERREIRA

**CAMINHOS E MEMÓRIAS:
O “ESPÍRITO DO DOM” E A CONSTRUÇÃO DE UMA CARREIRA POLÍTICA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Dra. Caetana Maria Damasceno

Seropédica

2014

322.1

F383c

T

Ferreira, Cíntia Annie de Paula, 1989-
Caminhos e memórias: o "espírito do dom"
e a construção de uma carreira política / Cíntia
Annie de Paula Ferreira - 2014.
159 f.: il.

Orientador: Caetana Maria Damasceno.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-
Graduação em História.

Bibliografia: f. 146-159.

1. Religião e política - Teses. 2.
Profissões - Teses. 3. Carisma (Traço da
personalidade) - Teses. 4. Partidos políticos -
Teses. 5. Eleições - Teses. 6. Protestantismo -
Teses. I. Damasceno, Caetana Maria, 1944-. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

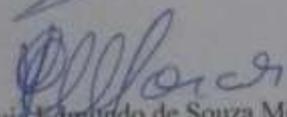
CÍNTIA ANNIE DE PAULA FERREIRA

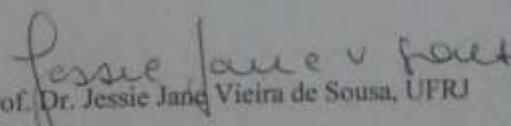
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/03/2014

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Cássia Maria Damasceno
Orientadora e Presidente, UFRRJ


Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes, UFRRJ


Prof. Dr. Jessie Jane Vieira de Sousa, UFRJ

Dedico este trabalho a meus pais,
Bráulio e Sonia, pelo amor de sempre.
Dedico este trabalho a meu companheiro,
Leandro, pelo amor de agora.

AGRADECIMENTOS

A dedicação integral à pesquisa e aos estudos apenas foi possível graças à bolsa de Demansa Social concedida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRuralRJ e pela Coordenação de Aperfeiçoamento Técnico/CAPES.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ agradeço pelas incessantes vezes que nossos projetos foram discutidos e pelas respostas sempre solícitas. Às professoras Vânia Moreira, Margareth Gonçalves, Rebeca Teixeira, agradeço pela convivência. Por me emprestar seus livros e doar sempre que possível um pouco do seu tempo agradeço à professora Adriana Barreto. Não posso deixar de mencionar também os nomes dos professores Ricardo de Oliveira e Jean Sales pelas frases curtas, porém animadoras nos corredores da Universidade. O curso oferecido pelos professores Roberto Guedes Ferreira e Carlos Kelmer ampliou minha percepção sobre a História Social. Em especial, agradeço ao professor Luis Edmundo Moraes, que influenciou de muitas formas a minha maneira de pensar a História.

À banca de qualificação, Renata de Castro Menezes e Luis Edmundo de Souza Moraes, pelo convite aceito, pela atenção e pelos comentários enriquecedores. Minha eterna gratidão por aceitarem fazer parte desse “ritual de passagem”. Não posso ocultar o carinho e dedicação da professora Renata Menezes no curso oferecido no PPGAS. As caminhadas pela manhã em direção às aulas no Museu Nacional complementavam o encanto que havia sentido apenas quando circulava pela UFRuralRJ.

À banca examinadora, Luis Edmundo de Souza Moraes e professora Jassie Jane Vieira de Souza, pelo convite aceito e pelas críticas construtivas. Agradeço pelo privilégio de recebê-los nesse “ritual de passagem”.

Aos meus colegas Tadeu Pamplona, Adriana Serafim, Hugo Borba, Leila Pires, Rafael Vianna, Cristiane Coimbra, Eduardo Sabione e Natália Coelho, por compartilharem experiências, expectativas, ideias e pelo incentivo. Agradeço em especial à Camila Oliveira e à Ana Paula Balduino, pelo abrigo que me ofereceram sempre que precisei. Não poderia deixar de agradecer o incentivo e bom humor ofertados constantemente por Cíntia Pitzer. E à Tatiane Duarte, que nunca negou ajuda sempre quando precisei da sua leitura.

Aos meus colegas do CEDERJ, que me acompanharam em minha inexperiente atividade docente, tarefa que, de certa forma, também contribuiu para as reflexões finais que

originaram este texto. Meus sinceros agradecimentos a Airan Borges, Marcelo Fernandes, Conceição Franco, João Bosco, Lair Amaro e Giovani Anício.

Agradeço a Ricardo Dias Campos pela generosidade da Casa Amarela, com abrigo sempre generoso e confortável.

Todas as palavras citadas em agradecimento não seriam suficientes para descrever o estímulo, não apenas intelectual, da minha orientadora, Caetana Maria Damasceno. Pela paciência, mesmo diante das minhas repetidas necessidades de discussão sobre os mesmos problemas, temas e autores. Pela colaboração não restrita ao universo acadêmico, ao influenciar os meus interesses (culinária, cinema e literatura), meus sonhos, minha visão acerca do mundo. Por acreditar no meu trabalho. Por me deixar circular pelos preciosos arquivos da pesquisa sem os quais esta dissertação não existiria.

A meus irmãos, cunhadas, tios e tias, avôs e avós, padrinhos e madrinhas, por todas as diferenciadas formas de demonstrarem seu incentivo e apoio ao meu trabalho.

Por reacenderem em mim sentimentos que foram se perdendo ao longo do caminho, agradeço sempre a Arturzinho, Maria Fernanda, Marie-Louise e Jhonatan.

Agradeço a meu pai Bráulio Silva Ferreira pelo respeito e apoio às minhas improváveis escolhas. Minha mãe, com sua *trajetória* singular, sempre foi um exemplo de caráter, de dedicação e de carinho por tudo que faz na vida. Tentei seguir esse exemplo aqui. Agradeço também a meus pais, pelas experiências que me proporcionaram. Algumas delas incendiaram em mim o interesse por política e religião. Enfim, nos momentos de desilusão, seus anseios pelo meu futuro se transformaram em combustível para a minha persistência.

Finalmente, agradeço a meu querido companheiro, que indiscutivelmente me acompanhou em toda esta caminhada e, com paciência, respeitou os ganhos e perdas dos meus últimos anos de trabalho. Por me ajudar a tornar possível, o que sempre me pareceu inalcançável.

De fato, como se pode corrigir o mundo público brasileiro por meio de leis impessoais, se não se faz simultaneamente uma séria crítica das redes de amizade e compadrio que embebem toda a nossa vida política, institucional e jurídica? Nosso resultado, então, é que, à crítica prática que fala com o idioma da economia e da política pelo mundo da rua, seria preciso somar a linguagem da casa e da família e, com ela, o idioma dos valores religiosos que também operam e, por isso, determinam grande parte do comportamento profundo do nosso povo. Tudo isso, diria eu, no sentido de somar um pouco mais a casa, a rua e o outro mundo, aproximando um pouco mais essas esferas (DAMATTA, 1986, p.81).

Segue-se que a lógica do voto, em geral considerada paradigmaticamente democrática, é duplamente desfavorável aos dominados: por um lado os agentes não possuem todos no mesmo grau os instrumentos, notadamente o capital cultural, necessários para produzir uma opinião pessoal, no duplo sentido de autônoma e conforme à particularidade dos interesses vinculados a uma posição específica (o que significa que o voto só será verdadeiramente o sufrágio universal que se pretende que seja quando se universalizarem as condições de acesso ao universal); por outro lado, o modo de produção atomístico e agregativo, caro à visão liberal, é favorável aos dominantes que, pelo fato de ter as estruturas da ordem social funcionando a seu favor, podem contentar-se com estratégias individuais (de reprodução), enquanto os dominados não tem chance alguma de escapa a alternativa da demissão (por meio da abstenção) ou da submissão, a não ser que abandonem a lógica, para eles profundamente alienante da escolha individual (BOURDIEU, 2005, p.28)

RESUMO

FERREIRA, Cíntia Annie de Paula. **Caminhos e Memórias: o “espírito do dom” e a construção de carreiras políticas**. Seropédica, RJ. 159p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Esta dissertação versa sobre o processo de construção da carreira de um político evangélico entre a década de 1980 e 2010. Acredita-se que o estudo relativo a essa trajetória microscópica de um presbítero assembleiano abra caminho para a reflexão atinente a certas formas de justaposição entre as normas do universo político e de outras instâncias sociais. Para tanto, defende-se aqui a relevância do sistema de normas do “espírito do dom” enquanto ordenador das relações que se desenvolvem no “campo político”. Entre as indagações levantadas neste estudo, encontra-se a perda de eficácia política do Partido Democrático Brasileiro e a expansão da presença evangélica no espaço público a partir de rituais de pentecostalização do espaço público, que se mostraram eficazes para agregar os interesses de um conjunto heterogêneo de religiosos. Procura-se mostrar que há um sistema de normas que deve ser seguido independentemente da posição que cada agente ocupe em uma dada estrutura hierárquica. Defendemos que o tipo de carisma político desenvolvido por este sujeito diferiu-se dos demais exatamente porque aparentemente trata-se de uma trajetória política descendente. Porém, ao aproximar o olhar observamos que PEDRO converte os capitais adquiridos: de representante de um determinado grupo para quem os recursos básicos são ofertados pelo Estado de forma escassa, transforma-se em um mediador entre os interesses destes indivíduos e dos políticos, ocupando o posto de chefe do Partido Social Cristão em Seropédica.

Palavras-chave: Construção de carreiras. Política e religião. Carisma político. Partidos Políticos. Eleições. Evangélicos.

ABSTRACT

FERREIRA, Cínthia Annie de Paula. **Paths and memories: the “*espírito do dom*” and politics career construction** . Seropédica, RJ. 159p. Master's thesis (Masters in History - Power Relations, Labour and Cultural Practices) Humanities Institute, Universidade Federal Rural from Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

This study deals with the construction process of an evangelical political career in the period from 1980 to 2010. We believe that a careful study of career trajectory from a *presbyter* of Assemblies of God would open space for reflection on overlap ways between the rules of political fields and other social instances. To this end, here we argue about the relevance of standards of the "spirit of the gift" system while authorizing the relationships that develop in the "political arena". Among questions that have raised in this study, is the loss of political efficacy of *Partido Democrático Brasileiro* and the expansion of evangelical presence in public space, through Pentecostal rituals in public spaces, what has proved to be effective for aggregating the interests of one set of religious. Also, it will be shown a system of rules that must be followed regardless the position that each agent occupies in a given hierarchy structure. We argue that the kind of political charisma developed by this individual differed from the others exactly which converts the acquired capital: a representative of a particular group for whom the basic features are offered by the State sparingly, PEDRO becomes a mediator between the interests of these individuals and politicians, occupying the post of head of the *Partido Social Cristão* in *Seropédica*.

Key-words: politics career construction, politics and religion, political charisma, political parties, elections, evangelicals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quociente Eleitoral.....	40
Figura 2 - Pintura com o símbolo do Mutirão Eldorado.....	56
Figura 3 - Mutirão de Assentamento Rural em Seropédica/RJ	57
Figura 4 - Visão interna do templo	62
Figura 5 - Visão externa do templo	63
Figura 6 - Candidatos recebem a bênção do pastor Isaías.....	65
Figura 7 - Cabos eleitorais distribuem os “santinhos” dos candidatos após o culto	67
Figura 8 - Placa de campanha do pastor Neemias nas eleições de 2004 em Seropédica.	68
Figura 9 - Estandarte da Catedral das ADs do 40 km.	83
Figura 10 - Faixa de divulgação do “1º Feriado Religioso” afixada na Igreja Catedral das ADs do Km 40.	84
Figura 11 - Adesivo de propaganda eleitoral do candidato ao cargo de deputado federal Manoel Pereira. Ao lado, adesivo de propaganda eleitoral do candidato ao cargo de deputado estadual Tiago Gonçalves.....	84
Figura 12 - Fotos do Projeto Jesus na Estrada. À esquerda, três religiosos levantam as faixas na entrada da UFRRJ. À direita, um grupo de religiosos seguram faixas em frente ao CTUR.	85
Figura 13 - Fotos do Projeto Jesus na Estrada. As duas imagens mostram um grupo de religiosos, em frente ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, citando frases cristãs aos carros que passavam pela BR-465.	85

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Assembleia de Deus
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CTUR	Colégio Técnico da Universidade Rural
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
CEASA	Centro de Entrepasto de Alimentos Sociedades Anônimas
FPE	Frente Parlamentar Evangélica

LISTA DE PARTIDOS

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSC	Partido Social Cristão
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PR	Partido da República
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
DEM	Democratas
PP	Partido Progressista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS E A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS POLÍTICAS	28
2.1	A POLÍTICA ANTES DO PARTIDO: A INSERÇÃO NO COTIDIANO DA POLÍTICA.....	31
2.2	DE EVANGÉLICO POLÍTICO A POLÍTICO EVANGÉLICO: DA “POLITIZAÇÃO PENTECOSTAL” À “PENTECOSTALIZAÇÃO DA POLÍTICA”	44
2.3	DA EFICÁCIA POLÍTICA DO PDT À “POLITIZAÇÃO PENTECOSTAL”: UM “EVANGÉLICO POLÍTICO”.....	46
2.4	A INSERÇÃO NA REDE SOCIAL DO POLÍTICO ZEALDO AMARAL: O CARGO DE SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO DE SEROPÉDICA.....	49
2.5	ALIANÇAS POLÍTICAS E O UNIVERSO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: ANTENOR GONÇALVES X ZEALDO AMARAL.....	55
2.6	UM RITUAL DA <i>SANTA CEIA</i> : A “PENTECOSTALIZAÇÃO DA POLÍTICA”	62
3	A “PENTECOSTALIZAÇÃO” DA POLÍTICA E A TROCAS DE BENS MATERIAIS E SIMBÓLICOS.....	71
3.1	A PRESENÇA EVANGÉLICA NO ESPAÇO PÚBLICO	72
3.1.1	Da eficácia dos rituais de “pentecostalização” do espaço público.....	73
3.2	REGRAS DE CONDUTA: AS NOMEAÇÕES COMO OBRIGAÇÕES MORAIS ..	86
3.3	UM CONSENSO SOBRE O SENTIDO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	94
3.4	QUANDO AS REDES POLÍTICAS SÃO MAIS EXTENSAS QUE AS OBRIGAÇÕES MORAIS LOCAIS.....	97
4	MUITO ALÉM DE SER POLÍTICO OU EVANGÉLICO: REPUTAÇÃO, HONRA E RESPEITO	103
4.1	A NATUREZA SIMBÓLICA DAS TROCAS QUE AINDA ORDENAM A SOCIEDADE	104
4.2	A COMPLEXIDADE DAS REGRAS DO “ESPÍRITO DO DOM”: AS REDES ESFACELADAS E O CARISMA DESFEITO	112
4.2.1	A rejeição do porta-voz	114

4.3	CONVENÇÃO DO PSC: REARRANJOS E O “TEMPO DA POLÍTICA” EM SEROPÉDICA	117
4.4	OUTRA ARENA POLÍTICA: NOVOS ATORES	119
5	DE CANDIDATO A CHEFE DE PARTIDO	123
5.1	MAIS EVANGÉLICO NA IGREJA DO QUE NO PARTIDO: PEDRO RETOMA ANTIGOS LAÇOS	125
5.2	UM RITUAL DA SANTA CEIA E A TRANSMISSÃO GENEALÓGICA DE CAPITAL POLÍTICO	127
5.3	DE VOLTA AO PARTIDO	129
5.4	DIFERENTES FORMAS DE INSERÇÃO NO CAMPO POLÍTICO E DE CONVERSÃO DE DONS	Erro! Indicador não definido.
5.5	O CARISMA DO ASSEMBLEIANO PEDRO: A CONVERSÃO DE OUTROS CAPITAIS	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6.1	UMA HIPÓTESE SOBRE O CAMPO POLÍTICO	133
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE A – DIAGRAMA POLÍTICO DE SEROPÉDICA	Erro! Indicador não definido.
	APÊNDICE B – TABELA DE POLÍTICOS EVANGÉLICOS ELEITOS EM 2004	149
	ANEXO A – ÍNDICE DE ENVAGÉLICOS CENSO 2000	150
	ANEXO B – RESULTADO DAS ELEIÇÕES - 1996	151
	ANEXO C – RESULTADO DAS ELEIÇÕES - 2000	152
	ANEXO D – RESULTADO DAS ELEIÇÕES - 2004	153
	ANEXO E – FOTO DA CONVENÇÃO DO PSC REALIZADA EM SEROPÉDICA EM 2004	154

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui um estudo sobre o processo de construção da carreira de um político evangélico: PEDRO¹, desde seu ingresso na política, ainda na década de 1980 até a última projeção eleitoral municipal que esta pesquisa pôde acompanhar, em 2012.

Num olhar superficial sua trajetória política não apresenta nenhuma excepcionalidade. Um candidato evangélico cujas campanhas não ganham muita proeminência no município ou mesmo na Baixada Fluminense. Ingressou em vários partidos políticos, embora tenha defendido os mesmos programas. Optou pelo Partido Democrático Trabalhista no início de sua carreira e depois no Partido Social Cristão alcançou um cargo que com destaque local: chefe do partido no município. Durante toda a trajetória pertenceu a mesma denominação igreja e foi membro da mesma igreja, a catedral das Assembleias de Deus no 50km de Seropédica.

Exceto pelo destacado cargo político que passara a ocupar após as eleições de 2012, não havia nos dados que nos levam a essa história de vida algo de proeminente que gerasse uma curiosidade imediata para uma pesquisa. Foram as perguntas que suas trajetórias política e religiosa nos permitiram levantar que provocaram o desenvolvimento da análise que se desenvolve nesta dissertação. Entre elas: por que a reprodução de cinco candidaturas consecutivas para o mesmo cargo se nenhuma delas lhe garantiu acesso ao legislativo municipal? O que nos levou a questionar quem são os personagens que se inserem na cena política com um destaque público muito limitado, mas que ocupam papéis complexos, por exemplo, no alcance de votos. Num sistema Republicano que se pretende democrático não seriam os votos o motor de alimentação desse processo? Portanto, os indivíduos que ocupam papéis relevante no processo de acesso aos votos não teriam também um papel relevante na política institucional? Num cenário onde as plataformas políticas são pouco discutidas pelo eleitores quais seriam os procedimentos que conduziriam o sistema político?

As questões levantadas também nos levam a entender que é importante identificar os limites impostos a análise proposta. Um deles é a percepção de que ao procuramos alcançar o significado da cultura política num espaço muito reduzido, não poderíamos entender os evangélicos assembleianos residentes em Seropédica como um todo homogêneo. Na verdade

¹ A opção por identificá-lo através de um nome fictício é justificada pela tentativa de proteger sua identidade, pois a sua atuação como “interlocutor” e, muitas vezes, como “mediador” entre os diversos domínios pelos quais esteve presente, poderia expor sua imagem. A consequência dessa opção foi a consciência de que para protegermos a sua integridade teríamos que modificar também os nomes dos políticos e figuras de destaque citados. Portanto, todos os nomes são fictícios, excetos dos políticos cuja identidade possui destaque nacional.

questionamos certa homogeneidade em relação ao voto dado por um grupo. Foi diante de tal limite que optamos por uma análise linear da sua trajetória, a propósito de uma construção didática do texto. Mas não ignoramos o fato de que o sentido dado à essa trajetória é também fruto da nossa leitura sobre os documentos.

A religião assembleiana é aqui estudada pois é uma das articulações e representações simbólicas do político no momento que nos debruçamos sobre a trajetória política estudada. Entendemos a noção de evangélico como sinônimo de protestante e também de pentecostal. Isso porque, a maioria dos atores sociais se identifica ora como evangélicos, ora como pentecostais. Do mesmo modo, as Igrejas a que estes agentes estão filiados, se considerarmos a literatura utilizada, enquadram-se na categoria “*pentecostal*”². Vale destacar que, se considerarmos a tipologia analisada por Freston, percebemos uma fluidez do próprio termo pentecostalismo (classificados por diferentes autores como “clássico”, “autônomo”, “igrejas de mediação”, etc. Assim, Freston assinala que, “*evangélico é a identificação que une e permite ações conjuntas: e o nome denominacional (‘batistas’, ‘metodistas’ etc.) é a identificação que diferencia e justifica a existência de organizações múltiplas*”³. Por fim, ressaltamos que as características comuns do movimento pentecostal serão explicitadas ao longo desta narrativa

Optamos pelo mapeamento dessa trajetória, pois acreditamos que sua análise abre caminho para pensarmos certas formas de justaposição entre as normas do universo político e de outras instâncias sociais, como, por exemplo, o universo religioso. O que visamos, a partir da investigação de alguns rastros deixados por esse indivíduo ao longo da construção de sua carreira política, foi demonstrar uma das formas de sobreposição entre esses dois domínios sociais. Para tanto, buscamos compor alguns dos pontos nodais da rede de sociabilidade política e religiosa pela qual PEDRO circulou ao longo de vinte anos. Tamanha extensão da rede construída que esses vínculos chegaram mesmo a ser uma das justificativas para a escolha desta trajetória. Este indivíduo foi um importante mediador entre o grupo de pesquisa e os domínios nos quais se inseriu. O acesso à parte dos dados que permitem a construção desta narrativa somente foi possível por causa, muitas vezes, da intervenção desta personagem.

² Cf. FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. 303. Tese (Doutorado em 03/12/1993) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993

³ Ibid., p.3.

Antes de seguir de perto alguns indícios deixados por nosso objeto de investigação, convém explicar que, quando defendemos a ideia de que a política não é praticada somente pelos nomes que ganharam notoriedade, mas também por pessoas que, à primeira vista, seriam apáticas às regras de funcionamento da política institucional, nossa preocupação repousa no fato de que há, entre eleitores e candidatos, uma relação dual na qual ambos dispõem de capitais, em maior ou menor medida, para interferir ou modificar o sistema político.

Para lidar com essa ideia, apropriamo-nos do conceito de “cultura popular” a partir de dois vieses historiográficos. Para Ginzburg, a “cultura popular” é fruto de certa *polifonia* de vozes que, em disputa, com maior ou menor intensidade, definem seus conteúdos, suas interpretações de mundo e, entre outras coisas, sua relação com os grupos dominantes.

[...] o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de “cultura primitiva” é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe [...] A essa altura começa a discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes. Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?⁴

De outro modo, Edward Thompson nos orienta a não cair na falácia da generalização a partir desse conceito. Portanto, é preciso circunscrever os agentes sociais investigados ao universo social no qual suas práticas e representações de mundo social têm um significado, não exatamente homogêneo, mas um sentido comum.

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistemas de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados” [...]. Nesse ponto as generalizações dos universais da “cultura popular” se esvaziam, a não ser

⁴ GINZBURG, 1993, p. 12.

que sejam colocados firmemente dentro dos contextos históricos específicos [...] ⁵

É dentro dessa *bricolage* dos preceitos distintos de autores inseridos no bojo da História Cultural e da História econômico-social que procuramos definir o conceito de “cultura popular” orientador da análise aqui proposta. Buscamos não nos deixar levar pela simples generalização, por dicotomias, ou mesmo pelo populismo invertido. Entendemos que este trabalho limita-se a análise da percepção que alguns indivíduos projetam sobre seu próprio universo social. Isto não impede que ao longo da análise lancemos pequenos fechos de luz sobre traços mais gerais relativos à outros grupos sociais, uma vez que a rede de sociabilidade que buscamos analisar não se restringe aos limites que estabelecemos à este trabalho. Podemos dizer que a historiografia ainda possui um olhar bastante endurecido sobre o que propomos discutir, desconsiderando o surgimento de novos atores sociais, a atuação de novos grupos e novas práticas na política. O que nos conduziu a esse cenário pouco explorado foi exatamente o fato de explorarmos dados empíricos. Entendemos os problemas acarretados por essa opção, mas os dados conduziram nosso olhar por esses pontos que permanecem ainda pouco explorados. Percebemos que há na historiografia brasileira ⁶ poucos trabalhos que abordem o tema da construção de carreiras de políticos religiosos. *Quando estes personagens são escolhidos como objeto de estudos, geralmente ocuparam papel de destaque no cenário político municipal, estadual ou federal.* O que justifica a produção deste trabalho é o fato de que acompanhar a construção da trajetória de PEDRO nos permitiu entrever que, em primeiro lugar, além dos personagens que adquiriram notoriedade cenário político, a política partidária também é construída por indivíduos que aparentemente não teriam uma atuação relevante, como PEDRO, que construiu seu próprio capital político aprendendo a posicionar-se em pontos nodais do intrincado laço de relações sociais no qual estava inserido. Essa constatação nos conduziu a percepção de que, no “campo político”, também, interferem as regras de ordenamento dos laços sociais que interconectam redes religiosas, partidárias, de parentela, etc. Por isso, a justificativa para apropriarmos-nos da noção de “espírito do dom”, lógica

⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13-24.

⁶ Em relação ao tema a partir do qual esta dissertação se desenvolve, além da literatura trabalhada, encontramos uma vasta bibliografia de análises sócio-históricas na literatura estrangeira, principalmente francesa. Contudo não foi possível dar conta do diálogo com estes autores ao longo do período de elaboração e desenvolvimento desta pesquisa. Cf. LEPETIT, Bernard (org.). **Les formes de experience: une autre histoire sociale.** Albin Michel, 1995.

normatizadora das trocas de capitais simbólicos e materiais, na esfera da “pequena política”, e que influi constantemente no mundo da “grande política”⁷.

Imbuídos nos preceitos da Nova História Política retomamos o estudo de temas clássicos: partidos, eleições, biografias políticas. Observamos duas consequências nesta inserção. A primeira é a compreensão de que não podemos nos limitar a uma concepção de política que é automaticamente vinculada ao Estado. A segunda, como a contestação feita por René Remond, o objeto deste trabalho não se insere na curta duração, “incapaz de perceber os movimentos profundos das sociedades”⁸. Pelo contrário, este estudo volta-se “para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento”⁹. Isto nos levou a hipótese de que a análise do sistema político brasileiro, como uma esfera subautônoma, não deve ser sustentada através apenas de recortes temporais específicos. Ainda que instrumentos úteis de pesquisa, estes recortes por si só não são capazes de permitir ao pesquisador observar as transformações deste sistema que permitiram o desenvolvimento de um modelo peculiar de lógica democrática.

Em síntese, acreditamos que este estudo sobre a construção de carreiras no mundo da política pode contribuir, por um lado, para a compreensão dos diferentes tipos de disposições e capitais sociais mobilizados no contato com os diversos atores sociais inseridos nessa esfera, e, por outro, para repensar as condições de autonomização das regras, tanto do “jogo político”¹⁰ como do universo privado: da igreja, da família, da vizinhança, etc. A partir dessa perspectiva, incorpora-se nesta investigação a análise sobre o papel normativo, no universo político, da gramática dos laços sociais formados no campo religioso. Pensamos os arranjos sociais que se constroem pela e nas lógicas de redes de parentela constituídas na experiência religiosa do ator social investigado, e não como uma estrutura englobadora da lógica própria das instituições políticas. Em outras palavras, deslizaremos entre a política no cotidiano e o cotidiano na política.

A construção do objeto

⁷ Apropriamos-nos da constatação de que tanto a política praticada localmente quanto a política nacional fazem parte do mesmo sistema de códigos e estratégias políticas. A “grande política”, a política institucional, está vinculada à “política de reputações” construídas no cotidiano de uma comunidade e que, por sua vez, “reside tanto um conjunto de ideias compartilhadas acerca de como a vida e as pessoas são, e de como elas devem e deveriam ser, quanto um código para a comunicação dessas ideias” (BAILEY, F.G. Gifts and poison. In: _____. **Gifts and poison: the politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971, p. 3).

⁸ REMOND, Rene. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 7.

⁹ Ibid.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. O “campo político”. **Revista Brasileira de Ciência Políticas**, Brasília, n.5, , p. 193-216, jan.-jul. 2011.

Os motivos emocionais que me ligaram ao tema relacionam-se ao *lócus* onde cresci e para o qual os recursos, determinados como obrigatórios pelo artigo 23 da Constituição Federal de 1988, eram ainda escassos. E por isso muitas lideranças locais ocuparam o papel de porta vozes das necessidades dos moradores. Entravam em contato com mediadores de políticos “mais conhecidos” e traduziam os interesses da comunidade em números de votos.

Uma justificativa mais objetiva relaciona-se à minha inserção, em 2008, no grupo de pesquisa¹¹ que estudava o cotidiano de pessoas envolvidas nas relações de interseção entre a religião pentecostal e sua participação na esfera política de um município próximo à cidade do Rio de Janeiro. Os dados recolhidos, acumulados e agrupados durante a pesquisa, iniciada em 2004, foram transformados em um arquivo de pesquisa etnográfica, cujos documentos foram acumulados desde então. Ao fim de 2008, iniciei uma análise voltada para a questão das redes de relações políticas observadas nos documentos arquivados sobre o universo político do município de Seropédica¹².

Durante essa investigação, além dos partidos políticos, outro universo social que apareceu com grande ênfase como espaço de construção das redes políticas do município foi o universo religioso pentecostal. Entre os políticos cuja atuação se destacou nos dados recolhidos, está PEDRO, indivíduo cujas referências apareciam deliberadamente em grande parte do material da pesquisa: nas “situações sociais”, em algumas entrevistas e em alguns dos jornais que foram arquivados pelo grupo de pesquisa.

Como resultado dessa investigação inicial, apresentei, em 2010, o trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo era tentar “descrever densamente”¹³ o processo de construção da carreira política desse indivíduo. Ou seja, foi uma tentativa de capturar alguns fios do novelo da trajetória política do então presbítero PEDRO, para, assim, tentar entender

¹¹ O título inicial deste projeto de pesquisa era: “Do *Dom ao Voto: Ethos Religioso e Representação Política em Seropédica/RJ*”, que teve o apoio da FAPERJ/APQ1. Vários bolsistas fizeram parte deste projeto, entre eles, temos dois grupos, o primeiro dos alunos bolsistas de Iniciação Científica: Tatiane dos S. Duarte (FAPERJ), Camila O. Nascimento (FAPERJ), eu mesma (desde 2008). O segundo grupo é constituído pelos alunos de IC sem bolsa: Gilmara, Júlio Henrique, Bruna Botinho. Em 2008, a estudante Tatiane Duarte foi indicada pela orientadora para reorganizar todo acervo acumulado desde 2004, para realizar tal tarefa a estudante recebeu, entre de setembro de 2008 e março de 2009, uma bolsa do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica/TCT oferecida pela FAPERJ.

¹² Por ora, vale explicitar que este município, próximo à cidade do Rio de Janeiro, está localizado na chamada “*Baixada Fluminense*”, conceito utilizado para nomear uma região que abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e *Seropédica*. Referências complementares sobre o município serão apresentadas ao longo da dissertação.

¹³ GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. A *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, p.13-41.

algumas formas locais de prática e interpretação da política, posto que, apesar da atuação política desse indivíduo não se restringir ao município de Seropédica, foi nele que se desenvolveu.

A abordagem desta proposta reduziu a escala de análise não porque se limita a contar a história **de** um lugar, mas uma história que se desenrolou **em** um lugar. Como assinala Geertz: “o lócus do estudo não é o objeto do estudo”¹⁴. Não ignorando assim o possível e constante diálogo com a perspectiva mais abrangente. Para tanto, munimo-nos do referencial proposto por Revel sobre as possibilidades desse tipo de análise.

Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam, por isso, menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente.¹⁵

A partir das reflexões realizadas na monografia, algumas questões mais amplas foram levantadas para o projeto de mestrado. A forma como esse ator social construiu a sua carreira se revelou interessante porque, nesse processo, observamos uma circulação de bens simbólicos constituidores das lógicas locais de ordenação social: respeito, confiança, compromisso e reputação. Em suma, PEDRO construiu laços sociais que perpassavam vários universos sociais que, com maior e menor intensidade, foram analisados pelos pesquisadores que produziram e organizaram o arquivo etnográfico: música, religião, política, assentamentos rurais, redes de parentela. Essa observação, em diálogo com o aporte bibliográfico, fez-nos refletir sobre o processo de construção de carreiras políticas de atores sociais que circulam entre o campo político e o religioso.

Por ora vale adiantar que dentre nossas orientações metodológicas encontram-se as proposições que passaram a ser conhecidas como estudos micro-históricos. Embora alicerçada em trabalhos extremamente variados e diferentes e não se constituindo conscientemente enquanto uma escola ou movimento, a “micro-história” se resume a partir de um novo paradigma. De acordo com Jacques Revel trata-se de

[...] uma mudança de atitude do historiador face àquilo que estuda; de constituir o objeto de que se dá conta como uma construção experimental,

¹⁴ Ibid., p.16.

¹⁵ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.13.

sempre modificável em função de condições e de estudos que se podem fazer variar de maneira controlada; de proceder não no sentido de uma simplificação da realidade reduzida à um pequeno número de índices significativos, mas pelo contrário, no de uma complexificação da realidade continuamente enriquecida pelo trabalho do historiador¹⁶.

Ao reduzir a escala de análise nos deparamos com um pequeno ponto de uma complexa rede social: a trajetória de PEDRO que tentou converter capitais materiais e simbólicos (adquiridos em outras esferas sociais, *a priori*, “apolíticas”, como a religiosa) para o “campo político”, ao longo das várias candidaturas ao cargo de vereador.

Convém destacar que o conceito de “trajetória limiar”¹⁷ empregado por Caetana Damasceno também orientou a reflexão que proporemos sobre a trajetória de PEDRO. A percepção sobre duas trajetórias limites estudadas pela autora se tornou direcionadora do nosso olhar investigativo: “no limite elas usaram a seu favor as regras de patronagem como uma estratégia cultural por meio da qual tiveram condições de participar de redes sociais mais amplas, pessoalizadas, embora mediadas por suas patroas”¹⁸.

As formas de aquisição de capitais materiais e simbólicos (ou a aprendizagem de propensões e habilidades para o ingresso na vida política)¹⁹ através da circulação entre esferas sociais, como a política e a religião, é o fio condutor para a análise do processo de construção desta carreira política, objeto de investigação desta dissertação. O tema central da investigação proposta nesta dissertação será abordado por meio da descrição de alguns dos trajetos, os primeiros na política, percorridos por este indivíduo, identificado como PEDRO.

Para realizar tal tarefa nos apropriamos de um material que resultou do acúmulo de dados pelo grupo de pesquisa vinculado ao projeto: “Do dom ao voto: *ethos* religioso e representação política em um município da Baixada Fluminense/RJ”. Além disso, vale destacar a percepção de que esse material representa um tipo especial de documentação, pois a orientação seguida neste trabalho pauta-se na consideração da necessidade, ressaltada por LeGoff²⁰, de ampliar nossa concepção sobre o documento. Este, como resultado da ação humana, também, deve estar sujeito à análise científica. Tratam-se de fotos, correspondências,

¹⁶ REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹⁷ DAMASCENO, C. **Segredos da Boa Aparência. Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)**. Seropédica: EDUR, 2011.

¹⁸ DAMASCENO, 2011, p.160.

¹⁹ CANÉDO, 2003.

²⁰ LeGOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Campinhas, 1990.

diários de campo, entrevistas, todos “monumentos” históricos que nos ajudam a reconstituir o passado. LeGoff²¹ lembra que, nos termos de Marc Bloch²²:

[...] o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, por efeito de qualquer um imperscrutável designo dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, depende de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos por sua transmissão, longe de serem apenas exercícios técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.²³

Nesse sentido apontado por LeGoff, exploremos tais documentos, problematizando, por exemplo, os conceitos tais como redes de relações, genealogias políticas, competências específicas à prática política, carisma, vocação, religião, etc. Assim procedendo, a proposta que nos orienta é aquela que amplia as noções de *fonte*, legitimando as análises que têm, por fonte histórica, documentos que não foram produzidos por instituições, mas todo registro, rastro ou indício que nos permite responder a uma indagação sobre o homem no tempo.

Para isso, este trabalho combinará quatro tipos distintos de fontes.

1) Aquelas acumuladas e arquivadas pela pesquisa vinculada ao projeto “Do dom ao voto: *ethos* religioso e representação política em Seropédica/RJ”, que nos transmitem informações sobre os “bastidores da política”²⁴. Ou seja, nesses dados, podemos resgatar alguns *sinais* das formas cotidianas de se fazer política, pelas quais são expressos rotineiramente os valores e as lógicas de ordenamento das práticas políticas enquanto resultado da acumulação de capital dentro das redes sociais. 2) As descrições etnográficas densas, bem como imagens, vídeos e diários de campo, sobre situações sociais e ritualísticas envolvendo as redes de relações políticas e religiosas, muitas altamente ritualizadas. 3) As entrevistas realizadas com os indivíduos cujos percursos se entrelaçam com a trajetória aqui reconstruída. 4) E, por fim, serão analisadas algumas fontes consideradas públicas, ou melhor, midiáticas, que, de certa forma, ampliam nossa percepção sobre a interpretação de algumas práticas políticas da sociedade em análise, como é o caso dos jornais de circulação local.

²¹ Ibid.

²² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Paris: Colin, 1949.

²³ LeGOFF, op. cit., p. 544.

²⁴ KUSCHNIR, Karina Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, 2007.

Nesse empenho de, como orienta LeGoff, “fazer falar as coisas mudas, fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens”²⁵, ou seja, de reconstruir o passado a partir da análise interpretativa das fontes históricas, surgiu a necessidade de retomar a problematização feita por Bourdieu²⁶ sobre a existência de campos sociais nos quais se postula a crença sob a qual são diferenciados os indivíduos competentes (“os profetas”) dos sem competência (“os profanos”).

Além disso, a narrativa histórica²⁷ que pretende dar conta da investigação relativa ao processo de construção da carreira de um político evangélico, apresentada nesta dissertação, está alicerçada em um tipo análise antropológica: a descrição densa. Nesse sentido, Clifford Geertz²⁸ nos propõe a tomar a prática da etnografia como forma de conhecimento, e não como questão de método: um tipo de esforço intelectual que é representado pela ação de fazer etnografias. Esse antropólogo americano, ao tomar de empréstimo a noção de “descrição densa” do filósofo britânico Gilbert Ryle (1900-1976), aprofunda essa questão afirmando que o ofício do antropólogo é interpretar estruturas e decifrar sua base social. No entanto essa orientação de Geertz, muitas vezes, acaba sendo esquecida, o que gera a ideia de que a análise antropológica seria um trabalho mais observador do que interpretativo. Em oposição a essa ideia, Geertz argumenta que:

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito muito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários muito tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.²⁹

Vale lembrar, portanto, que os antropólogos, em suas etnografias, *interpretam a interpretação* dos atores sociais, e que os historiadores procedem do mesmo modo quando se propõem a fazer “falar” suas fontes. Com efeito, na medida em que a História se baseia em processos de constantes transformações e que, além disso, parte das carências de orientação da vida prática no tempo, ela busca explorar essas carências cientificamente, retomando criticamente análises sobre problemas já investigados.³⁰

²⁵ LeGOFF, op. cit., p.540.

²⁶ BOURDIEU, 2011.

²⁷ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história:** os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

²⁸ GEERTZ, op. cit., p. 21.

²⁹ Ibid., p. 20.

³⁰ RÜSEN, op. cit., p. 58.

Enfatiza-se, para tanto, a questão de “como o sistema político é experimentado, vivido e transformado através da trajetória e do projeto de seus atores concretos”³¹. Procura-se evitar, dessa forma, precipitar a análise com fórmulas prontas, como, por exemplo, determinar a maneira pela qual esses indivíduos deveriam vivenciar a política institucional segundo os princípios democráticos. Ao contrário, procura-se apreender como eles a interpretam e vivenciam.

Explicaremos, portanto, como foram estruturados os capítulos produzidos pela narrativa que dá vida à nossa investigação.

Como veremos, no primeiro capítulo, *A construção de carreiras políticas e a aquisição de competências políticas*, procuramos reconstruir os primeiros passos de PEDRO no campo político, demonstrando como se constituiu a inserção inicial desse sujeito no cotidiano da política. Em um segundo momento, objetivamos descrever a mudança gestada por PEDRO de identificação com o *ethos* religioso. Tentamos entender como essa transição se insere num cenário mais amplo, relacionado ao processo de “pentecostalização da política”³², à perda de eficácia política do PDT e ao desenvolvimento de outros partidos, como o PSC. Em outras palavras, analisamos a mudança de comportamento de PEDRO, inicialmente, um evangélico que passou a interessar-se pela prática política, torna-se em sequência, um político representante de grupos evangélicos. Fazemos referência a outras trajetórias de políticos que passaram a identificar-se também como porta-vozes dos eleitores evangélicos. Por fim, procuramos reconstituir a circulação de PEDRO por distintas redes sociais, de acordo com o cenário político e com os capitais ofertados em cada um dos subespaços sociais.

O segundo capítulo, *A “pentecostalização” da política e a trocas de bens materiais e simbólicos*, versa sobre a expansão da presença evangélica no espaço público, através de rituais de “pentecostalização” desse espaço, que se mostraram eficazes para agregar os interesses de um conjunto heterogêneo de religiosos. Com a ascensão do grupo político que assumiu o papel de porta-voz dos evangélicos, em 2004, observamos que, em Seropédica, entre as promessas de campanha, as mais evidentemente cumpridas foram as nomeações de membros da rede social a postos públicos. Mais do que uma prática legal, as nomeações

³¹ KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 8.

³² Este conceito foi cunhado pela pesquisadora Caetana Damasceno. Entre os artigos nos quais a autora explica essa noção, podemos citar: DAMASCENO, DAMASCENO, Caetana; DUARTE, Tatiane. Nós do gênero: presença e participação evangélica no mundo da política. In: IX CONGRESSO DA ANPOCS, 2006. **Anais...** Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3284&Itemid=232>. Acesso em: abr. 2013. Id. “Para Chegar lá”: o dom, a graça e a economia do voto. **Rev. Univ. Rural**, Sér. Ciências Humanas, Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1, p. 08-26, jan.-jun. 2007. p. 08-26.

significaram uma obrigação moral para esses sujeitos. A partir da descrição desses acontecimentos, objetivamos revelar a existência de certo consenso no tocante ao significado da representação política para eleitores e candidatos, percepção que independe da classe social desses indivíduos. Finalmente, no último tópico, analisamos a elasticidade dos capitais políticos, que podem ser articulados a todo momento, de acordo com a necessidade de fortalecer novos laços políticos. O cargo prometido a PEDRO foi doado para um representante de um clã político com notoriedade no PSC. No entanto a coesão dessa facção foi reforçada por meio de uma cerimônia política: a comemoração, em Seropédica, do aniversário do novo convidado.

Porém, como veremos no terceiro capítulo, *Muito além de ser político ou evangélico: reputação, honra e respeito*, é através das redes tecidas por esses indivíduos que se estabelece o diálogo entre os valores que norteiam as práticas eleitorais no Brasil e a lógica própria de instituições representativas. Como veremos a instabilidade do governo de um dos prefeitos de Seropédica se evidencia exatamente a partir de uma ruptura com uma das bases da sua rede política. Como consequência, os próprios eleitores rejeitaram o político que havia sido transformado em porta voz do grupo. Uma nova tentativa de retorno à política municipal se constrói sobre as bases das candidaturas lançadas pelo PSC nas eleições gerais de 2006. Contudo, foram montadas, mais uma vez, as redes que se movimentaram, e PEDRO acompanhou novamente a mudança do jogo político. Enfim, chegamos a defesa da ideia de que há um sistema de normas que deve ser seguido independentemente da posição que cada agente ocupa em uma dada estrutura hierárquica, isso porque ao reduzir a escala de análise vimos certa importância e interferência dos dois grupos que compõem a relação que se estabelece entre eleitor e candidato. Tentaremos mostrar que, em primeiro lugar, nem sempre a permanência em um dado campo social se traduz em uma garantia de aquisição de capitais materiais ou simbólicos. Em segundo lugar, observamos que além de adquirir os indivíduos devem tentar converter esses capitais para o outro domínio social. O que nem sempre é possível, porque cada universo possui regras próprias de funcionamento.

No último capítulo, *De candidato a chefe de partido*, mostramos duas movimentações de PEDRO no circuito de redes sociais do qual fazia parte. No segundo tópico, *Mais evangélico na igreja do que no partido: PEDRO retoma antigos laços*, buscamos analisar a intensificação da proximidade de PEDRO com um grupo religioso local. No tópico seguinte, *Um ritual da Santa Ceia e a transmissão genealógica de capital político*, percebemos, porém, que há pouca margem de articulação na estrutura hierárquica assembleiana, que se orienta segundo a doutrina prescrita pela CONAMAD. Em face dessa limitação, PEDRO aproxima-se

de um outro horizonte de relações, ao qual já estivera vinculado, mas do qual afastara-se em 2008: a rede política dos Parreira, retornando ao PSC por conta dessa influência. Por fim, defendemos que o tipo de carisma político desenvolvido por esse sujeito difere-se dos demais por causa da maneira como convertera os capitais adquiridos: de representante de um determinado grupo, para quem os recursos básicos são ofertados pelo Estado de forma escassa, PEDRO transformou-se em um mediador entre os interesses desses indivíduos e dos grandes políticos, dessa maneira, ocupando o posto de chefe do PSC em Seropédica.

2 A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS E A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS POLÍTICAS

Abordaremos neste capítulo o início do processo de profissionalização de um evangélico que exerceu, ao longo da construção de sua carreira, o papel de mediador entre políticos e seus eleitores. Para tanto, cremos que seja necessário apresentar a orientação teórica que sustenta as hipóteses trabalhadas aqui.

De acordo com Bourdieu, “o “campo político” é um microcosmo, isto é, um micro universo que possui relativa autonomia diante do grande mundo social”³³. Embora as propriedades, relações, ações e processos observados neste campo também sejam encontrados no grande mundo social, estas se expressam especificamente neste espaço social. O que explica a autonomia deste campo em relação ao mundo social são suas regras particulares de funcionamento. Por isso, o sociólogo assinala a necessidade de se “operar uma transformação, uma conversão”³⁴ (de capitais) por parte daqueles que nele pretendem ingressar.

Ainda segundo a perspectiva citada acima, para entender o funcionamento deste campo, é preciso considerar a sua gênese, produto de processos históricos extremamente longos, para fugir à ilusão de uma existência natural de suas regras de ordenamento. No decurso desse processo de constituição, o “campo político” teria também se tornado mais autônomo, mais profissionalizado. O que faria com que os profissionais considerados competentes estivessem propensos a se diferenciar dos “profanos”, aqueles que foram excluídos do campo, no ato de fazer política. Portanto, a ideia de pertencer ou não ao “campo político” se estrutura em uma *crença*: de que somente os políticos têm condições de fazer política, porque estes detêm determinadas competências específicas a essa prática. Quando esfacelamos essa crença, surge portanto a percepção de que este lócus é um espaço “em que certo número de pessoas, que preenchem determinadas condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”³⁵. Ou seja, os excluídos são aqueles que não possuiriam “cultura política”³⁶ para dela participarem ou opinarem sobre.

³³ BOURDIEU, 2011, p. 194.

³⁴ Ibid. p. 196.

³⁵ BOURDIEU, p. 195.

³⁶ Id. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

Nesse sentido, entendemos que as propensões à prática política são desigualmente distribuídas: “existem condições sociais de acesso à política”³⁷. Para que indivíduos se tornem “políticos profissionais” é preciso que apreendam as regras desse campo e levem para dentro dele os capitais adquiridos em outras instâncias sociais. O que, de certa forma, questiona a proposição democrática moderna difundida no senso comum e na doxa acadêmica de que os políticos seriam “porta-vozes autorizados” sem interesse particular expressivo. E, desta forma, apenas representariam os interesses de quem os legitimou como representantes. Percebe-se, a partir desta proposição que a atuação dos atores sociais inseridos no “campo político” não é determinada exclusivamente pela relação direta com os eleitores, mas também pela relação com os outros membros do próprio campo³⁸.

Como exemplo da aplicação dessa teoria, citamos a argumentação do antropólogo Pedro Oro³⁹ em trabalho sobre “*A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*”. O argumento do autor pauta-se na ideia de que os candidatos e os partidos dos políticos eleitos com o apoio da Igreja Universal do Reino de Deus (IRUD) estão subjugados aos interesses dessa igreja. Esta diluição de fronteiras entre os dois campos é interpretada pelo autor como uma clara capacidade de domínio das regras do “campo político” por parte membros da cúpula dessas igrejas, “que distribui seus deputados em diferentes partidos para alcançar melhor poder de barganha política, o que não impede que em determinadas situações os interesses da igreja se sobreponham ao dos partidos”⁴⁰.

Constatando a aplicação da proposição teórica bourdiesiana no estudo de Pedro Oro, podemos considerar que para entender o que faz um político é preciso não somente investigar sua base eleitoral ou sua origem social como também é importante pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo político. Isso explicará parte das suas escolhas, arranjos, discursos. Esta constatação alicerça a análise sobre o processo de construção da carreira aqui estudada, porque desfaz a ilusão de que o ingresso ao universo político institucional seria resultado apenas de uma escolha pessoal e não uma tentativa de indivíduos que criaram ou herdaram as possibilidades para o seu ingresso no campo.

Buscamos mostrar neste capítulo que as regras ordenadoras do funcionamento do “campo político” devem ser consideradas pelos *iniciantes*, para a construção das bases políticas de sua carreira, através da conversão para este campo dos capitais materiais e

³⁷ Ibid., p.197.

³⁸ Esta parte da discussão será abordada no capítulo 4.

³⁹ ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.53, p.55, out. 2003.

⁴⁰ Ibid., p.54.

simbólicos adquiridos. Essa constatação, não exclui, uma segunda consequência relevante demonstrada pelo sociólogo: o campo político não é completamente autônomo, porque está subordinado aos eleitores, que reconheceram e legitimaram os políticos.

Os estudos da historiadora Letícia Bicalho Canêdo⁴¹ é outro exemplo que nos ajuda a refletir sobre o papel dos laços de reciprocidade construídos entre os líderes locais e o poder público no Brasil. Quando a historiadora aborda o tema da construção de carreiras políticas e discute algumas das formas de transmissão de poder político: “através da aquisição de competências e habilidades necessárias à prática política”. O ingresso à carreira política de membros de certos grupos familiares resultaria tanto do processo de “interiorização” de determinadas atitudes como, também, da reprodução de normas e valores. Esses dois processos, no caso estudado pela historiadora, contribuem para produzir um sentido histórico de manutenção do poder político de uma rede de famílias ligadas ao poder municipal. Essa manutenção do poder político, ao longo da história política do Brasil, somente foi possível porque o referido grupo familiar ampliou suas “redes de conhecimento” ao ponto de estabelecer uma “circularidade social” entre a representação política local e nacional.

O diálogo com a análise da autora se estabelece exatamente na possibilidade, por ela levantada, de apreender a política por caminhos que não obrigatoriamente estejam relacionados a uma identificação imediata entre política e jogos partidários, mas refletir sobre as normas de conduta política interiorizadas em outros domínios sociais, *a priori*, não políticos, como, por exemplo, pelo viés dos rituais familiares. Trata-se de uma perspectiva valiosa para a constituição do projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação.

Com efeito, as considerações levantadas pela autora servem como esteio para pensarmos não apenas o “caráter operatório dos laços sociais no universo político contemporâneo”, como também o papel determinante da interiorização das normas adquiridas em outros domínios. Afinal, já que a autora descreve um universo político relativamente autônomo face ao viés dos laços familiares, *abrimos a perspectiva para também pensarmos a relativa autonomia do domínio da política institucional frente ao universo religioso no qual estavam inseridos determinados atores sociais quando ingressaram na carreira política.*

Apesar do diálogo que estes estudos possibilitam quanto à problemática da construção de carreiras, o limitado quadro bibliográfico da historiografia sobre o tema proposto nos conduziu ao estabelecimento de um debate interdisciplinar com os trabalhos correntes no

⁴¹ CANEDO, L.B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições** (Unicamp), Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

campo da antropologia. Assim, como afirmou a historiadora, as análises sobre “as formas particulares assumidas pela dominação política”, isto é, “os bastidores da política”, encontram-se confinadas nos estudos da micro-história, da antropologia e da sociologia. Esse debate será construído ao longo deste capítulo e dos demais. Cabe agora descrevermos os materiais que serão trabalhados.

Neste capítulo serão analisadas quatro entrevistas. A primeira foi concedida por PEDRO em 2003, por intermédio de uma das pesquisadoras que o conhecia. A segunda foi concedida pela mãe do presbítero PEDRO, agora, por intermédio do filho, em 2005. A terceira, concedida pelo cunhado do presbítero., Josias, em 2004. Por fim, a quarta realizada com o pastor Neemias. Além disso, utilizo como fontes os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral; as determinações do Código Eleitoral Brasileiro; alguns dos meus diários de campo e dos pesquisadores; o discurso de jornais de circulação local, regional e nacional; algumas fotos arquivadas no acervo do material da pesquisa que serão utilizadas para ilustrar as descrições realizadas no capítulo. Para tratar dos dados eleitorais do Rio de Janeiro, anteriores a 1994, recorreremos aos números disponibilizados pela Comissão Regional do Projeto de Memória do Rio de Janeiro/CEMEL.

2.1 A POLÍTICA ANTES DO PARTIDO: A INSERÇÃO NO COTIDIANO DA POLÍTICA

Iniciamos a narrativa sobre a trajetória de PEDRO identificando, a partir de seu relato, o primeiro contato com universo político. Este parece ter se dado através da atividade que sua mãe, D. Nilza⁴², exercera como cabo eleitoral em campanhas políticas. Pretende-se, portanto, neste tópico desvendar que tipo de aprendizagem o presbítero pode ter adquirido a partir das relações estabelecidas por sua mãe.

PEDRO nasceu em 1962, no município de Vassouras, próximo à Seropédica, cidade na qual foi criado por sua mãe, D. Nilza, empregada doméstica, cozinheira, costureira, enfermeira. Na narrativa do religioso, a mãe aparece como alguém que “já fez de tudo nessa vida”⁴³. D. Nilza sustentava sua família com o trabalho realizado nas campanhas políticas nos municípios nos quais morou. A política é um evento cíclico, que se insere no dia a dia das

⁴² Optou-se por não identificar a identidade desta personagem. Portanto, D. Nilza também é um nome fictício.

⁴³ Entrevista concedida por PEDRO, em 2003. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

localidades, acionando figuras importantes neste processo, como líderes de comunidades, chefes de partido nos municípios, lideranças religiosas.

Neste evento cíclico, emerge o “tempo da política”⁴⁴. Aquele momento, que, “está circunscrito a um período determinado, ao período eleitoral”⁴⁵, que não tem continuidade como uma atividade permanente até que se repita nas próximas eleições. Todavia, no momento em que esta acontece torna-se a atividade para a qual todas as atenções estão voltadas, não somente as atenções dos candidatos, mas principalmente daqueles personagens extremamente importantes na estrutura que ordena e constitui a disputa eleitoral⁴⁶. São aqueles agentes que fazem parte dos “bastidores da política”⁴⁷: os cabos-eleitorais, os assessores, assistentes de publicidade, os mediadores, lideranças comunitárias.

D. Nilza vivia da política para criar os sete filhos. Sozinha. Seu marido era um homem doente, pois sofrera derrame cerebral. Esta senhora aproveitava sua experiência e o longo grupo de sociabilidade construído, devido à participação, de longa data, na Igreja Assembleia de Deus, para apresentar e aproximar os candidatos às pessoas que conhecia na região. Inicialmente no município de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro, para onde se mudara quando casou e saiu de Minas Gerais.

Como membro efetivo da igreja, D. Nilza, diaconisa da igreja Assembleia de Deus, construiu uma considerável rede de parentela, ao longo das três décadas que reside em Seropédica. A referência à constatação do antropólogo Ronaldo de Almeida faz sentido aqui, quando o autor aponta para o “aumento da autoestima e o impulso empreendedor, além da ajuda mútua com o estabelecimento de laços de confiança e fidelidade”⁴⁸ ofertados entre os personagens que compõem as redes evangélicas. As quais “em contexto de carência, operam, por vezes, como circuitos de trocas, que envolvem dinheiro, comida, utensílios, informações, recomendações de trabalho, entre outros”⁴⁹.

Entendemos que a reputação de uma pessoa não se refere precisamente às qualidades nela identificadas. Trata-se, antes disso, das opiniões que as pessoas constroem sobre ela⁵⁰. Para ser considerado membro de uma determinada comunidade, não é preciso ter uma reputação positiva, mas ter alguma reputação. Pois este é o fator elementar para o controle e

⁴⁴ PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, B. M. Alásia de. O voto como adesão. In: CANÊDO, L. Bicalho (Org.). **O sufrágio Universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.159 -184.

⁴⁵ Ibid., p.160.

⁴⁶ PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 41-56, 1996.

⁴⁷ KUSCHNIR, 2007, p.163-167.

⁴⁸ ALMEIDA, Ronaldo. **A Igreja Universal e seus demônios**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009, p. 45.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid., p.4.

manipulação das formas de interação entre os indivíduos. Por isso mesmo, são importantes somente as opiniões daquelas pessoas com as quais se interage, ou com as quais há probabilidade de interação. Esta é a chamada “política de reputação” ou “pequena política” que faz parte do cotidiano, como assinala Marcos Bezerra⁵¹. Essa pequena política está diretamente relacionada à grande política, dos jogos partidários, que se desenvolve no espaço público, principalmente através das intervenções midiáticas. Para ter uma reputação em alguma comunidade, o político precisa fazer parte dela, interagir com os membros do grupo. Assim, a reputação do político é o resultado das impressões formadas pela comunidade sobre ele⁵². Isto supõe que a “grande política” está vinculada à “pequena política”, pois “os mesmos recursos políticos – como o jogo de reputações, o acionamento das lealdades primordiais e a troca de favores – são mobilizados tanto nas ‘pequenas comunidades’ quanto nas instituições formais da política oficial”⁵³.

A rede de sociabilidade religiosa foi a primeira constituída por D. Nilza, que, como cabo-eleitoral, fazia a mediação entre esta rede e os candidatos no “tempo da política”⁵⁴. Por ter realizado esta atividade, D. Nilza acompanhou de perto a irrupção do “tempo da política”⁵⁵ ao longo de vários anos de sua vida. Devido ao grande número de pessoas que conhecia e para as quais a sua atuação como cabo-eleitoral despertava grande interesse nos candidatos, pois a sua reputação era positiva⁵⁶. A relevância da boa reputação de D. Nilza se explica da seguinte forma.

A atividade de cabo eleitoral tivera início ainda no município de Miguel Pereira, onde residiu por vinte anos. Somente conseguiu transferir-se para Itaguaí com as ajudas, doações de bens ou favores ofertadas por alguns políticos da região. Assim, comprou um terreno neste lugar. As melhores condições de transporte e moradia que a nova residência poderia oferecer à sua família seriam as justificativas para a mudança. Na época, dois dos seus filhos, dentre eles PEDRO (o filho mais velho), trabalhavam no CEASA/Centro de Entrepósito de Alimentos Sociedades Anônimas, na cidade do Rio de Janeiro. As linhas de ônibus que os transportavam, ainda meninos, para o trabalho eram mais escassas no município de Miguel Pereira do que em Itaguaí.

⁵¹ BEZERRA, M. O. **Em Nome das Bases. Política, Favor, e Dependência Pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p.18.

⁵² BAILEY, op. cit., p.6.

⁵³ BEZERRA, 1999, p.18.

⁵⁴ PALMEIRA; HEREDIA, 1997.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ BAILEY, F. G. Gifts and poison. In: _____. **Gifts and poison: the politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.

Em Seropédica, que neste momento ainda era distrito de Itaguaí, D. Nilza continuou exercendo o trabalho como cabo eleitoral, carregando a experiência adquirida nas campanhas anteriores e “arranjando-se” com outros empregos quando o “tempo da política” terminava ou quando algum candidato não cumpria a promessa de emprego. Algumas vezes, a promessa era cumprida e D. Nilza conseguia um trabalho, mais rotineiro, para ela ou para alguns dos filhos. Ainda assim, manteve o contato com alguns dos políticos para os quais trabalhara em Miguel Pereira, depois de mudar-se para Seropédica.

Durante o processo que desembocaria na emancipação de Seropédica, a diaconisa relata que não possuía, ao relacionar-se com alguns dos representantes políticos do distrito, nenhuma dívida (moral ou material) para com eles: “*o apoio que eu precisava sempre veio do pessoal de Itaguaí*”⁵⁷. Em 2005, 10 anos após a emancipação, a diaconisa aparentara insatisfação com o movimento. O motivo seria a grande dívida que ela ainda possuiria com “pessoal de Itaguaí”. Apesar disso, seu filho, PEDRO, já se empenhava há muitos anos em favor da emancipação de Seropédica.

Na sua narrativa, encontramos uma questão que não está necessariamente relacionada à veracidade do seu discurso. Como sugere Pollak⁵⁸, “o que devemos fazer é levantar meios de controlar as distorções ou a gestão da memória⁵⁹”. Pois, nesses dados “as coisas mais solidificadas, assim como as coisas mais fluídas – ou seja, as que se transformam de uma sessão da entrevista para outra – são as mais problemáticas”⁶⁰. Entretanto, “paradoxalmente são indicadores de ‘verdade’ e de ‘falsidade’”⁶¹ no discurso.

A contradição no discurso de D. Nilza está no fato de que os próprios políticos de Itaguaí que lhe ofereceram “ajuda” também fizeram parte no processo de emancipação, defendendo este movimento. Ao analisar a emancipação de Seropédica, em trabalho anterior⁶², observei que devido à ação da “Comissão Pró-Emancipação”⁶³ da qual participara

⁵⁷ Entrevista concedida por D. Nilza, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

⁵⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, CPDOC, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-212, 1992.

⁵⁹ Ibid., p.9.

⁶⁰ Ibid., p. 9.

⁶¹ Ibid., p. 9.

⁶² FERREIRA, Cíntia Annie de Paula. **Caminhos e memórias**: uma análise antropológica de uma trajetória política. 2010. 80 folhas. Monografia (Conclusão de Curso 2010) - UFRuralRJ, Seropédica, 2010, p. 80.

⁶³ O jornal “Seropédica” escolheu o ano de 1983 para indicar como o marco para o início do processo de emancipação, por causa da criação e oficialização da “Comissão de Emancipação de Seropédica”. É considerável que o movimento é provavelmente anterior, uma vez que a proposta de criação de um grupo teria que ter nascido após a disseminação da ideia (**Jornal de Seropédica**, Ano VI, Edição nº 127. Data: 1 a 15 de setembro de 2004, p.3).

o presbítero PEDRO, dois plebiscitos foram convocados: o primeiro em 1990⁶⁴, e o segundo em 1995⁶⁵. No primeiro, a emancipação foi negada pela votação da maioria. No segundo plebiscito, os políticos que inicialmente mostraram-se contrários passaram a apoiar o processo e, além disso, vieram como candidatos no ano seguinte, em 1996. João Souza é citado como um desses políticos. Foi o primeiro prefeito de Seropédica, eleito, justamente em 1996. Portanto, a insatisfação apresentada no discurso de D. Nilza é problemática uma vez que os próprios políticos para os quais ela se considera “endividada” migraram para o novo município procurando também participar da sua administração. Sem dúvida, a emancipação não era insatisfatória para estes políticos.

Entendemos que a contradição no discurso de D. Nilza relacionava à uma memória mais recente, já depois da conquista da emancipação. Quando os pesquisadores, na entrevista, retomaram o tema da emancipação, D. Nilza apresentou uma experiência negativa que vivenciara com prefeito do novo município, João Souza. Sua família o teria ajudado no início de sua carreira, ainda quando fora candidato à vereança em Itaguaí. Contudo, quando eleito prefeito, em 1996, João Souza a teria demitido da função de secretária da prefeitura⁶⁶, justificando que ela não teria condições de permanecer neste cargo⁶⁷. Nas eleições municipais seguintes, em 2000, o prefeito teria procurado reconciliar-se, pedindo a ela para novamente trabalhar em sua campanha. Porém, D. Nilza não aceitou o convite e afirmou o apoio ao também candidato à prefeitura, Antenor Gonçalves do Partido Democrático Trabalhista/PDT.

Se D. Nilza passou a apoiar Antenor Gonçalves, neste pleito, precisamente por causa do desentendimento com João Souza, como ela relata na entrevista, este não parece ser o único motivo. Notamos que existem pelo menos duas outras razões.

Uma delas é a aliança política estabelecida entre o presbítero e Antenor Gonçalves por causa da vinculação ao mesmo partido, o PDT - pelo qual PEDRO já havia se candidatado pela primeira vez, em 1992, e pela segunda, em 2000.

Há também outro motivo particularmente significativo: de acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2000 o candidato Antenor Gonçalves recebera 14.480 votos contra 14.983 votos recebidos pelo prefeito eleito, João Souza. A

⁶⁴ Lei Complementar Estadual nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/144497/lei-2446-95-rio-de-janeiro-rj#art7>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

⁶⁶ A entrevista de D. Nilza é contornada por um discurso que apresenta algumas distorções sobre as quais não encontramos outros dados para complementar a análise. Portanto, não sabemos exatamente qual era o cargo ocupado. No relato, D. Nilza refere-se ao cargo de “secretária”, mas não explica quem teria sido o responsável pela nomeação.

⁶⁷ Entrevista concedida por D. Nilza, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

diferença entre eles foi de 503 votos⁶⁸. Voltarei a essa questão mais tarde quando for explicar o significado das adesões em termos políticos; o fato a destacar agora é que o segundo convite para ocupar o cargo de copeira da prefeitura acontecera em 2004, quando Antenor Gonçalves foi eleito prefeito de Seropédica. D. Nilza trabalhara intensamente na campanha de seu filho e de Antenor Gonçalves, agora ambos candidatos pelo Partido Social Cristão. A responsável pelo convite foi a esposa de prefeito, Waléria Gonçalves que, na campanha para as eleições 2000, conhecera PEDRO e D. Nilza. Depois de receber sua ajuda nas tarefas de casa, a primeira dama pediu a D. Nilza que cuidasse do seu marido na prefeitura:

Na prefeitura eu faço cafezinho. Até o dia em que ela [Waléria Gonçalves] me pediu pra tomar conta do prefeito. Eu falei eu tomo, no dia de folga. Todo mundo lá me chama de vizinha. Eles pedem para eu ir fazer negócio na rua para eles. Aí eu faço. Nunca dá 4 horas e eu vou embora. Se tiver muita gente, aí eu fico⁶⁹.

Destacamos, no discurso de D. Nilza, a ênfase à certa familiaridade com os funcionários da prefeitura. Observamos duas implicações nisso. Devemos considerar, em primeiro lugar, que esta entrevista foi concedida em 2005, quando Antenor Gonçalves completava os primeiros 120 dias de governo. Ainda nesta fase da administração, PEDRO, eleito suplente a vereador pelo PSC, com 482 votos, fora nomeado, por Antenor Gonçalves, Secretário da Pasta de Pesca e Agricultura do município. Entretanto, D. Nilza escolheu um evento, a “traição” de João Souza, como justificativa para o apoio dado há cinco anos a Antenor Gonçalves.

No trato deste tipo de dado documental uma das considerações teórico-metodológicas empregadas nesta pesquisa é aquela apontada por Gomes⁷⁰ sobre a ideia de veracidade do discurso. Neste sentido, a autora explica que “não se trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”⁷¹. E complementa: “o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo”⁷². A experiência relatada por D. Nilza interessa aqui, pois não nos propomos realizar a reconstituição exata do

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

⁶⁹ Entrevista concedida por D. Nilza, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

⁷⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁷¹ *Ibid.*, p. 15.

⁷² *Ibid.*

que aconteceu – o que de fato nenhum documento poderá oferecer. São múltiplas as estruturas de significado expressas no evento que D. Nilza considerou uma traição. A análise etnográfica seguida nos orienta a escolher uma “estrutura de significados”, o que a personagem diz que significou para ela, e procurar “determinar sua base social e sua importância”⁷³ naquele contexto.

O reforço da ligação a Antenor Gonçalves se estabelece exatamente na rememoração da desvinculação a outro político. Este tipo de adesão apresentada publicamente é muito recorrente nas municipalidades; a disputa eleitoral é o “momento em que incorporar o maior número possível de pessoas torna-se essencial pelo que representa não só em termos de votos, mas de demonstração pública de força”⁷⁴. Como as redes de relações políticas e religiosas analisadas não se limitam aos domínios do município de Seropédica, mas nele se circunscrevem, torna-se possível pensarmos nosso caso de acordo com as reflexões destes autores.

Uma segunda implicação também é encontrada no relato de D. Nilza. Na descrição do ambiente como um “lar”, no qual os indivíduos parecem se tratar como parentes observa-se a apresentação de um elemento que se faz constante na relação de PEDRO com o prefeito: a familiaridade na política. Vale, portanto, destacar que a categoria parentela é aqui empregada no sentido de que suas relações englobam vários tipos de associações que não se limitam ao parentesco cognato, mas às relações de vizinhança, de compadrio, as de afinidade religiosa, às alianças e facções políticas, entre muitas outras associações que não são necessariamente definíveis na via das relações de consanguinidade.

Referimos-nos à parentela, porque a nomeação de PEDRO aproximara ainda mais os dois grupos. A afinidade entre PEDRO e Antenor Gonçalves será retomada ao longo deste capítulo. Antes disso, optamos por seguir a ordem dos vínculos por ele estabelecidos desde o início de sua carreira. Além de Antenor Gonçalves, PEDRO vinculou-se às redes políticas de dois personagens que também ganharam certo destaque localmente: Benedito Amorim e Zealdo Amaral.

Falaremos agora, sobre Benedito Amorim porque foi a partir do contato com este político que PEDRO se candidatou, por isso, decidimos iniciar este capítulo e a apresentação da trajetória política de nosso objeto através dos passos de sua mãe, responsável pela aproximação dos dois. A segunda parte do capítulo será a análise sobre a vinculação com a

⁷³ GEERTZ, op. cit., p.7.

⁷⁴ PALMEIRA; HEREDIA, 2005, p. 401.

rede de Zealdo Amaral, quando analisaremos o processo de redução da eficácia política do PDT na “Baixada Fluminense”⁷⁵, concomitantemente ao desenvolvimento de outros partidos como o PSC. Por fim, no tópico seguinte, trataremos da migração de PEDRO para a rede de Antenor Gonçalves, neste momento atentamos para um processo de destaque positivo da referência ao *status* de evangélico por determinados políticos. Por conta disso, no ultimo tópico, apresentaremos, através de um ritual, a percepção da igreja que pertencia PEDRO sobre a candidatura de assembleianos. Observaremos a adesão à três grupos distintos: Amorim (PDT), Zealdo Amaral (PDT) e Antenor Gonçalves (PDT e no mesmo processo que PEDRO, mudança para PSC).

No que se refere ao contato entre PEDRO e Amorim, já destacamos que este se deu pelo intermédio de sua mãe no processo de expansão de seus contatos e ampliação das redes de socialização que possibilitaram a sua entrada no “campo político”. D. Nilza adquiriu prestígio como cabo eleitoral, conhecendo e tornando-se conhecida pelos políticos locais, candidatos à vereança e à prefeitura, e, pelos políticos com atuação na esfera estadual, como deputados. Usou deste conhecimento para, nas campanhas eleitorais do filho, pedir aos eleitores que queriam que ela se candidatasse, para votarem em PEDRO

Da mesma forma, os políticos ficavam “endividados” com D. Nilza, pelas promessas feitas antes das eleições. Por exemplo: D. Nilza conhecera Benedito Amorim em 1988, quando ele se candidatou pela primeira vez à prefeitura de Itaguaí. Neste pleito, Amorim não foi eleito; candidatou-se para o mesmo cargo em 1992 e novamente convidou a mãe de PEDRO para trabalhar em sua campanha política, sugerindo, além disso, que ela, no mesmo pleito, se candidatasse ao cargo de vereadora.

A importância e o papel desses assessores dos políticos já foi discutida pela antropóloga Karina Kuschnir, mostrando que é “justamente essa combinação de pertencimento e comunicação entre universos distantes (não necessariamente distintos) que

⁷⁵ Esse conceito - utilizado para nomear uma região que abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e *Seropédica* - foi “desnaturalizado” por Barreto (2004) através de uma análise cuidadosa sobre a sua utilização. De acordo com autora a utilização do mesmo para definir uma região que possui uma configuração física e social heterogênea, é uma forma de aglutinar em um único elemento vários processos de identificação local que possuem contextos históricos distintos. Por outro lado, Barreto (2004) sugere a possibilidade de considerarmos o fato de que essa categoria é “o único elemento aglutinador de processos de identificação locais” (BARRETO, Alessandra S. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. UFU. **CAMPOS**, v.5, n.2, p. 45-64, 2004), o que permite, então, questionar até que ponto o sentimento de pertencimento à “Baixada Fluminense” “*significaria compartilhar um mínimo de representações e valores que ao mesmo tempo não diluiria (ou seria diluído por) outras formas de identificação mais específicas e contextuais*” (ibid., p. 46-47).

caracteriza o papel do mediador”⁷⁶. Com frequências lideranças locais que desempenham o papel de cabos-eleitorais de candidatos locais (prefeitos, vereadores), representantes estaduais (governadores, deputados federais) e candidatos com representatividade nacional (senadores, deputados federais, presidente), como veremos adiante.

Neste período, a mãe de PEDRO trabalhava com políticas de prevenção, vinculada à Secretaria de Saúde, aplicando injeções contraceptivas no posto de saúde do município. A nomeação ao cargo foi feita por um dos políticos para o qual trabalhou, apesar de Nilza não ser formalmente habilitada no exercício desta função⁷⁷. PEDRO, em entrevista, em 2004, recupera esta situação para explicar que sua mãe se tornara uma pessoa muito conhecida na cidade por conta desta atividade. Em 2005, quando questionada sobre a relação desta atividade com sua doutrina religiosa, que prega exatamente contra o aborto e a anticoncepção, D. Nilza separa a sua vivência religiosa da prática para qual fora designada sem habilitação para a função. Esse caso é um exemplo do complexo processo de circulação de agentes entre domínios sociais como a política e a religião, aqui interpretados como expressões do público e do privado, posto que para D. Nilza a religião se restringiria à sua vida pessoal. Essa interessante contradição deste ator social em relação ao proselitismo desempenhado pelas igrejas pentecostais⁷⁸, sobretudo, a partir da década de 1980, será considerada no capítulo 3. Agora, interessa voltar o significado do convite feito por Benedito Amorim em termos políticos.

O Art. 106 do Código Eleitoral Brasileiro⁷⁹ regulamenta como deve ser alcançado “quociente eleitoral” em cada eleição: “determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior”. Em outras palavras, os “votos válidos” são os “votos nominais” somados aos “votos de legenda”. Destes cálculos são excluídos os “votos brancos e nulos”. O número de “votos válidos” é dividido pelo número de vagas disponível para cada cargo. Por exemplo, nas eleições de 1996, em Seropédica, nove vagas foram ocupadas pelos vereadores eleitos. O número total de votos válidos foi 22.291, dividido pelo número de vagas, chegou-se ao “quociente” 2.476,77. Cada

⁷⁶ KUSCHNIR, 2007, p.80.

⁷⁷ Neste caso, em entrevista, PEDRO não apresentou com clareza quem teria sido o responsável pelo convite feito à D. Nilza.

⁷⁸ O significado deste conceito será definido no próximo capítulo. Por ora, interessa explicar que esta é uma das denominações empregadas pela literatura ao se referir a um grupo específico de denominações que compõem o segmento evangélico.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

partido precisava atingir, no mínimo, esse número de votos, para que a eleição fosse efetivada pelo Tribunal Superior Eleitoral de acordo com as regras do Código Eleitoral (Figura 1).

As nove vagas para a Câmara Municipal foram ocupadas somente por candidatos do PTB, porque este foi o único partido a atingir o quociente eleitoral⁸⁰, de acordo com os dados disponibilizados pelo TSE. Dentre eles, Dalva Zatorre se destacou com 586 votos, com eleição direta. Os vereadores restantes foram eleitos pela média do partido que conseguiu também eleger dois suplentes. Um deles recebeu dois votos válidos. Entretanto, não foi eleito, por exemplo, Ângelo Silva que recebeu 520 votos, embora tenha se candidatado pelo PSDB, mesmo partido do prefeito eleito, João Souza. O PSDB não atingiu o quociente eleitoral para ter direito a vagas no legislativo municipal.

Figura 1 – Quociente Eleitoral

$$\text{QE} = \frac{\text{VOTOSVÁLIDOS}}{\text{N}^{\circ} \text{ DE VAGAS PARA O CARGO}} =$$

Como vimos, e concordando com Bourdieu, “são as propriedades e as regras particulares de funcionamento do “campo político” que lhe conferem autonomia em relação ao mundo social, para decidir quem de fato vencerá a disputa política”⁸¹. A partir desta constatação interpretamos que o objetivo de Amorim, ao convidar D. Nilza, era alcançar a sua reputação local positiva. D. Nilza, ao candidatar-se, garantiria um número considerável de votos para o seu partido, independentemente de conseguir atingir o número de votos necessários para a sua própria eleição. Os eleitores que se comprometessem com D. Nilza também o fariam com o seu candidato ao executivo municipal. Portanto, ao levar para o seu lado na disputa alguém com uma reputação positiva na comunidade, Amorim garantiria a adesão de muitos moradores. Mais do que ocupar um cargo público, *o candidato ao legislativo municipal, exerce também o papel de mediador entre o candidato à prefeitura e o eleitorado.*

⁸⁰ Dois anos antes, nas eleições gerais de 1994, o partido não havia adquirido o mesmo destaque, exceto pela aliança com o governo estadual, através da coligação PSDB, PFL e PTB, na eleição de Marcelo Allencar como governador.

⁸¹ BOURDIEU, 2011, p. 193.

Entretanto, D. Nilza não aceitou o convite e, justamente, indicou PEDRO como seu substituto. Os relatos, repetidos na entrevista de PEDRO e na de sua mãe, sobre a negação do convite como o marco para o ingresso de PEDRO na política nos conduzem a algumas ponderações.

Dentro das regras de conduta da comunidade na qual D. Nilza estava inserida o seu *status*⁸² de mulher, diaconisa e cabo eleitoral não lhe conferia as condições necessárias para exercer também o papel de candidata. Com efeito, não valeria por em jogo a boa reputação adquirida na rede de sociabilidade da igreja e da comunidade, para, no lugar de aderir a uma facção, tornar-se ela mesma, líder de uma. Significaria forçar esses indivíduos, que fazem parte da sua teia de relações a escolherem um lado. Desta forma, a sua reputação também estaria em jogo.

Concordamos com Freston⁸³ quando diz em nota que “as teorias que retratam o povo como ignorante ou como indefeso ante a manipulação devem ser questionadas”⁸⁴. As condições para a candidatura de uma mulher evangélica não eram comuns e nem mesmo favoráveis neste período. Se a figura feminina que se destacou por ser negra, mulher e favelada, Benedita da Silva, emergiu no final década de 1980, a sua trajetória política não se consolidou imediatamente após a sua primeira eleição como vereadora. Nas eleições de 1992 do Rio de Janeiro para o executivo deste município, as estratégias de campanha não lograram a apreciação da imagem da candidata pela população⁸⁵. Como demonstrou Scotto, “um aspecto sobre o qual as diferentes interpretações em disputa sobre a candidata se teriam – embora por diferentes caminhos – aproximado: Benedita é situada fora do “campo político”⁸⁶. Isto se deu por meio do seu próprio trabalho de campanha, cuja “tônica foi posta principalmente sobre aqueles acontecimentos de sua trajetória e experiência de vida que a diferenciavam do resto dos políticos”⁸⁷. Além disso, neste primeiro momento de sua carreira não houve referência a sua atuação como evangélica. Esta questão será aprofundada mais

⁸² Bailey aponta que, ao ser usada com significados variados, a palavra *status* apresenta algumas dificuldades de análise. Estamos nos referindo ao emprego deste conceito quando se assemelha à ideia de reputação. Por exemplo, o *status* elevado de um indivíduo em alguma profissão pode significar a atribuição, por outros profissionais, de uma boa reputação no desempenho de uma dada atividade. Além disso, *status* pode se referir também, principalmente no campo sociológico, ao variado número de papéis que uma pessoa exerce ao mesmo tempo num espaço social.

⁸³ FRESTON, op. cit., 1993.

⁸⁴ Ibid., p.28.

⁸⁵ SCOTTO, G. Campanha de rua, Candidatos e Biografias. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 165-181.

⁸⁶ Ibid., p.184.

⁸⁷ Ibid., p.185.

adiante. Por fim, nos discursos do seu concorrente, César Maia, foi apresentada como uma candidata “apolítica”, sem competência técnica para ocupar o cargo de prefeita.

A “irrupção pentecostal” na política partidária⁸⁸ vivenciada principalmente a partir de 1988 insere-se num contexto de certa abertura do “campo político” para a inserção de representantes dos membros da igreja. Apesar disso, esse movimento não é proporcionado tão abertamente dentro da estrutura hierárquica das igrejas pentecostais, como mostra o autor e observamos no caso de Benedita Amaral.

Através deste exemplo é possível retomar a crítica à ideia, debatida em raras experiências de pesquisa⁸⁹, de que o acesso à política institucional poderia ser feito a partir de uma escolha pessoal, individual. O exemplo reforça, sobretudo, uma reflexão sobre a própria noção de que a candidatura seria um processo sem outros complicadores, além dos instituídos na lei: ter mais de 18 anos, estar filiado a um partido, ser brasileiro.

Acreditamos que a acumulação de capital simbólico, a partir da consolidação de uma posição herdada, é uma das formas de inserção no universo político partidário. D. Nilza possuía sete filhos, PEDRO foi o indicado pela mãe.

Embora possa haver transmissão genealógica⁹⁰ de capital de prestígio, esse processo não se deu de forma simples e sem esforços por parte dos agentes. Ao contrário, nota-se que esta escolha relaciona-se a determinados fatores que não podem ser explicados isoladamente, mas devem ser situados em relação aos projetos concretos destes indivíduos e ao contexto no qual os códigos sociais foram⁹¹ construídos. Sendo assim, procuramos interpretar algumas dessas escolhas feitas por PEDRO reconstruindo, adiante, “o conjunto das posições ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída”⁹². Isto é, procuramos reconstruir, a partir da descrição do caminho por ele percorrido, algumas das redes sociais nas quais PEDRO esteve inserido.

A antropóloga Karina Kuschmir, ao analisar a trajetória de uma família ligada ao universo político, procura apreender como a “experiência política se desenvolve no dia a dia e não apenas no período eleitoral”⁹³. A autora investiga a construção da carreira política de um indivíduo que ingressa oficialmente na política a partir da estruturação de várias redes sociais. A transmissão de capital por parte de seu pai, deputado estadual, foi o marco para a entrada

⁸⁸ FRESTON, op. cit., 1993.

⁸⁹ Dentre outros, podemos destacar o estudo de PALMEIRA e HEREDIA, 2005.

⁹⁰ CANÊDO, 1997.

⁹¹ GEERTZ, op. cit.

⁹² BOURDIEU, 2006, p. 190.

⁹³ Ibid., p. 8.

dessa candidata, Marta, na política institucional. Isto se estabeleceu através de uma negociação entre o seu pai e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Nessa negociação ficou acordada a candidatura da filha ao cargo de vereadora. Ela aceitou de imediato a indicação do pai, porque na verdade esta foi resultado do controle de Marta de algumas das regras do “campo político”. Essa aprendizagem foi adquirida ao longo da vivência no “cotidiano da política”. A indicação do pai, portanto, somente ritualizou a confirmação de uma condição pré-construída.

Recuperamos este estudo, porque, apesar das particularidades de cada caso, *observamos em ambos a inegável transferência de determinadas redes sociais, nas quais os transmissores possuíam uma reputação positiva*. Foi assim também, como vimos, que PEDRO fora convidado para candidatar-se ao cargo de vereador, em 1992, ainda pelo município de Itaguaí.

Então, esse Benedito, ele chamou minha mãe para ser candidata. Eu até incentivei: “a senhora que deveria ser por que é mais conhecida”. E ela: “não meu filho, não quero ser candidata não, eu faço o trabalho por que eu gosto. Então vai você ser candidato”. Eu pensei, eu era muito novo na época, mas quis, aceitei. Comecei a procurar um partido para me filiar. E me filiei ao PDT.

Apesar disso, não propomos aqui a existência de um forte sentimento, incutido em PEDRO, de hereditariedade do prestígio de sua mãe. Este é apenas um dos passos dados por ele ao longo da sua trajetória. Isto foi apontado no caso estudado pelo antropólogo Afrânio Garcia⁹⁴, cuja transmissão familiar de capital político foi analisada na trajetória de Fernando Henrique Cardoso/FHC. Segundo o antropólogo, “sua genealogia, confeccionada nas várias obras de caráter hagiográfico aqui citadas, atesta os indicadores de elevada origem social e participação direta de seus ascendentes nos eventos mais relevantes da história do Brasil contemporâneo”⁹⁵. Por outro lado, Garcia reforça a importância da transferência de capitais materiais ou simbólicos, adquiridos no ofício de sociólogo, para o “campo político”. Seu estudo “pode contribuir para a compreensão dos diferentes tipos de disposições e capitais sociais necessários ao exercício de cada um dos dois ofícios e para especificar as condições de autonomização das ciências sociais diante do universo político”⁹⁶. De todo modo, apesar do

⁹⁴ GARCIA Jr, Afrânio. A dependência da Política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. In: **TEMPO Social**. São Paulo: USP, 2004. p.288.

⁹⁵ Ibid. p.286.

⁹⁶ Ibid.

sentimento de hereditariedade política, o autor assinala que este não foi o único recurso utilizado por FHC ao longo da construção de sua carreira.

A descrição sumária do envolvimento com a política por parte de D. Nilza, durante a infância e amadurecimento dos filhos, realizada acima, viabiliza o questionamento sobre a influência da familiaridade com este universo na trajetória política de seu filho. De fato, essa rede primária herdada por PEDRO se mostra relevante para constituição da sua reputação na comunidade⁹⁷. Entretanto, a reputação adquirida por PEDRO se restringe ao acionamento das redes construídas no universo político a partir do trabalho, realizado por sua mãe, de aproximação dos candidatos à comunidade? Principalmente, àqueles com os quais vínculos eram mais intensos: a parentela, formada, sobretudo, no âmbito religioso?

Para responder essas perguntas entendemos que além dos vínculos mostrados até aqui, importa considerar também como ele deu continuidade a essas relações. PEDRO passou, além disso, por um processo de aprendizado de algumas regras peculiares aos jogos partidários antes de candidatar-se em 1992. Filiou-se ao PDT e fez parte da “Comissão pró-emancipação” desde 1983. Também aproximou-se do universo dos “Assentamentos Rurais” localizados em Seropédica. Inicialmente, por meio de laços de parentesco com alguns assentados, depois passou a posicionar se também em relação às tensões experimentadas por esses indivíduos no que concerne à chamada “luta pela terra”.

2.2 DE EVANGÉLICO POLÍTICO A POLÍTICO EVANGÉLICO: DA “POLITIZAÇÃO PENTECOSTAL” À “PENTECOSTALIZAÇÃO DA POLÍTICA”

Quando organizamos cronologicamente algumas das informações acumuladas sobre a trajetória de PEDRO, um claro movimento de transição entre identidades tornou-se perceptível. Procuramos, neste tópico, problematizar tal movimento que perpassa a sua carreira, bem como comprovar que o mesmo movimento se mostrou simétrico nas trajetórias de outros políticos, também membros de instituições religiosas. No caso de PEDRO, nos referimos à transição da figura de um evangélico político, ligado majoritariamente aos movimentos sociais, para o recorrente acionamento da identidade de político como porta-voz do universo evangélico. Neste caso, representante não exatamente de uma instituição, mas do *ethos* de um grupo. A questão que buscamos responder é por que PEDRO não faz uso da

⁹⁷ BAILEY, op. cit.

identidade de evangélico nas campanhas da sua primeira candidatura, se já era religioso, fazendo referência a esse *ethos* apenas a partir da terceira candidatura?

Na primeira fase da atuação de PEDRO como político ele já fazia parte deste cenário convertido à Assembleia de Deus. Contudo, essa identidade não é a marca referencial da sua atuação política. Entre as décadas de 1980 e 1990, a sua atenção parece voltar-se, principalmente e com maior ênfase, para a adesão a um partido político, PDT. Seu percurso principal como político parece perfazer, principalmente, as redes de sociabilidade no âmbito dos “assentamentos rurais” localizados em Seropédica, bem como nos grupos que se organizavam em prol da emancipação político-administrativa do município. Como já mencionado, nas fontes às quais recorreremos para reconstruir este caminho de PEDRO há uma recorrente referência à aliança entre PEDRO e Zealdo Amaral até quando se percebe certo entrecruzamento desta rede com a rede de Antenor Gonçalves no “tempo da política” de 2000.

Contudo, a migração definitiva de PEDRO para a rede de Antenor Gonçalves vai se tornando cada vez mais evidente. Ambos migraram do PDT para o PSC, partido no qual a ideologia religiosa se expressa claramente. Essa migração está relacionada às diversas formas de apresentação pública de PEDRO como um “político evangélico”, ao participar de eventos nos quais as redes sociais voltadas para o contexto religioso se solidificaram. Benedito Amorim foi outro político do PDT que em 2004 também se candidatou pelo PSC; no entanto, a relação deste com PEDRO não é mais periodicamente citada como veremos adiante. Somente foi possível identificar que Amorim também havia migrado para o partido quando observamos os nomes dos candidatos nos dados disponibilizados pelo TSE. PEDRO não faz nenhuma menção à Amorim além daquela que justifica o início da sua carreira.

No segundo momento, a sua identificação com e ao universo religioso aparece de forma mais “naturalizada” em seu discurso. Nos panfletos de sua campanha a identificação com uma doutrina religiosa sugere uma realidade existente “desde” o início da sua carreira política. Supomos que a expressão do “desde”, “já”, “sempre” está relacionada com a tentativa de dar sentido, no duplo sentido, significação e direção, como aponta Bourdieu⁹⁸, ao relato sobre sua própria trajetória. A tentativa de produção “artificial de sentido”, de extração de uma lógica, de uma constância relaciona-se à insatisfação com a impossibilidade de responder por fenômenos que se apresentaram de forma aleatória, descontínua, sem inegabilidade na sua vida⁹⁹. Quando perguntado sobre o uso do termo “irmão” no seu slogan

⁹⁸ BOURDIEU, 2006, p. 185.

⁹⁹ Ibid., p.186.

de campanha em 2004, PEDRO apenas respondeu que não sabia o porquê do não uso do termo nas campanhas anteriores.

O movimento de transição, observado na trajetória de PEDRO será analisado por meio da descrição de algumas situações sociais nas quais são expressas formas locais de prática e interpretação da política e da religião. Porém, ao descrevê-lo, apresento também algumas das circunstâncias políticas da “Baixada Fluminense”, ainda que de forma breve. Isto será possível graças à contextualização das mudanças de posicionamento, do acionamento de outras identidades, inicialmente menos expressas, do processo de redução de quadros do PDT, bem como do crescimento do PSC.

2.3 DA EFICÁCIA POLÍTICA DO PDT À “POLITIZAÇÃO PENTECOSTAL”: UM “EVANGÉLICO POLÍTICO”

Entender as forças políticas que se estruturavam na “Baixada Fluminense”¹⁰⁰ nas décadas de 1980 e 1990 é necessário porque é neste espaço que se circunscreve a carreira de PEDRO, importante interlocutor no processo emancipatório desta região. Além disso, a descrição deste cenário nos conduz à percepção de como o “movimento” observado na trajetória de PEDRO não foi resultado de um processo individual.

Como vimos, PEDRO entrou para política a partir do convite de Benedito Amorim, aderindo ao seu partido, o PDT. Na década de 1980, alguns partidos ganharam adeptos na “Baixada Fluminense” por causa de um discurso político voltado para as, então chamadas, “classes trabalhadoras”, ou “pessoas comuns”.

Leonel Brizola, fundador do partido, foi governador do Estado do Rio de Janeiro neste mesmo período. A partir de 1986, Moreira Franco assumiu o governo pelo PMDB¹⁰¹. Entretanto, nas eleições de 1990, Brizola foi reeleito. No ciclo seguinte Marcello Alencar assumiu pelo PSDB. De novo, em 1998, o partido retomou o governo do Estado com a eleição de Anthony Garotinho. Ou seja, nas duas décadas, cinco pleitos, que se seguiram ao fim do Regime Militar, o PDT assumiu três vezes o governo, entre 1983 e 2002.

¹⁰⁰ Sobre os temas: abandono do poder público, degradação social, atrofiação do município, administração particular, uso de violência (LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997; BARRETO, 2004, entre outros).

¹⁰¹ Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4258496477721815::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S.

Estudos¹⁰² apontam para a existência de certa dependência da política dos municípios em relação à política estadual e federal¹⁰³. Os prefeitos dos municípios localizados na chamada “Baixada Fluminense” ganhavam mais força política quando seus partidos estavam aliados ao governo do Estado. Em 1992, Benedito Amorim foi eleito prefeito de Nova Iguaçu pelo PDT, mesmo partido do governador, Brizola, reeleito em 1990¹⁰⁴.

A adesão de PEDRO a Benedito Amorim, como foi visto, se estabeleceu em 1988 quando este político candidatou-se pela primeira vez e não foi eleito. Dessa forma, se a escolha de PEDRO pelo partido, por um lado, está relacionada à aliança com Amorim, por outro lado, parece relacionar-se ao *status* adquirido pelo partido.

Apesar do partido não elegeu Darcy Ribeiro, para o governador do Estado, em 1986, passaram a fazer parte da sua bancada, vinte e quatro deputados. E este político foi eleito senador pelo partido em 1990. Há uma clara rememoração do PDT buscando intercambiar a sua memória com as ações políticas de Brizola. Por exemplo, um projeto que se alargou no estado do Rio de Janeiro foi a construção dos Centros Integrados de Educação Pública, apelidados de “Brizolões”, devido à atuação do político no desenvolvimento do projeto.

Nesse processo, um político que se destacou após a investidura do partido foi Anthony Garotinho. Em 1999, Garotinho assumiu a governança do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT até 2000, quando rompeu com o partido¹⁰⁵. Nas eleições seguintes, sua esposa Rosinha Matheus, que se apresentava com o mesmo apelido pelo qual o marido era então (re) conhecido¹⁰⁶ pelos eleitores (Garotinho) elegeu-se para o cargo pelo PSB, assumindo-o entre 2003-2007. O PDT, nas eleições municipais de 2000, elegeu o Estado do Rio de Janeiro, 34 prefeitos e 252 vereadores. Quando da morte do seu fundador, Leonel de Moura Brizola, em 21 de junho de 2004, o partido reduziu bruscamente o número de candidatos eleitos para 67 vereadores e três prefeitos¹⁰⁷. A partir da perda de liderança partidária do PDT,

¹⁰² BARRETO, 2004.

¹⁰³ Ibid; BEZERRA, M. O. **Corrupção**: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. Id. **Em Nome das Bases. Política, Favor, e Dependência Pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

¹⁰⁴ Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4258496477721815::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso em: 30 jun. 2013.

¹⁰⁵ Depois de ter rompido com o PDT, o então governador manteve-se no governo sem representar nenhum partido.

¹⁰⁶ Este termo é aplicado aqui nos dois sentidos empregados por Scotto: “a identificação concreta de uma pessoa conhecida” e a “ideia do reconhecimento de alguém ou de alguma coisa, como boa, verdadeira, ou legítima” (SCOTTO, op. cit., p.166).

¹⁰⁷ Ao passo que se observa o crescimento, por exemplo, de partido como o PT, de 1 prefeito e 42 vereadores para 9 prefeitos e 45 vereadores. O mesmo foi constatado no caso do PSC, de nenhum prefeito eleito para cinco em 2004 e de 33 vereadores para 60. Por outro lado, assim como o PDT, o PSDB também passa por uma grande

principalmente nesta região do estado do Rio de Janeiro, que se explicita o movimento de transição de alguns políticos para outros partidos e, paralelamente, para o acionamento da identidade evangélica.

Quando foi eleita governadora do Estado, em 2000, Rosinha Matheus se apresentava na mídia como membro da Igreja Presbiteriana. O que não fez parte do seu discurso e do seu marido nas décadas anteriores. Como defendeu Freston¹⁰⁸, a “irrupção pentecostal na política”¹⁰⁹ foi um movimento no qual houve uma inserção mais evidente e planejada destes indivíduos no “campo político”.

Ora, este breve mapeamento da trajetória do partido e dos políticos a ele vinculados lança luz à reflexão de que a “escolha” de PEDRO pelo PDT no início de sua carreira não se deu de forma descontextualizada. Parece-nos que foi na verdade o resultado de um determinado controle e domínio do próprio movimento do campo. Ou seja, nas décadas de 1980 e 1990 o discurso do PDT representava os interesses de alguns dos grupos presentes na “Baixada Fluminense”, por isso possuía, neste lugar, destaque, que se tornava expresso nas eleições.

A própria aproximação de Amorim à mãe de PEDRO também pode ser entendida de acordo com o desenvolvimento do partido na década de 1980. E do alcance, por parte do PDT, de uma vasta representatividade política na “Baixada”. Todavia, lembrando o início da sua trajetória em 2003, quando o discurso do partido não era o único e, portanto, nem o mais forte para representar eleitores da “Baixada”, PEDRO associou sua adesão ao convite feito por Amorim. Em 2004, PEDRO referiu-se ao PDT como um “partido meio ideológico”, posicionando-se de forma diferente em relação ao partido, neste ano já com outro *status*.

Ele [Benedito Amorim] era do PDT. O PDT sempre foi assim, um partido meio ideológico. Eu fui procurando saber como é que era o estatuto, procurando saber tudo sobre o partido para saber onde eu estava entrando¹¹⁰.

redução em números nas eleições municipais do estado do Rio de Janeiro em 2004. De 11 prefeitos e 134 vereadores, o partido passa a ser representado por três prefeitos e 73 vereadores (Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>).

¹⁰⁸ FRESTON, op. cit.

¹⁰⁹ Segundo Freston, a “*irrupção pentecostal*”, termo cunhado por ele, pode ser relacionada a três fatores: a concorrência com a Igreja Católica, os interesses dos dirigentes religiosos e a reação dos líderes pentecostais a modificações relacionadas, por exemplo, com o aborto e o com divórcio, que ameaçavam a “*socialização sectária do grupo*” (op. cit., p.213).

¹¹⁰ Entrevista concedida por PEDRO, em 2003. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Se, em 2004, a “pentecostalização da política”, ou seja, a legitimidade para falar e fazer política foi abruptamente adquirida por variadas instâncias evangélicas, a identidade de político evangélico apareceu com uma nova significação no espaço público. Uma nova configuração do campo religioso alterou o cenário político, embora fosse ainda negativizada por parte da mídia, por alguns políticos e mesmo pelos eleitores. O aumento do número de evangélicos, considerado uma explosão, publicado nos dados traduzidos pelo IBGE (ANEXO I.), no censo de 2000, está relacionado ao crescimento da credibilidade da representação destes grupos pelos próprios membros das instituições religiosas. Ou mesmo por partidos com vínculos religiosos, ainda que os elementos desta aproximação sejam ideológicos, já que partidos como o PSC, por exemplo, também apoiaram políticos aos quais não era atribuída uma identidade religiosa.

Observa-se o delineamento deste movimento no caso, por exemplo, da trajetória de Dalva Zatorre. Como já foi apresentado, em 1996, ao se candidatar pelo PTB recebeu um número considerável de votos em relação aos demais candidatos. Foi a única vereadora eleita diretamente. Nas eleições de 2000, Zattore migrou para o PSC que, dessa vez, equiparou-se ao PDT, cada um com 3 das 9 vagas disponíveis. Enquanto a campanha dos candidatos do PDT incorporou o tema da emancipação como resultado da conquista destes políticos, o PSC efetivou o Projeto Celebrai. Em 2004, a candidata novamente mudou de partido, agora, para o Partido Frente Liberal/PFL, candidatando-se para o cargo de vice-prefeita ao lado de Naldo Romano.

Veremos em breve que a constatação acima não está associada à equação difundida no senso comum de que “irmão vota em irmão”. Ao contrário, a aquisição de capitais materiais e simbólicos no campo religioso não é garantia da conversão destes para o “campo político”. Para a conversão é necessário um considerável esforço por parte do político que deve apreender e controlar algumas das regras particulares deste subespaço social. Essas considerações serão retomadas quando analisarmos a apresentação de candidatos evangélicos num ritual da *Santa Ceia*, confrontando a importância deste evento religioso com o resultado obtido nas urnas meses depois.

2.4 A INSERÇÃO NA REDE SOCIAL DO POLÍTICO ZEALDO AMARAL: O CARGO DE SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO DE SEROPÉDICA

A adesão ao PDT marca a primeira parte da trajetória política de PEDRO, porém isso não aconteceu de forma isolada. Concomitantemente, PEDRO também se associou ao movimento em prol da emancipação do então distrito de Itaguaí: Seropédica. PEDRO foi secretário da “Comissão de Emancipação”.

O jornal “Seropédica” elegeu o ano de 1983 para indicar como o marco do início do processo de emancipação, por causa da criação e oficialização da “Comissão de Emancipação de Seropédica”. É considerável que o movimento é provavelmente anterior, uma vez que a própria proposta de criação de um grupo nos leva a considerar que a perspectiva de emancipação faz parte de um cenário já existente¹¹¹.

O grupo, que se formou entre 1983 e 1995, visava a convocação de um plebiscito que decretasse a emancipação. O primeiro plebiscito, contudo, convocado em 1991, não retornou um resultado positivo para este grupo. PEDRO culpa alguns políticos, apelidados como “os contras”, pelo resultado negativo. Uma fraude teria modificado o resultado: os votos de pessoas falecidas também teriam sido contabilizados. Apesar do caso não ter sido investigado e comprovado, a menção feita por PEDRO sugere que havia uma disputa e ao que parece também um grande interesse, por parte de alguns políticos, de que o Ato Legislativo não fosse decretado. Uma disputa polarizada por facções políticas que se identificavam como “nascidos ou adotados” por Seropédica e os chamados “coronéis de Itaguaí”.

No ano de 1996, Benedito Amorim e PEDRO teriam escolhido lados distintos. Embora Amorim tenha mediado a inserção de PEDRO no PDT, considerado desta forma o seu padrinho político, eles não se aliaram “*na luta pela emancipação*”. Esse fato teria aproximado PEDRO de Zealdo Amaral. Embora não fossem do mesmo partido, os dois tinham uma “*luta em comum*”. PEDRO chegou a afirmar que naquela época Zealdo Amaral não participava de nenhum partido: “*ele lutava pela emancipação*”. Amaral, apesar disso, candidatou-se à prefeitura em 1996, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB.

Zaldo Amaral desempenhou um papel de destaque no processo de emancipação do município, como presidente da “Comissão de Emancipação”. Neste momento era também vereador de Itaguaí pelo PMDB. No primeiro pleito do município de Seropédica, foi o segundo candidato mais votado ao cargo de prefeito. Montou este “nucleozinho”, nome atribuído por PEDRO, para discutir o trabalho de campanha em prol da emancipação.

¹¹¹ **Jornal de Seropédica**, Ano VI, Edição nº 127. Data: 1 a 15 de setembro de 2004, p.3.

PEDRO, membro da Assembleia de Deus desde 1984, conhecia também muitas pessoas da igreja, por causa de sua mãe, evangélica há muitos anos. Por causa dessa proximidade, orquestrava debates sobre a emancipação com este grupo religioso. Contudo, seu trabalho como “evangélico político” se fixava no acionamento desta rede local. A ampliação da identidade de evangélico como configuradora da sua atuação política somente se evidencia a partir de 2003. Na citação abaixo, PEDRO explica como se desenrolou esse processo.

[...] E gostei de fazer isso, e comecei a organizar um nucleozinho em Seropédica e aí comecei a entrar na política. Só que naquela época eu fui, entrei na política, mas ainda não fui candidato. Mas fui candidato logo depois e aí já vim apoiando Zealdo Amaral, porque nós lutamos juntos pela emancipação, aquela coisa toda. **Na primeira eleição de emancipação que teve várias fraudes e tudo (sic). Eu trabalhei secretariando. Zealdo era o presidente da comissão. Inclusive a gente ajudou com [...], nessa época eu já estava na igreja, aí ajudamos, pegando os membros da igreja conversando com eles, fazendo reuniões para poder conseguir a emancipação, foi muito difícil da primeira vez, porque o Benedito [Amorim] que era do meu lado, aí ele já estava contra a emancipação. Então, foi uma situação difícil, mas que a gente conseguiu**¹¹².

Para pensar a o acionamento de perfis identitários diferentes recorremos ao trabalho realizado por Alessandra Barreto¹¹³ que destaca certa necessidade de manutenção de uma identidade móbil, que transita entre pertencer a uma dada comunidade ou estar “fora” dela, identificada nos habitantes da “Baixada” neste período. Segundo, Barreto, tal necessidade de “manipulação” da identidade é resultado das possíveis formas de preconceito e marginalização associadas às condições socioeconômicas da “Baixada” a que seus moradores estão sujeitos. Assim, os habitantes destas regiões vinculam sua imagem a outros elementos identificatórios, como, por exemplo, a associação a alguma instituição religiosa, política, ou movimento social.

A discussão da autora é interessante para entender as diferentes formas de aquisição de capital por indivíduos que possuíam um alcance político muito restrito e, assim, a conversão destes para o “campo político”.

Em primeiro lugar, a vinculação à esfera religiosa por parte destes indivíduos, resultaria da forma “redentora” pela qual a religião é interpretada pelos habitantes dos municípios localizados na “Baixada Fluminense”. A religião lhes garante, portanto, o

¹¹² Entrevista concedida por PEDRO, em 2003, grifos nossos. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹¹³ BARRETO, 2004.

afastamento das possíveis associações às impurezas ou contaminações locais, como, por exemplo, a violência. Neste contexto, os evangélicos surgem como o grupo mais representativo desse novo panorama, pois passaram a participar intensamente do universo político.

Afinal, os evangélicos, que até a década de setenta possuíam uma atuação tímida nessas instâncias, canalizando seus projetos para medidas corporativas, como, por exemplo, a instituição do Dia da Bíblia, ganharam maior visibilidade com a implementação de novas formas de organização social na qual “escolhiam” e “elegiam” seus candidatos¹¹⁴. Desta forma, a religião “não seria mais uma esfera à parte das esferas da vida política, por exemplo, reconhecendo-lhe, em certo sentido, a necessidade atual de um engajamento na vida pública não apenas em movimentos civis, mas com representantes políticos legitimamente construídos”¹¹⁵.

Em segundo lugar, apesar de considerado “impuro” o trânsito na esfera política também é interpretado por estes atores sociais como um caminho para a inversão, ou a tentativa de inversão, do quadro social de seus municípios. A política, nesse sentido, lhes asseguraria os meios para que eles pudessem “resignificar” sua condição de morador, através do investimento, por exemplo, no desenvolvimento local. Com efeito, a presença desses atores sociais neste universo “implica em mudanças nas relações e práticas intra e extra-políticas, pois sugere novas formas de mediação, reciprocidade e aliança, além de redimensionar o papel e o poder das instituições sociais em questão”¹¹⁶.

A autora aponta que a “Baixada Fluminense” na década de 1980 foi vista, principalmente através da imprensa, como um símbolo de violência, pobreza e criminalidade¹¹⁷. A utilização da coerção e violência com fins políticos legítimos e o surgimento dos movimentos sociais, buscando resolver os problemas sociais não atendidos pelo Estado, como, a “casa própria” são processos vivenciados pelos municípios que compunham essa região no início do século XXI. A violência, inicialmente apresentada na disputa pela terra, se transformou ao longo dos anos na vitalidade de um poder político baseado neste tipo de coação física e moral. Aplicada a quem se opusesse ao interesse dos grupos que detinham o controle, em geral identificados como os “coronéis”, sobre os habitantes dessa região e que ainda de alguma forma mantém certo poder localmente.

¹¹⁴ SOUZA, Etienne C. B.; MAGALHÃES, Marionilde D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v.22, n.43, p.85-105, 2002.

¹¹⁵ Ibid., p.4.

¹¹⁶ Ibid., p. 47.

¹¹⁷ BARRETO, 2004.

A década de 1990 marca a concretização de um novo mapa político-geográfico da região onde PEDRO desenvolve sua carreira. Encena-se o período das emancipações de Seropédica, Belford Roxo (1990), Guapimirim (1990), Japeri (1991), Mesquita (1999), Queimados (1992). Ampliando fronteiras e aumentando as áreas de disputa política. Esse contexto emancipatório não se restringe apenas à Baixada Fluminense. Entre 1980 e 2001, observa-se o mesmo quadro de aumento do número de municípios nas cinco grandes regiões do país. Este processo está relacionado a um novo momento político no qual os municípios conquistaram maior autonomia e descentralização política administrativa, que acompanharam a redemocratização do país.

A transição da década de 1980 para a década de 1990 pode ser assinalada pelo processo de disputa pela emancipação do então distrito de Itaguaí, Seropédica. Em sua maioria, os políticos que defendiam o tema da emancipação também eram candidatos nas eleições de Itaguaí, ocupando postos públicos, se tornaram políticos conhecidos. O que foi importante quando precisaram pedir votos a favor da emancipação, nesse momento (re) conhecidos. É exatamente este o caso de Zealdo Amaral: como era representante do legislativo em Itaguaí, acionava uma possível “competência administrativa” como capital político para justificar a campanha em prol da emancipação.

Não obstante, a cidade de Seropédica possui certas peculiaridades que a distanciam das condições aglutinadoras da categoria “Baixada Fluminense”; alguns aspectos essenciais justificam esta distinção. O primeiro se refere à geografia do município, que possui um vasto território com vegetação e pastagens. O que nos leva a lembrar do histórico de luta pela terra, pois esta região, durante muitos anos, esteve sob a influência de grandes proprietários rurais. O segundo aspecto diz respeito à localização da população, já que Seropédica agrupa um vasto índice populacional em áreas rurais.

Durante o referido processo emancipatório, algumas das redes políticas locais foram se formando no decorrer das “lutas” em prol ou contra o movimento, eixo a partir do qual estes grupos políticos foram se constituindo. Sendo assim, ao longo de quase 12 anos de disputas políticas, dos quais participou PEDRO, entre “os contras” e “os pró-emancipação”, houve o aprendizado de certas normas políticas não ligadas exatamente às práticas políticas partidárias, mas às formas de sociabilidade no “cotidiano” político local. Como, por exemplo, a migração para a rede política de Zealdo Amaral.

Além disso, a aproximação com o universo dos assentamentos rurais, do “movimento rural”, da “luta pela terra”, garantido pelos laços de família, por meio de Josias, seu cunhado, é outra forma de inserção de PEDRO em domínios nos quais há um diálogo permanente com

o universo da política. A própria história de constituição destes espaços aponta para a maneira pela qual a política está imbricada nas suas lógicas próprias de organização.

As eleições de 1996, em Seropédica, elegeram políticos para o executivo e legislativo municipal que, de alguma forma, procuraram se identificar com o processo de emancipação, tema que orientou as campanhas políticas. João Souza, por exemplo, investiu, em sua campanha, em um novo discurso político no qual dizia ter defendido a proposta emancipacionista. A partir daí, começou a ser identificado pelos moradores como um político “adotado” por Seropédica. Mariza Peirano atesta que, para um político, identificar-se com um *lugar*, “ser filho” de um município, é “motivo de orgulho e atestado de identidade social”¹¹⁸. Neste pleito, as disputas eleitorais pela prefeitura se canalizaram, principalmente, nas figuras de três candidatos: João Souza, Zealdo Amaral e Newton Albuquerque, que receberam, respectivamente, 11.288, 7.982, 3.414 votos¹¹⁹. A divisão de votos entre Newton Albuquerque e Zealdo Amaral, presidente da “Comissão Pró-emancipação”, garantiu a eleição de João Souza.

Nas eleições municipais seguintes, em 2000, Zealdo Amaral e PEDRO se aliaram, através do PDT, à Antenor Gonçalves, figura na qual se concentrou a disputa contra João Souza. Zealdo Amaral e PEDRO trabalharam como cabos eleitorais de Antenor Gonçalves, e, portanto mediarão a relação entre o eleitorado e o candidato ao executivo municipal. Recorrentemente se identificando como “pai da emancipação”, Zealdo Amaral foi o vereador mais votado neste pleito, com 1169 votos. Para o PDT foi mais interessante indicar Antenor Gonçalves como candidato ao executivo devido à ligação direta com um dos assessores do então governador Anthony Garotinho, Pr. Élio Parreira, o responsável pelo Programa Social cheque-cidadão. A disputa entre Antenor Gonçalves e João Souza foi acirrada, foram 508 votos de diferença que determinaram a eleição de Antenor Gonçalves.

O Projeto Social foi criado enquanto Garotinho era o governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT, no final da década de 1990. Garotinho fez parte deste partido por quase 16 anos, mas rompeu com o partido em 1999, justificando que teria se desentendido com a liderança, representada por Brizola, embora a mídia tenha apontado outras razões para o afastamento.

O presbítero PEDRO tornou-se o responsável pela entrega do cheque-cidadão e do cheque-idoso, na Catedral das igrejas ADs de Seropédica, para substituir o antigo responsável,

¹¹⁸ PEIRANO, M. Sem Lenço e sem Documento: reflexões sobre cidadania no Brasil. **Estado e sociedade**, Brasília: EDUnB, v. 1, n. 1, p.49-64, 1986, p. 127.

¹¹⁹ Os demais candidatos não foram citados porque receberam menos de 650 votos.

Paulo Silas, morador do km 40. Este fora acusado de cometer irregularidades durante o período no qual esteve à frente do Programa no município. Foi acusado de, por exemplo, entregar o cheque-cidadão a pessoas que não se enquadravam nas diretrizes estipuladas para o Programa. A referência a PEDRO aconteceu por que o coordenador geral do Programa, o pastor Élio Parreira, teria conhecido PEDRO por intermédio de Antenor Gonçalves, ainda quando os três eram filiados ao PDT. Além disso, apesar de não ter sido eleito em 2000, Antenor Gonçalves foi indicado, também pelo assessor do governador, pastor Élio Parreira, para o cargo de Agente de Desenvolvimento Local (ADL), cargo comissionado pelo então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

Há três principais centros administrativos no município de Seropédica: o km 49, o km 42 e o km 32. Como nasceu às margens da BR 101, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, a sua expansão se deu de forma desordenada, às margens dessa estrada. Os bairros são conhecidos pelos moradores pela sua localização em relação à rodovia. Por exemplo, a UFRuralRJ está localizada no 47 km. Esses espaços são também *lócus* onde se observa disputas políticas pelo controle da região. Conforme se atravessa a cidade via BR040, evidencia-se a variação entre picos e quedas em relação ao desenvolvimento socioeconômico. A região entre o 32km e o 40km pertencia os altos e baixos domínios políticos diferentes. O 40 km está mais próximo dos Assentamentos Rurais.

2.5 ALIANÇAS POLÍTICAS E O UNIVERSO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: ANTENOR GONÇALVES X ZEALDO AMARAL

Quando Antenor Gonçalves novamente iniciou sua campanha para o executivo municipal em 2004, transferiu o cargo de ADL para o seu filho, Tiago Gonçalves, que exerceu a função entre 2004 e 2006. Tiago Gonçalves passou, então, a circular por diferentes bairros da cidade com o objetivo de explicar a “importância” de um ADL, remetendo seu trabalho à imagem de seu pai. PEDRO e Josias, seu cunhado, tornaram-se os mediadores entre os assentados e Tiago Gonçalves. No “tempo da política”¹²⁰ de 2004, o grupo de pesquisa acompanhou uma visita destes personagens ao Mutirão Eldorado em um dia de culto da AD local (Figura 2).

¹²⁰ PALMEIRA, ; HEREDIA, 1997.

Figura 2 - Pintura com o símbolo do Mutirão Eldorado



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2004, UFRRJ.

PEDRO esperou o culto terminar para falar sobre sua candidatura, dizendo que se expressaria na hora do culto “para não misturar as coisas”. Apresentou, então, Tiago Gonçalves e explicou aos assentados do Eldorado que a “Carteira agrícola” seria um projeto do governo para ajudá-los. Explicando o projeto, iniciou o seu trabalho de campanha para Antenor Gonçalves: “não adianta trazer cestas básicas na época de eleições e vocês sofrerem 4 anos, tem que trazer técnicas de trabalho na terra, fazer vocês terem independência, dar dignidade através da terra, este é um projeto do Antenor Gonçalves”. E completou com a justificativa da sua campanha para a vereança: “nós precisamos de um vereador que tenha compromisso, em nome de Deus, para ajudar vocês, só conto com vocês para me colocarem lá”. Para terminar o seu discurso PEDRO enfatizou, com palavras de ordem, que os assentados deveriam “dar o voto para alguém que vai dar dignidade para vocês, não adianta dar voto em troca de cesta básica, vocês precisam de alguém para ajudar vocês através de projetos. Se não forem atendidos, vão à Câmara, reivindicuem, se mobilizar para ter uma vida melhor”.

Tiago Gonçalves, por sua vez, também discursou para os assentados, explicando o que seria a Carteira Rural e quais seriam os benefícios que ela garantiria aos agricultores. Explicou que o cargo de Agente de Desenvolvimento Local, vinculado à Secretaria de Agricultura, repassava os recursos do governo estadual para essas áreas administradas pelo município. Vestido com a camisa do Comício da campanha do pai. Tiago Gonçalves pediu desculpas por isso, alegando que aquele não seria um momento propício, mas não teria tido tempo para trocar de roupa antes de ir ao assentamento. Depois, anotou os pedidos dos

agricultores e prometeu um retorno no mês seguinte com a resolução para alguns dos problemas apontados pelos moradores.

Figura 3 - Tiago Gonçalves discursa no Mutirão de Assentamento Rural em Seropédica/RJ



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2004, UFRRJ.

Um mês depois desta visita aconteceu o que optamos por chamar de uma manifestação performática de uma disputa política, sustentada pela divisão de algumas das forças sociais neste assentamento. Essa divisão foi consequência das alianças políticas divergentes feitas por dois membros do Mutirão. Trata-se de uma assembleia realizada neste espaço. Os pesquisadores foram convidados pelo interlocutor PEDRO, porque nesta reunião seriam discutidas algumas “questões de política”.

Houve o encontro, no Mutirão Eldorado, de dois candidatos para o cargo de prefeito e dois candidatos para o cargo de vereadores de facções locais opostas. O primeiro candidato, Antenor Gonçalves, pelo PSC, chegou junto com os pesquisadores. Algum tempo depois, chegou o segundo candidato a prefeito, Zealdo Amaral, pelo PDT, que se sentou e começou a conversar com os moradores. Depois deste encontro entre os candidatos de facções opostas, teve início certo tipo de disputa entre dois atores sociais, com um forte reconhecimento local, com o objetivo de fazer com que os “seus candidatos pudessem falar”. A disputa, então, estava em torno do significado do (re) conhecimento¹²¹ dos compromissos firmados que, para

¹²¹ SCOTTO, op. cit.

os pesquisadores, se mostrou claramente surpreendente: uma verdadeira disputa de facções pela adesão de um grupo.

O caráter peculiar desta disputa pelo poder local está no fato de que são os próprios moradores que promovem as discussões, ao passo que os candidatos não estão diretamente em confronto. Dito de outro modo, essa negociação política não se limitava à campanha eleitoral, mas o que estava em jogo naquele momento era o (re) conhecimento¹²² da autoridade e da eficácia das alianças formadas por cada grupo.

Os atores sociais que iniciaram o embate foram, principalmente, o Sr. Duarte e Sr. Camilo¹²³. Sr. Duarte, por ser o presidente da assembleia do mutirão, parecia possuir certo tipo de capital que lhe garantiu a autoridade para convidar o candidato Antenor Gonçalves para expor suas propostas políticas na assembleia. Sr. Duarte o teria convidado, pois queria agradecê-lo pelo material doado um mês antes, através de seu filho, Tiago Gonçalves, para a construção de uma igreja no mutirão. Em um culto realizado no mesmo assentamento cerca de um mês antes da assembleia, o Sr. Duarte pediu o material para Tiago Gonçalves que, naquele período, ocupava o cargo de ADL. Ao passo que o Sr. Camilo havia convidado o candidato Zealdo Amaral do PDT porque “seria importante para a comunidade que Zealdo Amaral também apresentasse suas propostas políticas”.

Esses dois convites geraram uma divisão entre os assentados e também uma desorganização da lógica hierárquica interna, já que Sr. Duarte era o presidente da assembleia. Este considerou o convite feito por Sr. Camilo ao candidato Zealdo Amaral como uma “falta de respeito”¹²⁴. Sr. Camilo, por sua vez, afirmou que queria ampliar os vínculos do assentamento com outros políticos. Um morador local interpretou a situação como uma

¹²² SCOTTO, op. cit.

¹²³ A fim de proteger a imagem dos moradores do mutirão que não estavam vinculados diretamente ao universo da “grande política”, preferimos identificá-los pelos nomes fictícios: Sr. Camilo e Sr. Duarte.

¹²⁴ COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. O antropólogo aponta que os mecanismos de controle público de uma determinada comunidade podem ser sintetizados perpassando a noção nativa de *respeito*, esse conceito, sendo polissêmico, apontaria para “*modalidades de gestão de fronteiras e hierarquias entre unidades sociais*”. Dessa forma, existe o *respeito* quando não se viola, nem se ameaça violar fronteiras de outra *unidade*: quando se emitem sinais públicos de *reconhecimento da força*, da *dignidade*, da *igualdade* ou *superioridade moral* do outro. A *falta de respeito* seria, no entanto, a violação simbólica de fronteiras e hierarquias sociais, geralmente acontece quando há alguma afirmação pública de uma ausência de temor. A noção de *brincadeira* se encaixaria neste contexto como a falsa *falta de respeito*, pois ao mesmo tempo em que ela seria a violação de fronteiras, também delinaria os limites das fronteiras e hierarquias. Quanto às ações dos que estão fora dessa série de relações solidárias e hierarquizadas, as quebras de fronteiras passam a ser vistas como *provocações* e *desrespeito*. Há uma constante vigilância dos que estão “de fora” desse círculo de sociabilidade, mas mesmo assim, se dentro do círculo familiarizado surgirem ações e a interpretação dessas ações levarem a uma percepção pública de que houve *falta de respeito* iniciará o processo de “desfamiliarização” deste membro do segmento.

oportunidade aberta aos dois candidatos que podiam definir suas alianças, pois aquela não era “uma reunião política, mas uma reunião dos assentados”.

No entanto, aparentemente incomodado, Antenor Gonçalves, pediu licença para todos e se retirou. Com a sua saída, PEDRO, candidato ao cargo de vereador pelo PSC, fez um discurso performático reforçando insatisfação com a presença do candidato a prefeito Zealdo Amaral e do candidato a vereador, Emílio, do mesmo partido, o PDT. PEDRO, então, discursou enfatizando os seus laços com o assentamento:

País da burguesia, país dos mais ricos, quando se dizem bons é porque estão levando algo de vocês. Sou de uma família de agricultores, temos que aprender a fazer democracia no Brasil. Este país democrático escraviza as pessoas. Aqui bem perto nas lixeiras, os agricultores não têm nada, não têm plano de agricultura. Este Governo tem oito anos e não faz nada por vocês, os candidatos usam vocês nesses três meses de campanha, mas durante os quatro anos vocês não tem nada¹²⁵.

O discurso de PEDRO foi interrompido pelos moradores, porque “ele teria se exaltado”. Então Emílio, vinculado à facção de Zealdo Amaral, portanto concorrente de PEDRO, passou a ironizar a sua fala, afirmando que “não precisam (os vereadores) ver nada, pois você (PEDRO) já falou que a Câmara de Vereadores não serve para nada”. Interessa lembrar que Zealdo ocupa ainda a cargo de vereador eleito em 2000, quando deixou a disputa pelo executivo municipal entre Antenor Gonçalves e João Souza. Zealdo Amaral iniciou a apresentação do seu programa político:

Nós vamos sentar e escutar a todos. O sistema autoritário está destruindo nossas famílias. Sou advogado, empresário bem sucedido. Sou o vereador mais votado,[quando se candidatou ao cargo de vereador em 2000 recebeu 1.169 votos, número muito superior à média] o que me orgulha muito. O Projeto criado por mim em 1996: tiramos Seropédica de Itaguaí. Pensei: vamos ter um município próspero que ofereça várias coisas para o povo. Eu sou emancipacionista. Quando acabou o projeto de emancipação, eles [candidatos a prefeitura de Seropédica] que lutaram contra a emancipação estavam no poder. Acreditamos em Deus e se vocês abrirem a Bíblia em Eclesiastes diz: “tudo tem o seu tempo”. Eu, Zealdo Amaral, filho da terra, estou percebendo que algo vai acontecer com Zealdo eleito”. Convidei o meu amigo Emílio[candidato a vereador de sua coligação] e ele aceitou, o que me deixou muito feliz. PEDRO pode ter se exaltado, mas ele é um homem de caráter, um cara amigo, eu vou a casa dele, da família dele, queremos liberdade¹²⁶.

¹²⁵ Evento narrado nos diários de campo do grupo de pesquisa, grifos nossos. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹²⁶ Ibid.

Zealdo Amaral completou sua fala reforçando a associação da sua imagem de candidato à prefeitura de Seropédica, em 2004, a sua atuação no projeto de emancipação de Seropédica em 1996. Desta forma, ele garantia o (re) conhecimento, por parte dos moradores do município, da sua imagem no processo de construção da identidade política local: “*Seropédica me deve muito*”. Além disso, Zealdo Amaral também lembrou a participação de PEDRO nas disputas políticas pela emancipação. Afinal, PEDRO tornou-se uma figura reconhecida por ter desempenhado a função de secretário da “Comissão Pró-Emancipação” sob liderança de Zealdo Amaral. Contudo, no Comício do PSC, realizado um mês antes desta assembleia, Antenor Gonçalves enfatizou que atou em prol da emancipação de Seropédica. Portanto, ambos procuraram, neste pleito, rememorar alguma ligação com o processo que havia acontecido há mais de 10 anos naquela região. Antenor Gonçalves, além disso, também reivindicava a legitimidade para falar em nome dos eleitores evangélicos. Neste caso, trata-se, portanto, da associação a duas chaves de identificação: a emancipação com um conquista da qual teria feito parte e a “politização pentecostal”, o direito de representar este grupo.

A percepção de que os atores sociais vivenciaram um pequeno ritual de negociação política viabiliza a identificação de outras questões analíticas a serem trabalhadas, uma vez que as performances ritualísticas expressas nesta assembleia mostram formas locais de interpretação das práticas políticas.

Ora, PEDRO, neste ritual de disputa e negociação política, desvinculou-se publicamente de Zealdo Amaral e associou-se a Antenor Gonçalves que, além de filiar-se ao partido com uma ideologia religiosa (ambos os candidatos pelo PSC), lhe prometera a Pasta da Secretaria de Agricultura, caso PEDRO não fosse eleito.

Como o objetivo dos candidatos presentes neste ritual era a identificação da sua imagem política no universo dos mutirões, PEDRO, que já fazia parte ou procurava demonstrar tal vinculação neste domínio (“*Sou de uma família de agricultores*”) mediou a relação entre os políticos, tanto Antenor Gonçalves como Zealdo Amaral, e os moradores do assentamento. Todavia, PEDRO desobrigou-se performaticamente da dívida com Zealdo Amaral, resultado das habilidades adquiridas com ele ao longo da sua inserção na política, vinculando Antenor Gonçalves ao universo do assentamento. De fato, os acordos estabelecidos por PEDRO em suas variadas redes sociais desembocaram na campanha eleitoral de Antenor Gonçalves, que foi eleito em 2004. Como consequência, PEDRO foi nomeado por Antenor Gonçalves para o cargo de Secretário de Agricultura.

Nesse contexto, a relevância do (re) conhecimento do candidato por um grupo é, como vimos, um dos elementos essenciais nos processos de “familiarização” e “desfamiliarização”

de alianças políticas em universos sociais diferenciados nos quais os candidatos circulam em busca da vinculação com os eleitores e, por conseguinte, da garantia do compromisso expresso no voto.

Além disso, o trabalho descritivo acaba por perpassar também a investigação sobre como um determinado grupo, aqui englobado na categoria “classe popular”, entende, pratica e negocia a sua participação política.

Por fim, o significado dos movimentos simultâneos na trajetória de PEDRO para a identidade de político evangélico e, ao mesmo tempo, para a rede de Antenor Gonçalves e para o PSC demonstra certo controle das regras do “campo político”. Afinal, movimentar-se junto com o *campo* com tanta clareza é deter certo conhecimento sobre o seu funcionamento. E nesse sentido, é fazer parte deste microcosmo: tornar-se, portanto, um “político profissional”¹²⁷. Nas palavras de Bourdieu, isto significa dizer que para entender uma trajetória é preciso construir previamente “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”¹²⁸. Para complementar os argumentos com os quais procuramos entender, ao seguir alguns dos passos por PEDRO, o processo de aquisição de capitais e a conversão destes para distintos subespaços sociais, analisaremos um ritual da *Santa Ceia* realizado na Catedral das ADs do Km 50.

A importância deste ritual situa-se no fato de que, em um evento que se repete mensalmente, formalizou-se, através das palavras do dirigente, a forma como aquela igreja interpretava e praticava a política institucional, como veremos adiante. Antes disso, vale dizer que o estudo de uma ação ritual possibilita entender para além do significado do momento crítico, mas a cosmologia que orienta as práticas nele evidenciadas. Portanto, como sugere, Peirano “somente uma determinada cosmologia pode explicar o por que, em certos contextos, mitos, ritos, tabus, proibições tem a capacidade de dizer e fazer coisas diferentes, já que semanticamente eles são tanto separados quanto relacionados: se uma sociedade privilegia ritos, ou pode enfatizar mitos”.¹²⁹

¹²⁷ BOURDIEU, 2011.

¹²⁸ Ibid., p.190.

¹²⁹ PEIRANO, M. A análise antropológica dos rituais. In: PEIRANO, M. (Org.) **O Dito e o Feito. Ensaios de Antropologia os Rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

2.6 UM RITUAL DA SANTA CEIA: A “PENTECOSTALIZAÇÃO DA POLÍTICA”

As Assembleias de Deus (ADs) são regidas político-administrativamente por duas Convenções principais: a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil/CGADB e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira/CONAMAD. Apesar de não serem as únicas, essas duas convenções são as que mais se destacam na disputa interreligiosa pelo poder nesta denominação. Além disso, há, entre elas, uma clara oposição na forma como exercem o poder. Neste capítulo, focalizaremos o caso específico da organização doutrinária das igrejas vinculadas à CONAMAD.

Em Seropédica existem duas igrejas ADs chamadas de Catedrais. Uma localizada no km 42 da BR 465, espaço que foi se tornando, ao longo das últimas décadas, um segundo centro administrativo do município. Esta igreja estrutura-se de acordo com as regras da CGADB. A outra igreja, mais antiga, está localizada no 49 km. Foi a primeira AD implantada no município, há mais de 80 anos. O prédio no qual se encontra atualmente é relativamente recente, com no máximo 30 anos.

Considerando que as demais igrejas implantadas posteriormente já existiam quando da construção da planta do prédio definitivo da Catedral das ADs do 50km, o perfil seguido se aproxima mais ao estilo reproduzido pelas igrejas católicas - um prédio marcado por símbolos, como uma cruz e duas torres – do que ao estilo dessas igrejas ADs mais recentes, cuja marca principal é o tamanho do prédio, além da arquitetura moderna. Acreditamos que a escolha por um estilo tradicional, no lugar do moderno, não resulta da época em que a planta fora construída, mas exatamente da posição que esta igreja, a Catedral das ADs do 50 km, ocupava em relação às demais Assembleias de Deus de Seropédica (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Visão interna do templo



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2005, UFRRJ.

Figura 5 - Visão externa do templo



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2005, UFRRJ.

No dia 19 de setembro de 2004, durante “o tempo da política”, ocorreu nesta igreja um ritual da Santa Ceia no qual foram apresentados 11 candidatos ao legislativo municipal. O culto foi ministrado pelo pr. Isaias, filho do pastor presidente desta AD, Ademir Gonçalves. Neste evento, que se repete uma vez por mês, se reúnem todas as “congregações filiadas”¹³⁰ a esta igreja, identificada pelos membros como “igreja mãe”.

O culto fora iniciado pelo pr. Isaias com uma pregação sobre os dons do Espírito Santo. Na fala a seguir o pastor apresenta e enfatiza a importância do “uso apropriado dos dons”. A justificativa dada pelo pastor parece uma tentativa de explicitar as verdadeiras ações do Espírito Santo. Como, por exemplo, no caso do dom para a ação política que não seria uma área de atuação para todos, para entender os dons dados por Deus, os fiéis deveriam se calar afinando os ouvidos para deixar Espírito Santo se manifestar. Entendemos que para o pastor nem todos os onze candidatos que se apresentaram possuíam de fato o dom para a política. Como vemos abaixo nas próprias palavras do pastor.

[...], com a maior sabedoria possível”. “Deus dá os dons para serem usados de modo apropriado, por exemplo, eu tenho o dom para ser pastor vice-presidente, [...], não devemos misturar as áreas de atuação, o pastor presidente hoje não pode estar aqui, eu como vice-presidente, sou apenas um líder intermediário, o elo intermediário entre o rebanho e o pastor da igreja. Paulo em Carta aos Coríntios, “não estava proibindo de falar em línguas estranhas, em profetizar, mas, sem histeria, sem bagunça: deixa o espírito santo se manifestar, quando o espírito santo fala, nós afinamos os nossos

¹³⁰ Algumas das congregações filiadas são: Moura Costa, Coqueiral, Jardim do Senhor, Louça, Ponta do Aterro, Boa fé, Cacaria, São Miguel, Santa Sofia, Cabral, Semeado, Boa Esperança, Caçador, Belvedere, Costaneira da Prata, Sá Freire, Coroadó e Céu Azul. Estavam presentes, no culto da Santa Ceia, algumas dessas congregações.

ouvidos [...], a fé vem pelo ouvido, não há manifestações externas, aliás, as manifestações já estão se dando nesta manhã.¹³¹

A pregação prosseguiu com a leitura da bíblia, Carta aos I Coríntios, 11:23¹³². Além dessa leitura, o pastor citou outras passagens do livro. Durante o culto, o pedido de liberação dos lugares no púlpito para os dirigentes das congregações filiadas que estavam ali presentes foi repetido algumas vezes pelo pastor. A ponto de, em um dos momentos, chegar a dizer: “o púlpito não é admiração, é o lugar de pastores e dirigentes da igreja”. Alguns dos membros, portanto, que estavam no púlpito naquele momento, não eram considerados líderes de congregação alguma, e, nesse sentido, não deveriam ocupar o lugar.

Até a primeira parte do culto, a que antecede à comunhão, o pastor não fez menção às eleições municipais daquele ano. Porém, durante os ritos de preparação para a comunhão, o pastor disse: “essa reunião, não é uma reunião de políticos, [...], não é uma reunião de secretários de Governo! [...] É uma reunião em memória de Jesus!”. Os rituais do culto continuaram com as orações de um pastor visitante que abençoou o alimento, pão e suco de uva, reinterpretação do vinho que simboliza o sangue de Cristo, a serem divididos pelos obreiros e obreiras, diáconos e diaconisas. Nesse momento cada congregação iniciara um hino que fora acompanhado por toda a igreja.

Somente quando todos os fiéis presentes participaram da comunhão, o pastor vice-presidente, Isaias, iniciou o ritual de apresentação dos candidatos evangélicos. Parte dos candidatos que seriam apresentados estavam posicionados do lado esquerdo do púlpito. Ao chamado de Isaias, o candidato pastor Zuza (José Gaudino de Lima) subiu ao púlpito destacando-se em meio à igreja lotada. Os demais candidatos foram se aproximando lentamente sempre se movimentando a partir do lado esquerdo para o púlpito. Humberto João Souza, único candidato ao executivo municipal, se destacou dentre os demais candidatos devido ao modo diferente como se vestia.

Subsequente à comunhão, houve o ofertório, quando o pastor vice-presidente “brincou” dizendo que “os candidatos seriam os primeiros a ofertarem”. PEDRO, que também havia subido no púlpito para ser apresentado, passou a cesta na qual foram depositadas as ofertas pelos demais. Por fim, houve a saudação entre os fiéis, paralelamente à continuação da apresentação dos corais das congregações filiadas. Humberto Barbosa circulou para o centro

¹³¹ Evento narrado nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹³² “Por que eu recebi do Senhor o que também vos ensinei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; [...].”

da igreja para cumprimentar Mara, pleiteara o cargo a vereadora pelo PSL (candidata que não era membro da AD).

Quando os fiéis começaram a se retirar, o pastor Isaias anunciou o início da apresentação dos candidatos e pediu que todos aguardassem. Ao som de “Jesus alegria dos homens”¹³³ executado pela orquestra e coral da Catedral, o pastor Eliezer convidou todos os candidatos a se postarem diante do povo. A candidata Mara Barbosa, que não havia subido no púlpito, neste momento, juntou-se aos demais candidatos. Todos foram apresentados nominalmente (imagem 05): Humberto Barbosa – PL, Mara Barbosa – PSL, Ademar José da Silva – PP, Felinho (Felix Alves de Oliveira) – PL, Manoel Machado – PSDC, Anderson Miranda – PL, Alair Freitas Stefaneli – PRP, Vanico (Demerval Augusto Santos da Costa) – PHS, Irmão PEDRO – PSC, Francisco de Roma Andrade – PMDB, Zuza (José Gaudino de Lima)¹³⁴. Ao terminar o pastor “brincou” mais uma vez, dizendo: “a igreja tem 10 candidatos a vereador, o que já completa a Câmara, e um candidato a prefeito, Humberto Barbosa, [...] esses são os candidatos da Igreja. Irmão vota em irmão!”.

Figura 6 - Candidatos recebem a bênção do pastor Isaias



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2004, UFRRJ.

Algumas considerações podem ser feitas a partir da descrição deste ritual. Em primeiro lugar, a apresentação de candidatos como um fenômeno recente nessa igreja nos leva a considerar que a religião não é mais vista, por esses indivíduos, como uma esfera à parte da vida pública e, portanto, não mais se justifica “ignorar” a prática política. Ao contrário, a necessidade de engajamento por parte destes grupos evidencia-se com mais clareza e se expressa também no cenário político. Ou seja, ainda que expresso de forma lacônica, neste

¹³³ 32ª cantata composta por Johann Sebastian Bach, no início do século XVIII.

¹³⁴ Vereadores eleitos: 10 - Número de eleitores: 41.735 - Comparecimento: 37.041 (88,75%) – Nº de Habitantes: 68.000. Cf. Apêndice 2.

ritual da *Santa Ceia* observa-se os dois processos nos quais norteamos a análise sobre a carreira de PEDRO neste capítulo: a politização pentecostal e a “pentecostalização da política”.

Em segundo lugar, o discurso do pastor sobre o voto evangélico, “irmão vota em irmão”, sugere dois princípios que parecem, paulatinamente, terem sido inseridos na doutrina religiosa assembleiana: a legitimidade, para este grupo, de ter um porta-voz na política e a possibilidade de se apresentar como um político evangélico, aquele que fala por um grupo.

A pregação na primeira parte do culto enfatizou qual seria o uso correto pelo fiel dos dons ofertados pelo espírito santo. Isaias usa a sua própria posição para exemplificar o que quer dizer a doutrina: “*eu tenho o dom para ser pastor vice-presidente, não devemos misturar as áreas de atuação, o pastor presidente hoje não pode estar aqui, eu como vice-presidente, sou apenas um líder intermediário, o elo intermediário entre o rebanho e o pastor da igreja*”. Este pastor foi candidato a vereador em 2000. Não foi eleito e não reincidiu neste projeto nas eleições seguintes. Ao contrário, responsável pela apresentação dos candidatos evangélicos, iniciou o culto exatamente com um tema caro aos membros da igreja: o dom, uma oferta variada e “misteriosa” do espírito santo que deve ser “descoberta” pelo fiel, em algum momento da sua trajetória religiosa. A vocação para a política é resultado da vontade ou escolha divina e, portanto, não será ofertada a todos, já que cada fiel recebe um dom diferente.

Além disso, os casos dos candidatos Humberto Barbosa e Mara são também interessantes. Quando o ritual foi finalmente encerrado o grupo de pesquisa acompanhou do lado de fora da igreja a distribuição de material de campanha dos políticos que foram apresentados e “abençoados” (imagem 06). Uma das figuras encontradas foi a esposa de PEDRO, que disse ao grupo que Humberto Barbosa “não ganha porque está pulando de galho em galho. A outra lá [Igreja Universal do Reino de Deus] não apoia mais ele”. Ambos não eram membros daquela denominação, mas foram convidados para participar do evento. Ao passo que Antenor Gonçalves, também candidato para o cargo de prefeito, e recebendo o apoio das redes de parentela de PEDRO, não participou do ritual. O fato de a esposa de Antenor Gonçalves participar de outra denominação não seria, portanto, justificativa para a ausência. Pois, como veremos no próximo capítulo, a campanha política de Antenor Gonçalves se estruturou exatamente no fator religioso: foram realizados um conjunto eventos vinculados ao Projeto Celebrai que se constituiu por uma série de comícios políticos com tônica evangélica realizados por todo o estado com o apoio da então governadora Rosinha Matheus. Entre apresentações de políticos aliados à governadora, se apresentavam cantores de música gospel.

Figura 7 - Cabos eleitorais distribuem os “santinhos” dos candidatos após o culto



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2004, UFRRJ.

Recorremos mais uma vez ao estudo de Pedro Oro, quando o autor explica que “os candidatos evangélicos são, em sua maioria, pastores indicados pela cúpula das igrejas, conjugando a vocação religiosa a um projeto político coletivo”¹³⁵. Contudo, no caso desta AD, concomitante ao processo que confere a estes indivíduos o papel de porta-vozes do grupo, numa clara tentativa de organização entre o público e o privado, há, por outro lado, um reforço ao mistério da vocação, cuja existência, resultado da vontade divina, será testada nas urnas. Não há um projeto claro, organizado, de escolha de um líder representativo. Ao contrário, a apresentação de vários candidatos pode significar uma possível divisão dos votos dos fiéis. O papel de investidura do político exercido pelo partido, apontado no início do capítulo, se assemelha ao papel de investidura do pastor que abençoa e apresenta os candidatos. No entanto, as estratégias políticas nesses dois casos são extremamente diferentes. Em 2004, apenas dois políticos evangélicos foram eleitos, pastor Neemias, vereador, e Antenor Gonçalves, prefeito; nenhum dos dois participou do ritual da *Santa Ceia* na Catedral do 50Km¹³⁶.

Nas mesmas eleições municipais de 2004, no Rio de Janeiro, houve uma acirrada disputa política entre Cesar Maia, Marcelo Crivella e Luis Paulo Conde¹³⁷ na qual o primeiro se elegeu com mais de 50% dos votos. Crivella e Conde, vinculavam-se de alguma forma ao discurso religioso. Crivella, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, fez parte da

¹³⁵ ORO, op. cit.

¹³⁶ Além dos políticos apresentados, do total de 196 candidatos, havia também outros políticos evangélicos que não participaram do ritual: Missionária Vilma – PC do B, Pastor Walmer Berriel – PHS, Diva Neves – PSC, Irmão Elias – PDT, Pastor Luizinho – PHS, Pastor Alir – PSL, Pastor Paulo – PL, Pastora Vera – PL, João de Deus – PFL, Nia (Pastor Josenias) – PP, Scheila do Albertino (Sheila Pereira da Silva) – PP.

¹³⁷ Na propaganda eleitoral de Conde, cada dia aparece um pastor da AD diferente deixando sua mensagem de apoio, seu nome e congregação..

coligação, PR, PRP e PSL¹³⁸, cujo slogan “Todos pela Paz”, reforçava a tônica religiosa do candidato. Conde, por sua vez, aliou-se a Manoel Pereira, candidato para o cargo de vice-prefeito, único “bispo” da Assembleia de Deus, e pastor presidente da CONAMAD. O apoio de Anthony Garotinho (PMDB) à Conde em 2004, no entanto, não foi suficiente para a vitória eleitoral garantida à Cesar Maia¹³⁹.

No censo 2000, os dados disponibilizados pelo IBGE traçavam um perfil evangélico em expansão na “Baixada Fluminense”. Seropédica se destacaria pelo total de evangélicos apresentados, pois foi considerado o município com o maior percentual de pessoas que se diziam evangélicas do estado do Rio de Janeiro. Ao passo que o Rio de Janeiro foi considerado, em números, a cidade com o menor índice de evangélicos do estado. À primeira vista, esses resultados, associados aos números alcançados nas urnas, justificariam a escolha dos eleitores por Cesar Maia no Rio de Janeiro e por políticos evangélicos, Antenor Gonçalves e pastor Neemias, em Seropédica.

Convém agora assinalarmos alguns aspectos da trajetória religiosa do pastor Neemias para, de fato, refletirmos sobre as possibilidades de aquisição de capital e sua conversão na disputa política. Em relação ao presbítero PEDRO, em 2004, o pastor Neemias ofereceu uma abertura maior para o trânsito de sua sociabilidade religiosa. Ambos são membros efetivos da AD, todavia, PEDRO ramificou os laços de sociabilidade em outros domínios sociais nos quais a religião e a política eram temas recorrentes, mas não os únicos nem principais. PEDRO era aluno do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, funcionário do Colégio Técnico da Universidade Rural (cargo nomeado pelo diretor desta instituição), presbítero da Catedral das AD do 50 Km (presidida pelo pastor Ademir Gonçalves).

Em contra partida, o pastor Neemias era o pastor presidente da Catedral da AD do 42 Km (imagem 07) e maestro regente da orquestra sinfônica desta igreja. Era o presidente da União da Mocidade Evangélica do Rio de Janeiro/UMADERJ. Além disso, participava mensalmente do coral da igreja Catedral das ADs do Brasil, vinculadas a CONAMAD, situada em Madureira, bairro que não pertence à região denominada “Baixada Fluminense”.

Figura 8 - Placa de campanha do pastor Neemias nas eleições de 2004 em Seropédica.

¹³⁸ Essas siglas significam respectivamente: Partido Republicano, Partido Republicano Progressista, Partido Social Liberal.

¹³⁹ NOVAES, Regina. **Milagres da multiplicação de votos**. Le Monde Diplomatique, 2004. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/materia.php?id=1088>>. Acesso em: 30 jun. 2013, p.5.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2004, UFRRJ.

Entretanto, o número de votos recebidos pelo pastor Neemias, 469, não foi o fator catalisador para sua eleição. Muitos outros políticos, como PEDRO, com 482 votos, foram mais votados, neste pleito. Na verdade, eleito pela média do partido, que lançou 7 candidatos, foi a inserção partidária o que garantiu ao pastor Neemias a ocupação do cargo. Foram os votos válidos recebidos pelo partido, nominais e na legenda, que garantiram a vaga no legislativo municipal. Por uma diferença de exatamente 100 votos, Neemias era o representante mais votado do PP.

O que nos leva a concluir que a máquina eleitoral é muito mais complexa do que a simples equação: “irmão vota em irmão”. A descrição deste trecho da trajetória de PEDRO permite entrever que a ação política não se resume à aparente simplicidade do ato de votar e escolher um determinado representante. Em outras palavras, adquirir capitais no universo religioso não significa a garantia da conversão destes capitais para o “campo político”. As regras deste campo também devem ser ao menos minimamente dominadas.

Mas, como afirma o sociólogo, a autonomia deste campo é relativa, ou seja, estes “políticos profissionais” de alguma forma estão submetidos aos “profanos”, àqueles que sozinhos não determinam as regras do campo, mas nele interferem quando legitimam o discurso de seus porta-vozes. Dessa forma, é inegável a necessidade de adequação das regras do “campo político” aos movimentos de transformação resultantes da circulação dos agentes por outros campos sociais. O primeiro movimento, a “politização pentecostal”, que se deu no campo religioso – a redução do apartamento das coisas do mundo por parte dos fieis evangélicos - forçou o segundo movimento, a “pentecostalização da política” – quando os evangélicos que se politizaram passaram a acionar a identidade religiosa durante as suas campanhas, assumindo o papel de porta-vozes destes grupos e transformando-se em políticos evangélicos.

No caso de PEDRO, o peso das relações pessoais, na construção da sua reputação como religioso deve ser considerado, porque são esses os principais capitais por ele adquiridos.

Entretanto, quando ignoramos este fato, caímos em fórmulas caseiras, repetitivas, cujo sentido dado pelos “políticos profissionais”, em geral é obscuro para os eleitores e muitas vezes para os próprios acadêmicos: “troca-troca de partidos”, “dança das cadeiras”, etc. No próximo capítulo trataremos com pormenor como a “pentecostalização da política” refletiu em situações sociais experimentadas no município de Seropédica. Nos capítulos seguintes, veremos como isso repercutiu nos “tempos da política” de 2006, 2008 e 2010.

3 A “PENTECOSTALIZAÇÃO” DA POLÍTICA E A TROCAS DE BENS MATERIAIS E SIMBÓLICOS

Neste capítulo, procuramos analisar a influência da epifania de rituais de evangelização política no exercício do voto de alguns dos personagens que fazem parte da rede de sociabilidade de PEDRO. Somente foi possível acompanhar o desenrolar desses eventos quando nos propomos a investigar os rastros da trajetória política do religioso PEDRO. Como ponto de partida, questionamos como esse indivíduo foi desenvolvendo sua carreira como religioso inserido num processo ritual do qual muitos políticos fizeram parte, a “pentecostalização” da política¹⁴⁰. Este processo dinâmico e contínuo pode ser observado em situações sociais experimentadas no “tempo da política”¹⁴¹ de 2004, e nas eleições majoritárias de 2006. Na medida em que determinados políticos inseriram-se nesse domínio, uma explosão de eventos com tônica religiosa revelava e reforçava a sua atuação em nome de variadas denominações evangélicas, remodelando a política municipal.

A emergência dos eventos críticos que uniram política e religião se deu em um cenário cultural que não os interpretava como uma anormalidade. Por isso, quando pensamos na análise desses eventos, entendemos que “falas e mitos – esses fenômenos que podem ser recortados na seqüência de atos sociais – são bons para revelar processos também existentes no dia-a-dia e, até mesmo, para se examinar, detectar e confrontar as estruturas elementares da vida social”¹⁴². Considerados eventos normais, os rituais de “pentecostalização” da política, entretanto, não tinham um repertório definido, o que tornava impossível a antecipação dos resultados alcançados com a sua realização.¹⁴³ O recurso à análise de rituais justifica-se porque põe em relevo a importância desses fenômenos para a apreensão de determinadas estruturas sociais.

Neste capítulo, analisaremos principalmente as entrevistas concedidas por PEDRO, sua mãe e seu principal cabo eleitoral, Josias. Complementaremos esses discursos com a narrativa de rituais públicos ocorridos entre 2004 e 2005 em Seropédica, recorrendo, quando necessário, aos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

¹⁴⁰ DAMASCENO; DUARTE, 2011; Id., 2007, p. 08-26.

¹⁴¹ Id., 2007.

¹⁴² PEIRANO, 2001, p. 29.

¹⁴³ Ibid., p. 36.

3.1 A PRESENÇA EVANGÉLICA NO ESPAÇO PÚBLICO

De vereador em Itaguaí¹⁴⁴, João Souza foi eleito prefeito do distrito emancipado de Seropédica. Além disso, preservou o cargo por mais um mandato. Nas eleições municipais de 2004, terceiro pleito disputado em Seropédica, João Souza investiu na candidatura de seu afilhado¹⁴⁵ político, Ângelo Silva. Este recebera a considerável quantia de 12.229 votos em relação ao colégio eleitoral do município; no entanto não foi eleito.

Coube a Antenor Gonçalves assumir o cargo, depois de receber 13.893 votos. Antenor Gonçalves fora um aliado político de João Souza. Elegera-se vice-prefeito de Seropédica ao lado de João Souza, em 1996. Em 2000, rompeu a aliança para candidatar-se por uma facção política que se opunha a do ex-prefeito.

A nova aliança de Antenor Gonçalves fora bastante estruturada. Sua campanha recebeu o auxílio do Projeto Celebrai, criado pelo governo estadual, na gestão de Rosinha Matheus. Esses eventos não se restringiram somente à Seropédica. Ocorreram em todos os municípios nos quais havia aliança partidária entre o governo estadual e um candidato ao executivo ou ao legislativo municipal. O projeto Celebrai foi realizado em Angra dos Reis, bem como na maior parte dos municípios da Baixada Fluminense. O Projeto Celebrai, de 2004, em Nova Iguaçu, por exemplo, foi tema de estudo da antropóloga Alessandra Barreto¹⁴⁶. Como indicam Damasceno e Duarte¹⁴⁷, esse projeto se espalhou por todo o país, dando vigor às redes religiosas espalhadas por diversas esferas políticas.

Com tônica religiosa, especificamente evangélica, sua campanha fora construída pela recorrência de diversos eventos que uniam religião e política. A diferença em relação às

¹⁴⁴ Cujo governo não tinha uma marca religiosa. Ao contrário, o governo de Babosa fora acusado pelos entrevistados de “coronelistas”.

¹⁴⁵ A análise da construção de carreiras políticas da historiadora Canêdo em “*As metáforas da família na transmissão do poder político*” levanta uma discussão sobre certo tipo de vocabulário político utilizado pela sociedade democrática, baseado em alusões à família como princípio de realidade social. Essas alusões, ao serem atualizadas pela mídia - que nesses termos oferece uma “*visão esparsa de significação da democracia*” - “*revelam a existência possível de duas esferas teoricamente inconciliáveis, onde uma se realiza mascarando a outra: as ideias de democracia, partido moderno e eleições dissimulando os sinais de família, isto é, do mundo social no político*” (CANÊDO, 1997, p.4). A autora se preocupa em indagar os usos feitos pela sociedade democrática de um vocabulário político estruturado na ideia de família como realidade social. A grande questão desta transmissão de capital político, feita pelas alusões da mídia à família como realidade social, revela-se na consideração de que o voto é pensado como “*propriedade transferível, apagando dele o sentido político clássico da manifestação do eleitor que, como indivíduo, decide tendo em vista programas partidários de caráter geral*” (ibid., p.5). A mídia ao intermediar esse discurso político contribui para negar a tese clássica da democracia, desde sua colocação ao longo do XIX, que pretendia tirar os sinais do “*familiar existente no político*”. Expressões como, por exemplo, *transmissão de poder*, ressaltam as manifestações do “*espírito de família*” e não do “*espírito público*”.

¹⁴⁶ BARRETO, 2004.

¹⁴⁷ DAMASCENO, 2006.

campanhas dos outros candidatos está no fato de que tais eventos críticos, na verdade, eram expressões de uma série de rituais nos quais a participação na política fora experimentada de forma excepcional pela população evangélica.

Isso porque alguns comícios políticos, nos quais se apresentavam cantores de música gospel, pastores e outras figuras representativas do universo pentecostal, foram realizados ao longo de 2004. Eram identificados como *showmícios*, exatamente pela forma como reproduziam um espetáculo religioso quando apresentavam candidatos. Igualmente, eram indicados ao público os candidatos ao legislativo municipal que apoiavam a candidatura de Antenor Gonçalves, entre eles, PEDRO.

3.1.1 Da eficácia dos rituais de “pentecostalização” do espaço público

Os valores religiosos constantemente presentes nos discursos desses candidatos podem ser observados quando descrevemos, por exemplo, a realização de dois rituais políticos no mesmo dia e horário, no “tempo da política” de 2004.

Antenor Gonçalves realizou, na reta final de sua campanha, um *showmício* no centro da cidade, no Km 49. O local escolhido foi uma praça onde havia brinquedos, uma quadra de esportes e uma pista de *skate*. Naquela noite, crianças brincavam e os quiosques que circunscrevem a praça estavam abertos, bem como um minimercado e uma padaria. Enquanto uma igreja metodista ortodoxa, localizada próximo à praça, realizava um culto, o evento político se desenrolava na praça. Esperava-se no culto ortodoxo uma apresentação de meninas para comemorar o primeiro aniversário da igreja, que estava ainda em construção.

O *showmício* se realizou em cima de um trio elétrico. Faixas com as fotos de Anthony Garotinho e Antenor Gonçalves enfeitavam o caminhão. Evidencia-se aí o reforço do apoio do ex-governador ao candidato. Nas faixas lia-se: “Garotinho apoia Antenor Gonçalves para prefeito”. A propósito, interessa lembrar que, nesse ano, o governo estadual era administrado pela esposa de Garotinho, Rosinha Matheus, que, em contrapartida, não apareceu em nenhuma das fotografias expostas no trio elétrico. Na gestão de sua esposa, o ex-governador Garotinho permaneceu como uma importante figura pública, pois fora, por ela, nomeado Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Faixas da propaganda política de candidatos ao legislativo municipal, representantes de facções políticas aliadas a Antenor Gonçalves, também foram expostas no caminhão¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Essa situação social já foi analisada no artigo de DAMASCENO; DUARTE, 2006.

À primeira vista, a identidade evangélica¹⁴⁹ era facilmente confundida entre as pessoas que participavam do evento. O grupo de pesquisa chegou a ser confundido entre os religiosos. Sob essa classificação, um dos candidatos, conhecido como professor Marcos, preferiu negar a relação, embora o perfil evangélico fosse favorável à divulgação da sua campanha. Ao mesmo tempo, por outro lado, procurou estabelecer algum vínculo, ainda que tênue, respondendo “não vou enganar, não sou [evangélico], mas, conheço do novo ao velho testamento”¹⁵⁰ quando perguntado sobre sua ligação com o universo pentecostal.

Com frequência, carros de propaganda política, de vários candidatos, transitavam pelas ruas perpendiculares à praça. Os sons eram ouvidos pelos que chegavam e saíam. Um deles trazia uma caravana de cabos eleitorais, geralmente, pessoas do próprio bairro lideradas por algum representante de partido. Fato que foi se tornando recorrente ao longo do *showmício*.

Quatro carros transportaram até a praça a caravana do candidato Joel Silva. Composta pelo material de campanha, faixas, placas, panfletos, camisas, etc., a sua propaganda foi então se espalhando pelo espaço. No mês anterior, PEDRO havia comentado que: “Joel Silva tem muito dinheiro e pôs dez kombis para rodar nessa campanha.”. Não foi possível constatar a veracidade dessa informação, entretanto, de fato, o material utilizado nas camisas de propaganda de Antenor Gonçalves, candidato a prefeito, e Joel Silva, candidato a vereador, para serem doadas ao público, era de uma malha superior àquelas dos demais candidatos.

O evento descrito, o *showmício* da campanha de Antenor Gonçalves, é analisado como um evento crítico justamente porque nele evidenciam-se duas premissas relevantes para a interpretação da cosmologia estudada. Ou seja, a conjuntura que se revela para os agentes que dela fazem parte e, por isso, são capazes de decifrar os seus códigos de sentido. Primeiro, o ritual pode conter elementos que o tornam imprevisível, ao remodelar uma estrutura simbólica. Segundo, o mesmo pode acabar reafirmando um panorama social que já vinha se desenvolvendo. Nas palavras de Mariza Peirano¹⁵¹, isso significa dizer que:

¹⁴⁹ Por ora, apenas destacamos a relevância da participação das visões e versões produzidas pelo universo acadêmico em sua tentativa, nada uniforme, de tentar entender o movimento religioso moderno. Outra instituição que apesar de não ter sido trabalhada no capítulo também exerce um papel no campo religioso ao mesmo tempo em que seu discurso ecoa no “campo político” são os meios de comunicação em massa, ora promovendo discussões sobre a atuação dos religiosos, ora sendo instrumento de difusão das confissões religiosas e de suas ideias.

¹⁵⁰ Encontro descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁵¹ PEIRANO, 2001, p. 36.

[...] ampliação da análise de rituais para eventos críticos de uma sociedade implica em conceder aos fenômenos assim examinados uma liberdade *sui generis*, derivada de suas dimensões sociológica e histórica. De um lado então, é preciso reconhecer que eles são, em parte, “sua própria causa” – o evento tem elementos que o tornam imprevisíveis, uma surpresa, uma diferença; não fosse assim, não se trataria de um evento, mas somente da ativação de uma potencialidade, da mera atualização de uma causa, da realização de uma estrutura. Por outro lado, justamente esses traços específicos dos eventos – diferente dos rituais convencionais – trazem como consequência uma ampliação dos “efeitos perlocucionários, isto é, dos resultados não antecipados que derivam dos contextos culturais particulares nos quais ocorrem”.¹⁵²

Continuando com Peirano, sobre a imprevisibilidade dos rituais, descrevemos que no decorrer do ritual que se realizava em praça pública, circularam dois carros com a propaganda do candidato apoiado pelo PHS, Diego Gomes¹⁵³, vinculado a João Souza e Ângelo Silva, facção oposta à de Antenor Gonçalves. Todavia o som dos carros estava desligado. Se aceitamos que os responsáveis pela propaganda, quando mantiveram o som desligado, optaram por respeitar o evento que ali se realizava, ignoramos o valor simbólico dessa disputa. As imagens do candidato e a frase estampada no vidro traseiro, “Deus me deu”, informam, ainda que silenciosamente, o que estava em jogo ali: o evento que reuniria uma gama de grupos religiosos.

O *showmício* foi iniciado formalmente por volta das 20h30min com o cumprimento do mestre de cerimônia ao público. Para tanto, o mestre de cerimônia, conhecido como Lexa, usou as seguintes palavras:

Boa noite, bairro abençoado! A nossa vice-prefeita, Lindaura, já está no meio do povo. Ela é o braço direito de . Garotinho, quando foi governador, fez esta obra aqui na praça e na rua, não é uma obra de fachada. Esta é a chance de libertar Seropédica. A família Antenor Gonçalves está crescendo a cada dia e sem churrasco de graça.¹⁵⁴

Em primeiro lugar, destacamos esse discurso porque nele são reforçados os laços entre o candidato à prefeitura e a candidata ao cargo de vice-prefeita, Lindaura Braz, bem como os vínculos entre ambos e Garotinho. Além disso, outra clara intenção observada no discurso do mestre de cerimônia é a tentativa de remodelação da memória política local. Ao associar a obra da praça ao antigo governador, o mestre de cerimônia a desvincula da gestão do antigo prefeito, cujo programa político era, em 2004, defendido pelo candidato Ângelo Silva.

¹⁵² Ibid., p. 37.

¹⁵³ Em 1996, foi candidato pelo PTB eleito. Em 2000, candidato pelo PSC novamente foi eleito. Em 2004, candidato pelo PHS não foi eleito. Em 2008, pelo PTB, não eleito.

¹⁵⁴ Discurso descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Mauro¹⁵⁵, ex-cabo eleitoral do candidato à prefeitura pelo Partido Liberal/PL, Humberto Barbosa, irritou-se com o fato, explicando que a obra daquela rua teria sido trabalho do vereador e novamente candidato Diego Gomes¹⁵⁶:

O bairro de Santa Sofia devia muito a ele porque a praça e a pavimentação das ruas próximas foram obra dele. O prefeito [João Souza] tem que sair, mas eu não acho justo tirarem votos do candidato do lugar, o povo daqui que não votar no Diego, eu considero uma traição, uma falta de consciência. Diego [aliado ao então prefeito João Souza] é humilde e trabalhador.¹⁵⁷

Apesar de defender Diego, Mauro aderira à campanha de Antenor Gonçalves e de PEDRO, pois acreditava que Humberto Barbosa o teria traído, quando lhe prometera apoio à sua candidatura, mas indicara ao partido o nome da própria esposa, Mara Cristina Pereira Fontes. Portanto, os votos pedidos pelo cabo-eleitoral foram distribuídos entre os candidatos PEDRO, Carlinhos cabeça branca e Lyrinha: *“queria dar mais, mas só posso dar 30 para cada um”*.

Josias, por outro lado, informou que, na verdade, Humberto Barbosa teria se candidatado pelo PL a pedido de João Souza para que assim os votos recebidos por Antenor Gonçalves fossem divididos entre ele e Ângelo Silva. D. Nilza reforçou a informação dada por Josias sugerindo que Humberto Barbosa não teria “jeito com a política”, fato que para a diaconisa seria justificado pelos 680 votos que recebera, número muito menor do que os votos angariados pelos vereadores eleitos.

Em segundo lugar, embora questionada pelo mestre de cerimônia, a prática da oferta de comida e bebidas, em churrascos, para os eleitores é recorrentemente realizada nas campanhas políticas. Por exemplo, na convenção do Partido Social Cristão, pelo qual Antenor Gonçalves e PEDRO eram candidatos, realizada três meses antes desse evento, foram ofertados churrasco e bebidas de graça para todos os presentes. O mesmo acontecera em outros eventos, de menor proporção, durante a campanha à vereança de PEDRO, como se verificará mais adiante.

¹⁵⁵ Para proteger a identidade deste cabo-eleitoral, optamos por identificá-lo através de um nome fictício.

¹⁵⁶ Apesar de defender Diego Gomes, Mauro aderira à campanha de Antenor Gonçalves e de PEDRO, pois acreditava que Humberto Barbosa o teria traído, quando lhe prometera apoio à sua candidatura, mas indicara ao partido o nome da própria esposa, Mara Cristina Pereira Fontes. Portanto, os votos pedidos pelo cabo-eleitoral foram distribuídos entre os candidatos PEDRO, Carlinhos cabeça branca e Lyrinha: *“queria dar mais, mas só posso dar 30 para cada um”*.

¹⁵⁷ Discurso descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Contraditoriamente ao percurso da campanha voltada para os grupos religiosos, nesse evento, o trânsito entre o puro e o impuro se evidenciou de forma ritualística. Voltados para os eleitores não evangélicos, um grupo, Requebra Brasil, cantando axé, e outro, Bonde Cruel, funk, apresentaram-se no início do evento. A tentativa do mestre de cerimônia de valorização dessas apresentações – “tem gente pagando artistas conhecidos para se apresentarem nos comícios, aqui não tem. Valorizamos os grupos locais”¹⁵⁸ – contraria-se com a preocupação com o culto evangélico, demonstrada repetidas vezes. Durante as apresentações laicas, Lexa pediu, diversas vezes, que o som fosse diminuído, lembrando o culto que se realizava na Igreja Metodista: “tem uma igreja aqui perto realizando um culto. Vamos respeitar, eu também sou cristão, mas estou fazendo o meu trabalho.”.

A tônica religiosa retomou espaço no evento, após a apresentação desses dois grupos, com a música de campanha de Antenor Gonçalves. Essa música, parece-nos, serviu como elemento aglutinador em face dos diferentes códigos culturais representados por cada eleitor. Citada pelo mestre de cerimônia como “a música que enche a nossa alma”, o *single* estimulava o público a cantá-la “numa só fé, numa só união”.

Dessa forma, poucos minutos após as apresentações anômalas às doutrinas evangélicas, o mestre de cerimônia iniciou um discurso performaticamente consensual à campanha de Antenor Gonçalves: voltado para o espectro religioso. Essas eram também as palavras de ordem orquestradas pelos cantores, que incitavam o público a “ocupar a cidade”. Veremos adiante de que forma tal ocupação do espaço público terá como consequência a repercussão da imagem desses indivíduos representativos do discurso religioso na esfera pública. Por outro lado, como procuramos mostrar, na verdade, essa tentativa de unificação dos divergentes interesses não se sustentou por muito tempo.

“A família Antenor Gonçalves é uma família unida, vamos orar e pedir para o Senhor para mudar Seropédica, essa noite vai ser abençoada, e as pessoas que vieram até aqui vão ser iluminadas em nome do Senhor! Deus abençoe a família Antenor Gonçalves!”¹⁵⁹

Além do *single* da campanha, o discurso da esposa de Antenor Gonçalves, Waléria Gonçalves, selou a modificação para a dimensão pura da ação política: a entrada no domínio religioso e a unificação da polissemia eleitoral. Em uma fala na qual explora a *performance* característica do universo pentecostal, com muita emoção e com o desencadeamento de uma

¹⁵⁸ Discurso descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁵⁹ Ibid.

disputa contra o mal, Waléria Gonçalves realiza, quase que imperceptivelmente, o discurso de campanha no lugar do marido candidato. Primeiro, associa a imagem do candidato à de uma família religiosa, pois apresenta sua mãe e filhos no palco. Segundo, explica o porquê da apresentação, nesse momento controversa, dos dois grupos não religiosos. Terceiro, acusa os candidatos da facção oposta de fraude eleitoral e de não cumprimento das promessas políticas. Quarto e último, amplia o raio de representatividade do governo de seu marido aos demais grupos religiosos, prometendo que não somente evangélicos serão representados. Portanto, por meio de uma específica linguagem religiosa, a carismática¹⁶⁰ primeira-dama apresentou a plataforma política do marido. Segue o discurso de Waléria Gonçalves.

Boa noite, Seropédica! Estou aqui com a minha mãe, Dona Helena. Não estou aqui com a intenção de enganar ninguém. Vim aqui para orar e pedir pela vida do povo. Eu tenho dois filhos abençoados. Toda mãe é coruja, mas, pra quem me conhece, sabe que eu sou meio carrasca. **Meus filhos são evangélicos.** Não temos dinheiro para cantores caros, mas a gente sabe que o nosso povo precisa de alegria e diversão. Um candidato ajuda o outro, somos unidos [...]. Na nossa vida nada é por acaso, Deus dá um destino para cada um. Eu e minha família escolhemos ficar expostos na política por uma Seropédica melhor. Agora Lindaura também faz parte da nossa família. Deus abençoe a todos! Ele está olhando por vocês. Hoje estamos sofrendo calúnias e mentiras, tudo para enganar vocês. Estão tentando repetir o que fizeram há quatro anos. Todo mundo sabe que Antenor Gonçalves ganhou a eleição passada, mas agora o povo está esperto. Eles aparecem nos últimos três meses de campanha, prometendo o que não fizeram durante os oito anos que estiveram no poder. Nossa campanha é abençoada pelo povo, não deixem as calúnias atrapalharem a nossa vitória. [...] Estou aqui para governar para todos, sou evangélica, mas não vou governar só para meia dúzia.¹⁶¹

Não negamos que obviamente o repertório do evento foi preparado antecipadamente. No entanto reforçamos que, nesse momento, parece que, além da abertura para grupos não evangélicos, evidencia-se, também, no discurso de Waléria Gonçalves, uma tentativa de abertura do foco religioso. Ou seja, aglutinar não somente eleitores evangélicos, mas outros grupos religiosos, principalmente cristãos. Reforçamos essa interpretação a partir da leitura das seguintes palavras da esposa do candidato:

Deus não quer bênção só para a minha família, mas para todas. Estou aqui para governar para todos, sou evangélica, mas não vou governar só para meia dúzia. Todos nós acreditamos em Deus, Pai querido, Pai amado,

¹⁶⁰ Neste caso, o carisma religioso converteu-se em carisma político.

¹⁶¹ Discurso descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

independente da religião, está na constituição do Brasil, este é um país livre.¹⁶²

Harmoniosamente, depois da mensagem de Waléria Gonçalves, foi apresentado ao público o discurso de apoio de Rosinha Matheus e do então Secretário de Segurança, Anthony Garotinho. Aproveitando a concentração de pessoas, outros candidatos ofereceram pessoalmente aos possíveis eleitores, ao longo do evento, seus panfletos de campanha. Como, por exemplo, o candidato Antonio da Zona Rural, cujo cabo eleitoral fez questão de comentar com o grupo de pesquisa que o candidato possuía quatro supermercados, mas que naquele momento restava apenas um. Quando perguntado sobre o porquê disso, o cabo eleitoral apenas respondeu que “os impostos são muito altos, ele [o candidato Antonio da Zona Rural] quer expandir o seu negócio novamente e quem estiver com ele vai crescer”.¹⁶³

Também circulava pela praça um carro com adesivos do candidato para o cargo de prefeito Zealdo Amaral, pela coligação Governo da Emancipação, que realizava o seu comício do outro lado da BR-465 no mesmo dia e horário do *showmício* de Antenor Gonçalves, descrito acima. Do mesmo modo, vários cabos eleitorais de outros partidos também distribuíam seus santinhos¹⁶⁴.

PEDRO chegou justamente após as primeiras apresentações, não religiosas. Uma das pesquisadoras perguntou sobre o cansaço que aparentava sentir, ao que o candidato respondeu que trabalhara muito na sua campanha naquela semana. Além disso, justificou que “quem tem dinheiro pode pagar pessoas para trabalhar, eu não posso, então vou de porta em porta”. E ainda aproveitou para retomar o questionamento dos recursos para campanha do candidato Joel Silva, cuja comitiva chegara com quatro kombis com material de campanha. A mesma carência de verba para investir na sua propaganda política fora reforçada por seu principal cabo eleitoral, Josias, em entrevista meses antes do *showmício*, em 16 de agosto do mesmo ano.

Pesquisador: Vocês têm ido à casa das pessoas da igreja?

Josias: Algumas pessoas já. Nós visitamos, mas não vai dar para visitar todo mundo, porque são muitos membros, muitas pessoas, [a campanha] não dá vazão. Até porque eu estou a pé, estou sem carro. PEDRO tem um carro só.

¹⁶² Discurso proferido durante o comício descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁶³ Discurso descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁶⁴ Segundo Gabriela Scotto, os panfletos são meios privilegiados de apresentação do candidato e de tornar pública sua história. Os santinhos são “*panfletos menores, quando trazem uma foto do candidato, são chamados ‘santinhos’, em razão de sua semelhança com a estampa de santos*” (SCOTTO, op. cit., p.179).

Ele não tem gasolina para colocar no tanque. Ele depende do diretório [do partido] dar uma força na gasolina. Às vezes não tem [dinheiro]. Então nós estamos com dificuldade de fazer a campanha dele, de visitar casa por casa. Seria o certo, né? Se juntassem aí dez candidatos, visitassem [os eleitores]. Botasse uma turma para conscientizar casa por casa. Seria o ideal, mas a gente não tem pernas para isso tudo, devido à dificuldade financeira.

Observamos uma contradição, no entanto, na fala de Josias num churrasco para a campanha de PEDRO que acontecera entre a entrevista e o *showmício* de Antenor Gonçalves. Josias investiu, nesse caso, em um discurso muito mais positivo no que se refere ao trabalho de campanha realizado pelo grupo que apoiava PEDRO e, conseqüentemente, na possível vitória eleitoral. Isso por causa da ênfase na vitória, que se projeta em rituais de campanha como churrascos e encontros, ou mesmo por outro motivo não capturado por nós. Josias explicou que, nessa campanha, quarta disputada por PEDRO, mais sete pessoas estariam trabalhando com eles. Além disso, nesse ano especificamente, PEDRO teria recebido material de campanha para distribuir: 10.000 santinhos, 5.000 cartazes, 10.000 exemplares do jornal *Foco Popular*¹⁶⁵, que apoiou toda a campanha de Antenor Gonçalves, para serem distribuídos até 30 de setembro, o último dia de campanha.

Josias: PEDRO ganha, pois agora nós temos quatro carros voluntários para rodar e fazer a propaganda. Nas outras [eleições], PEDRO fazia a campanha a pé ou de bicicleta. Éramos só nós dois. Agora são sete cabos eleitorais. O diretor do CTUR apoia PEDRO por ele ser sério e conhecer o seu trabalho há muito tempo.

Ainda sobre a realização das campanhas de rua, no mesmo horário que o *showmício* de Antenor Gonçalves se realizava, a uma distância de aproximadamente 300 metros, como já dissemos, outro *comício*, do candidato Zealdo Amaral, da coligação Governo da Emancipação, também, era realizado. Neste evento, as apresentações principais foram grupos de pagode, o que tornou o evento totalmente diferente da performance realizada no Projeto Celebrai. É interessante refletir sobre a escolha pelo mesmo espaço, dia e horário para os dois *comícios*, como uma disputa de campanha, que se desenrolou um mês antes das eleições. Conquanto apresentasse uma mistura entre o laico e o religioso, o *showmício* de Antenor Gonçalves orientou-se de acordo com os interesses específicos de um grupo, ao passo que o

¹⁶⁵ Esse jornal tem circulação restrita ao município. Neste jornal, PEDRO aparece com os pastores Élio Parreira, Manoel Pereira e Anthony Garotinho. Além disso, foram publicadas fotos de PEDRO com membros de sua família e moradores de um dos assentamentos rurais de Seropédica. Não divulgamos as fotos para não prejudicar a proteção da identidade deste político.

comício de Amaral, do outro lado da BR 465¹⁶⁶, realizou-se de maneira uniformemente laica. Um comício voltado para outros grupos sociais ou, na verdade, para os mesmos grupos, por meio da ênfase em outra tônica, não religiosa.

Além disso, uma grande diferença em relação ao número de pessoas se tornou evidente nesses dois eventos. O comício de Zealdo Amaral recebeu um público reduzido e bastante esparso. Além disso, Amaral não chegou ao início das apresentações, aguardando o fim do *showmício* de Antenor Gonçalves para dar início ao seu discurso. Como algumas pessoas circularam pelos dois eventos, puderam ouvir os discursos de campanha dos dois candidatos.

Como mencionado, nas eleições de 2004, Antenor Gonçalves fora eleito e, no decurso da sua administração, uma série de eventos religiosos continuou a ganhar vigor em Seropédica. O primeiro ano de governo é marcado por uma proposital ocupação do espaço público por parte dos agentes que foram construindo a identidade de líderes dos grupos religiosos. A partir da organização e sistematização de eventos variados que reuniam religião e política ao longo de todo o primeiro ano do governo, a prefeitura manteve o contato com algumas denominações evangélicas da cidade.

O ritual que iniciou o primeiro ano da gestão de Antenor Gonçalves, em dezembro de 2005, foi a entrega da chave da cidade pelo prefeito ao pastor Eliezer, da Igreja Batista Peniel, da qual Waléria Gonçalves era membro. Religiosos e não religiosos, pastores, cabos eleitorais, fiéis e eleitores se reuniram para acompanhar essa entrega simbólica da cidade para o “grande guardião”, Jesus Cristo.

Em julho, fora celebrado outro evento, chamado de *Clamor Rosa de Saron*, em um grande palco montado no centro da cidade. Aderindo à prática religiosa, Antenor Gonçalves ofereceu o apoio da prefeitura para a realização do evento. O prefeito, que, durante a campanha, demonstrava total consonância com a identidade evangélica, não se portava, nos rituais, como evangélico. Na verdade, depois de eleito, o prefeito foi revelando ao público o aprendizado dos hábitos evangélicos. Passou a fazer as orações com olhos fechados, a ajoelhar como os demais religiosos etc. Seu pai era há anos pastor da mesma igreja que sua esposa frequentava. Waléria Gonçalves era quem de fato se portava como evangélica. E a figura que falava com maior frequência nos eventos de campanha do marido, quando

¹⁶⁶ A BR-465, criada em na primeira metade do século XX, é conhecida também como “Antiga Rio São Paulo”, A cidade nasceu, em fins do século XX, às margens desta estrada e foi se desenvolvendo desordenadamente.

candidato. Durante a campanha, sua esposa justificava que Antenor Gonçalves ainda não havia se entregado completamente à palavra.

PEDRO esteve presente em quase todos os eventos realizados em 2005. Nesse espetáculo, sua mãe, orando emocionada, estava abraçada à esposa do prefeito, que também demonstrava emoção ao ouvir a música tocada por uma das bandas gospel que se apresentavam. Próximo ao palco, PEDRO, com terno e gravata, também, orava e chorava. É significativa a forma como o presbítero passou a vestir-se em todos os acontecimentos públicos, remodelando o antigo perfil utilizado durante a campanha: blusa social laranja e calça jeans.

O *Café da Manhã da Unidade dos Pastores de Seropédica* foi outro evento organizado por instituições religiosas do qual participaram figuras políticas, realizado em junho de 2005, quando Antenor Gonçalves já estava à frente da administração do município. Participaram desse evento pastores e demais religiosos de variadas denominações evangélicas. Destacamos a presença do Pastor Eduardo Parreira, então secretário da Pasta de Pesca e Aquicultura, de PEDRO e também do pastor vice-presidente, Isaias, filho do pastor presidente da Catedral das ADs do Km 50, Ademir Gonçalves. Nessa Catedral foram apresentados candidatos da ADs à vereança e à prefeitura da cidade em 2004, no mesmo domingo no qual fora realizada a cerimônia da *Santa Ceia*, que reúne uma vez por mês todas as congregações vinculadas a essa igreja em Seropédica.

No dia do *Café da Manhã da Unidade dos Pastores de Seropédica*, PEDRO não se apresentou e não falou em público, como na maioria dos eventos realizados tanto durante a campanha quanto já no mandato de Antenor Gonçalves. O prefeito, sua esposa e o pastor Eliezer, da Igreja Batista Peniel, discursaram na comemoração que dizia unir todas as igrejas evangélicas da cidade. Palavras de ordem religiosa foram repetidamente associadas à política, como, por exemplo: “Vai haver uma mudança na saúde, na educação, na política, porque Deus vai ter o domínio!”, “O evangelho vai invadir esta cidade!”, “A cidade será conhecida para além da universidade!”.

A alteração do calendário de feriados municipais também foi uma ação política de interesse religioso. O dia 12 de outubro é feriado nacional católico em comemoração ao dia da chamada padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Comemora-se, no mesmo feriado, o Dia das Crianças. E, em Seropédica, comemora-se o feriado municipal do Dia da Cidade. A partir de 2005, além dessas comemorações, passou-se a realizar, em praça pública, no principal centro administrativo da cidade, localizado no Km 49, a comemoração também do *Dia da Bíblia*. Nesse ano, homens e mulheres representantes de várias denominações se

reuniram num evento para cantar e ler passagens bíblicas. Entre eles, estava o pastor vice-presidente da Catedral das ADs do Km 50, da qual participa PEDRO, Isaias. Foi mais uma tentativa de garantir uma marca mais evangélica à cidade. Auge do movimento religioso pentecostal.¹⁶⁷

Outro exemplo é igualmente significativo. Já em 2006, no dia 02 abril, foi comemorado “o primeiro feriado evangélico”, *Dia de Adoração a Cristo*, criado pela Lei Municipal 282/2005, de autoria do vereador eleito pelo Partido Progressista/PP, Jesopastor Neemias. Essa lei determinava o reconhecimento de *Jesus Cristo como Guardiã Espiritual de Seropédica Cristo*. Nesse ano, um desfile foi organizado nas ruas de um dos bairros da cidade que margeiam a BR-465. O vereador pastor Neemias conduziu o desfile, que levava a faixa comemorativa: “Primeiro feriado evangélico de Seropédica! Celebrando a Jesus!” Bolas coloridas foram distribuídas para serem soltas quando o grupo chegasse à Catedral do Km 40. Cada congregação vinculada a essa igreja desfilava com uma bandeira com o seu nome.

Figura 9 - Estandarte da Catedral das ADs do 40 km.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2006, UFRRJ.

O vereador, ao longo do desfile, foi cumprimentado por alguns moradores do bairro por onde passava a procissão. A Catedral das ADs do Km 40 foi a única a participar do evento que, na verdade, fora criado em nome dos evangélicos da cidade. Por isso, o pastor presidente da catedral iniciou o culto justificando a ausência de outras igrejas:

¹⁶⁷ A cantora Cassiane foi empossada pastora pelo pastor Manuel Ferreira na AD de Madureira, primeira mulher consagrada pastora na AD (Disponível em: <<http://www.gospelmusiccafe.com.br/noticias191.asp>>, <<http://www.cassiane.com.br>>, <http://www.gospelmusiccafe.com/cassiane#.UvqYu_lhy4Q>. Acesso em: 10 jan. 2014).

Eu tenho certeza que ano que vem todas as igrejas irão participar! É uma iniciativa aqui da nossa igreja, mas o feriado não é da AD do Km 40, mas sim de todas as igrejas evangélicas de Seropédica! Espero que ano que vem a mobilização seja maior.¹⁶⁸

Figura 10 - Faixa de divulgação do “1º Feriado Religioso” afixada na Igreja Catedral das ADs do Km 40.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2006, UFRRJ.

O feriado era também o dia de comemoração do casamento do pastor Neemias, que subiu ao púlpito com sua esposa para receber a bênção do pastor presidente da Catedral das ADs do Km 40. Entretanto a justificativa apresentada pelo vereador para a escolha daquele dia foi diferente: “não dizem que ontem foi o dia da mentira, por que não fazer de hoje o dia da verdade?”.¹⁶⁹ No período de campanha eleitoral, havia carros com propagandas políticas, como adesivos de candidato ao legislativo estadual e federal para as eleições de 2006. Entre eles, o pastor da Assembleia de Deus, conhecido como “bispo” Manoel Pereira, que se candidatou pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Figura 11 - Adesivo de propaganda eleitoral do candidato ao cargo de deputado federal Manoel Pereira. Ao lado, adesivo de propaganda eleitoral do candidato ao cargo de deputado estadual Tiago Gonçalves.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2007, UFRRJ

¹⁶⁸ Discurso proferido durante o comício descrito nos diários de campo do grupo de pesquisa. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁶⁹ Ibid.

Por fim, de maneira peculiar, o *Projeto Jesus na Estrada* foi o único acontecimento religioso não político. Por mais que esse evento não projetasse uma clara tentativa de simbiose entre esses dois campos sociais, uma vez que a comemoração da chegada de Jesus Cristo no Natal era a sua justificativa, não podemos desconsiderar a sua importância para entendermos o sentido da ocupação religiosa no espaço público. Faixas e cartazes, em preto e amarelo, foram exibidos ao longo de um considerável trecho da BR-465, que liga os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Frases simples e objetivas foram citadas nas faixas: *Jesus é vida, Jesus salva, Jesus sabedoria, Jesus o eterno, Jesus o conselheiro*.

Figura 12 - Fotos do Projeto Jesus na Estrada. À esquerda, três religiosos levantam as faixas na entrada da UFRRJ. À direita, um grupo de religiosos seguram faixas em frente ao CTUR.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2007, UFRRJ

Figura 13 - Fotos do Projeto Jesus na Estrada. As duas imagens mostram um grupo de religiosos, em frente ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, citando frases cristãs aos carros que passavam pela BR-465.



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2006, UFRRJ

Com efeito, a emergência do evento está associada ao contexto de propagação religiosa no espaço público por meio da sua integração com a política. Isso porque, em primeiro lugar, como veremos em breve, em 2007, houve uma reestruturação da representação política local, na qual a aliança com o *ethos* religioso não se consolidou com a mesma força

da aliança estabelecida em 2004. Em segundo lugar, esse evento, financiado pelas igrejas evangélicas locais, foi o único que continuou sendo realizado ao longo dos anos seguintes e, além disso, atingiu os demais municípios da Baixada Fluminense.

Esses acontecimentos religiosos ocorreram ao longo do curto mandato de Antenor Gonçalves. Acreditamos que a ocupação do espaço público consistiu na realização de rituais de “pentecostalização” da política, por membros de diferentes igrejas evangélicas que, de acordo com nossa constatação, uniram-se para proporcionar a ampliação do trânsito entre o mundo da política e da religião.

Concordamos com Karina Kuschnir e Leandro Piquet quando entendem que a cultura política “refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”¹⁷⁰. À luz dessa interpretação, foi possível apreender que, muito embora tenha sido por meio da eleição de Antenor Gonçalves que esses grupos procuraram aprofundar performaticamente sua presença no espaço público, isso não significa dizer que Antenor Gonçalves fora o responsável por essa iniciativa. Percebemos a sua eleição como o elemento de coalizão de diferentes grupos com interesses distintos e, ao menos, um propósito em comum: a possibilidade de ampliação do discurso religioso de indivíduos não representados politicamente.¹⁷¹

De todo modo, se a eleição de Antenor Gonçalves garantia às diferentes denominações religiosas um propósito central, a condução do seu poder político na administração da cidade não foi capaz de estender os laços recentemente criados ou mesmo algumas das alianças mais antigas. E, assim, observaremos adiante o processo desencantamento¹⁷² da religião na política.

3.2 REGRAS DE CONDUTA: AS NOMEAÇÕES COMO OBRIGAÇÕES MORAIS

¹⁷⁰ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da cultura. **Estudos Históricos**, v.13,n.24, p.227-250, 1999.

¹⁷¹ Não entraremos aqui no debate se passamos por uma crise de representação política, que deslegitimou antigas formas de identificação entre eleitores e candidatos. Consideramos relevante citar que, como mostramos neste capítulo, novos agentes passaram a fazer parte da disputa política, o que é claro modificou algumas das formas tradicionais de funcionamento da engrenagem política.

¹⁷² Não há espaço aqui para ingressarmos no debate sobre o desencantamento das religiões. Sobre isso, citamos algumas referências relevantes (PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Revistas Novos Estudos**, São Paulo, v., n. 49, p.99-117, 2008; BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n.2, nov. 2008). Por ora, apenas concordamos que, como um espaço social contínuo e heterogêneo de longa duração, o campo religioso sofreu alterações no último século e a religião passou a ocupar um lugar diferente na vida dos homens da sociedade ocidental.

Apropriamos-nos neste subtópico do conceito de obrigação moral no sentido sociológico: ações que não somente fazem parte do cotidiano dos indivíduos, mas são sustentáculos da organização social de um grupo uma vez que são compartilhadas entre os seus membros. Este conceito orientou o nosso olhar para pensarmos regras de condutas normatizadas no cotidiano da pequena e da grande política.

Como vimos no capítulo anterior, PEDRO fora nomeado secretário da pasta de Pesca e Aquicultura do município de Seropédica por Antenor Gonçalves, prefeito eleito no pleito de 2004. Antenor Gonçalves fez essa promessa ainda antes das eleições, para o caso de PEDRO não conseguir se eleger. No início de 2005, o grupo de pesquisa conversou com PEDRO na prefeitura, espaço escolhido por ele para o encontro. Lá, foram recebidos por pessoas conhecidas, pois atuantes nas campanhas eleitorais de Antenor Gonçalves e de PEDRO, os seus cabos eleitorais.

Os pesquisadores encontraram a mãe de PEDRO, D. Nilza, e Maura, sua irmã, que ocupavam, respectivamente, cargos de secretária e técnico administrativo na prefeitura. Foram recebidos também por Anselmo, cabo eleitoral atuante no bairro Boa Esperança, onde PEDRO é conhecido como o responsável pela implantação de tubos de água potável, com o material doado pelo Governo Estadual¹⁷³, ainda durante a campanha, em 2004. D. Celeste, membro da IURD e moradora do mesmo bairro, que oferecera sua casa para as reuniões de PEDRO durante a campanha, fora nomeada copeira. Sr. Paulo, outro correligionário, que também havia emprestado a casa para um churrasco de campanha de PEDRO, igualmente fora nomeado por PEDRO.

Josias, que não estava na prefeitura, completava o grupo de favorecidos pela nomeação do secretário. Josias se tornou o responsável pelo projeto do Censo Rural, que tinha por objetivo avaliar a situação das famílias de agricultores dos Mutirões de Assentamento Rural de Seropédica. O responsável pela elaboração do questionário a ser utilizado no Censo foi o professor Alencar Vicente Barbinoto, diretor do Colégio Técnico da UFRRJ/CTUR, no qual PEDRO já trabalhava há mais de dez anos. Além disso, o diretor fora o churrasqueiro em alguns dos eventos da campanha de PEDRO.¹⁷⁴ Em síntese, os poucos cabos eleitorais com os quais PEDRO dizia contar na campanha foram cooptados por ele para complementarem o quadro de profissionais que prestavam serviços à prefeitura.

¹⁷³ Por meio do intermédio de Élio Parreira, ex-assessor do marido da então governadora do Estado, Rosinha Matheus.

¹⁷⁴ Não sabemos como PEDRO começou a trabalhar no CTUR. Mas o seu ingresso confere com o início da gestão do diretor Alencar. Dois anos depois, quando ocorreram as eleições para a reitoria da UFRRJ, o professor Alencar investiu em campanha a favor da reeleição da reitor Universidade, José Antônio Veiga.

PEDRO: Você sabe como é este negócio de família. Também foi só esse pessoal que eu coloquei lá.

À primeira vista, a narrativa sobre as nomeações feitas por PEDRO põe em relevo uma prática considerada falta de decoro político. Ao contrário, o que nos inquietou foi o sentido e as implicações das escolhas feitas por esses indivíduos, mais especificamente pelos membros da rede sociais na qual circulara PEDRO. Não queremos negar que essas atitudes não vão de encontro com o significado ideal da democracia. No entanto acreditamos ser mais útil questionar, procurando entender, como o presbítero PEDRO e alguns membros de sua rede explicam e entendem a prática política do que engessar essa discussão, transformando-a em um problema social.¹⁷⁵

Sem dúvida, a tentativa de análise de alguns pequenos traços da trajetória política do religioso PEDRO nos permitiu enxergar algo que se tornou, em certa medida, familiar em relação à prática política: a sua associação direta como um espaço impuro, naturalmente corrupto. Quando perguntado a Josias quais indivíduos teriam compromisso político com PEDRO durante a sua campanha eleitoral, sua resposta foi bastante direcionada para o tema da corrupção. Atrelada à corrupção, a política aparece no discurso de Josias como resultado de ações impuras, pelo que o político não corrupto teria pouca margem de atuação.

Pesquisador: O que as pessoas esperam de PEDRO?

Josias: Ah, esperam que ele entre lá e não se corrompa. Primeira coisa, que ele não se corrompa, porque, se ele se corromper, ele já perdeu toda a trajetória do evangelho dele. **A Bíblia pede que não se corrompa. Se ele se corromper, ele tá fora, praticamente, da linha evangélica, então praticamente ele ia ter que pagar um preço. Aí quem vai cobrar esse preço é Papai do Céu, né?** Então é com ele mesmo, a consciência desse jeito. Não vamos garantir que ele como pessoa não vá se corromper. Isso eu não posso garantir para vocês, mas a gente pede que ele não se corrompa. Por ele ser uma pessoa do jeito que ele é: humilde, compreensiva, gosta de ajudar, colaborar, participar, de ajudar ao próximo. A gente acha que ele não vai se corromper, não vai se corromper. **Ele pode até ter dificuldade de fazer, porque quem não se corrompe, faz pouco. Faz, mas faz pouco.**¹⁷⁶

¹⁷⁵ Sobre isso Bourdieu nos adverte que “*para se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – frequentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, oficiais*” (BOURDIEU, 2011, p. 37).

¹⁷⁶ Entrevista concedida por PEDRO, em 2003, grifos nossos. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Espaço propício à corrupção dos indivíduos, a política é entendida pelo principal cabo eleitoral de PEDRO como um grande desafio para o político iniciante. Uma disputa para manter-se puro, para não se corromper. Nessa grande disputa, está envolvido o acesso a recursos necessários ao trabalho político de atendimento às pessoas que o elegeram. Na visão explicitada por Josias, a regra social dominante na política seria sua indissociável relação com a corrupção. Caberia aos evangélicos, aqueles que possuem o conhecimento da Bíblia, buscarem formas de evitar esse caminho. Sua visão reforça a dicotomia entre a prática política, que seria imoral, e a religião, moralizadora. Vale dizer que essa percepção de Josias projeta uma luz inusitada à própria perspectiva do senso comum, não poucas vezes também construída e projetada pela mídia: a posição esperada de um político religioso seria o mérito da decência, da honra, da dignidade, do cumprimento das leis. Como se, aos demais, fosse permitido não comungarem das mesmas qualidades. Em outras palavras, na nossa sociedade, põem-se de tal forma em relevo os casos de corrupção dos políticos evangélicos que o traço religioso aparenta ser o único ou o principal fator gerador desse tipo de desconfiança.

A propósito, o próprio PEDRO expõe uma desconfiança sobre a candidatura de alguns empresários, pois teriam ingressado na política apenas pelo interesse em burlar a fiscalização. Esses candidatos, acusa PEDRO, aproveitariam o cargo dessa forma porque suas empresas seriam responsáveis pela poluição ambiental do município. Uma justificativa apresentada pelo candidato para essa acusação foi a comparação do salário recebido pelos vereadores: muito baixo em relação à renda dos candidatos. Por causa disso, a preocupação com o trabalho político seria prejudicada: embora não fizessem um trabalho de auxílio à comunidade antes da candidatura, esses empresários seriam eleitos devido à verba investida durante a campanha na compra de votos.

PEDRO: [O salário] É R\$2.900,00 ou R\$2.400,00. Em torno disso. Então, o salário de vereador não é tão grande assim, que um empresário possa se candidatar para ganhar dinheiro. Analisando isso o tempo todo de candidatura é que eu cheguei a essa conclusão. Muitos – pode ver nessa legislatura agora de Seropédica –, todos os vereadores, são pessoas que compraram votos no dia da eleição. Eles usam aquele sistema de boca de urna, dá R\$30,00 a cada pessoa. Aí contratam mil pessoas, são R\$30.000,00 que eles gastam no dia, só com boca de urna, fora as outras despesas que têm. E aí ele tem nessa porcentagem, ele consegue cerca de setecentos, oitocentos votos ou até mil, se todo mundo for fiel. E acaba sendo eleito, e aí, após ele ser eleito, não tem compromisso nenhum com a comunidade e quem perde é o povo. Quem perde é a comunidade. Isso vem acontecendo no nosso Brasil inteiro, não só em Seropédica. E para a gente mudar isso é muito difícil. Então, é por isso que eu digo: isso é uma questão de ideologia.

Eu venho crescendo na minha candidatura devagar, na 1ª eleição eu tive 159 votos, na 2ª eu tive 221, aí agora eu tive 351.¹⁷⁷

A desconfiança expressa nas palavras de PEDRO revela o sentido próprio da relação política. Embora reforçados por ele, não são necessariamente os R\$30,00 que garantem a aliança entre eleitor e candidato. Em um cenário de precária assistência social por parte do governo, o candidato mais articulado, aquele que demonstra ter maiores recursos durante a campanha, pode, ao longo do mandato, injetar recursos para o desenvolvimento da comunidade. Uma resposta de Josias ilustra bem o que estamos indicando: a forma como os eleitores se envolvem com os candidatos e reforçam o consenso de que o candidato com mais verba tende a ser visto como o que receberá mais votos.

Pesquisador: Elas esperam que o PEDRO seja representante delas?

Josias: Em Seropédica tem poucas pessoas que têm esse pensamento, que pensam assim. Por falta de conscientização política, então muitos acham que fulano vai ganhar porque está fazendo churrasco em vários lugares. Isso aí hoje mesmo eu ouvi: “Ah! O Valtinho vai ganhar!” A dona falando hoje: “[O candidato Valtinho] Já me convidou para 20 churrascos!” Então você vê. Já PEDRO não. Se ele não falar quem ele é: “Eu sou o PEDRO, já faço trabalho social, quero ajudar mais. Como vereador, tenho como representar melhor o povo de Seropédica.”¹⁷⁸

O cabo eleitoral explicita que os recursos oferecidos pelos candidatos durante a campanha serviriam como uma forma de mensuração da sua capacidade de angariar votos. E também aproveita para criticar aquilo que chama de falta de conscientização política do povo. Pois os eleitores em geral dariam mais importância para a propaganda política dos candidatos com recursos financeiros do que para o trabalho social que já vinha sendo realizado por PEDRO: a entrega dos cheques-cidadão.

Em suma, os dois discursos reforçam que eleitores e candidatos de forma consensual entendem a representação política como ato de conseguir acessos aos recursos para os grupos com parca assistência governamental. Ora, uma norma apreendida e reproduzida por classes sociais hierarquicamente correlacionadas. Nesse ponto, observamos que há certo consenso entre o sentido e o significado da cultura política para esses indivíduos.

¹⁷⁷ De acordo com os dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral, na primeira eleição pelo PDT, em 1992, PEDRO recebeu 196 votos. Na segunda pelo PMN, em 1996, recebeu 221 votos. Em 2000, novamente no PDT, recebeu 315 votos. Em 2004, já no PSC, recebeu 482 votos.

¹⁷⁸ Entrevista concedida por Josias em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

A priori parece que PEDRO e Josias não comungam da mesma interpretação, feita pelos eleitores citados, sobre a noção de representação política. Por pertencer ao mesmo universo social de seus eleitores, PEDRO seria um candidato que se posiciona como um representante desses grupos menos favorecidos pelo governo. E, por conta disso, teria o interesse de se dedicar à luta pelos seus direitos políticos, com o intuito de garantir-lhes acesso a melhores condições sociais. De fato, a ajuda dada aos membros inseridos na sua rede social é uma prática comum entre os assembleianos, como mostrou Almeida: “como em toda religião, os evangélicos trabalham em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, propiciando a autoestima de seus seguidores, além de incentivar a ajuda mútua entre eles, pelos laços de confiança e fidelidade.”¹⁷⁹ Da mesma forma, concordamos com Novaes quando a autora indica que as religiões evangélicas são compostas por pessoas de baixa renda:

Apesar de uma crescente presença de camadas de classe média entre os evangélicos, quando se considera a renda e a escolaridade do rebanho pentecostal podemos dizer que se trata de uma religião de pobres entre os quais a conversão promove ganhos materiais e simbólicos advindos de novos laços sociais e de um novo sentido para viver e recomeçar a vida.¹⁸⁰

Contudo a reposta de PEDRO, apresentada abaixo, ilustra sua crítica e a forma como procura se distanciar da percepção da política conforme uma adesão por parte dos eleitores à facção com maior probabilidade de ampliar suas redes e angariar recursos.

Pesquisador: Como é a relação do senhor com as pessoas com quem lida diariamente. Enfim, o que as pessoas esperam do senhor?

PEDRO: Tem esse lado. Eu costumo dizer que eu sou um candidato voltado, assim, para a classe mais, como é que eu vou dizer, a classe mais carente, mais trabalhadora. Porque eu venho de uma família carente. Aos seis anos de idade, a parede de estuque que era a minha casa caiu em cima de mim. Então eu fiz um propósito de estudar, de correr atrás, de me formar, de sair daquela situação. E graças a Deus.¹⁸¹

Em contrapartida, a entrega dos cheques-cidadãos aparece involuntariamente, tanto na sua fala quanto na de seu cunhado, como uma atividade legitimadora de sua campanha. Essa atividade, na verdade, é também resultado da articulação de PEDRO em uma determinada rede social, pois foi isso que lhe garantiu o acesso aos recursos oferecidos pelo governo do estado. A propósito, a escolha de PEDRO como o representante do governo estadual na

¹⁷⁹ ALMEIDA, op. cit., p.12.

¹⁸⁰ NOVAES, 2004, p. 4.

¹⁸¹ Entrevista concedida por PEDRO, em 2004. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

entrega dos cheques-cidadão em Seropédica foi resultado da indicação do pastor Élio Parreira, nesse momento responsável pela coordenação do programa. O pastor fora assessor do ex-governador Anthony Garotinho, marido de Rosinha Matheus, em cuja gestão o programa foi criado.

Pesquisador: Quando ele fala isso, como as pessoas reagem?

Josias: Quando fala. Porque a gente não fala que troca. A gente fala o seguinte, a gente fala: Ó! O PEDRO já tem um trabalho social que ele faz junto ao Governo do Estado. Mas a gente não está pedindo voto por isso, né? A gente só está lembrando que ele já faz um trabalho social.

Destacamos uma segunda consideração a partir da análise desses discursos: tais interpretações põem em relevo um significado especial para o voto, pois esse ato, símbolo da democracia, não é percebido como o único elemento representativo da máquina eleitoral. Afinal, os relatos citados nos permitem entrever que construir uma carreira política é, nesse sentido, ter acessos aos capitais, materiais e simbólicos, que circulam nas redes sociais das quais políticos e candidatos procuram fazer parte ao longo da sua carreira.

A título de exemplo e para reforçar nosso argumento, recuperamos a constatação dos antropólogos Jorge Matar Vilela e Ana Cláudia Marques¹⁸²: os parlamentares mais votados nas eleições não são exatamente os mais procurados pelos prefeitos. Os mais procurados são aqueles que possuem mais acessos aos recursos requeridos pela municipalidade.¹⁸³

Percebemos, portanto, que, nessa realidade social, o número de votos é um dos referenciais cruciais nas disputas políticas, mas não o único. A partir desses números, legitima-se a prática política e mascara-se um conjunto de ações e valores criados e reordenados por diferentes grupos, cujas variadas e instáveis articulações interferem na disputa eleitoral.

Nesse sentido, em entrevista, PEDRO chama os eleitores de ignorantes, pois não saberiam votar, escolher os seus candidatos. Apesar da crítica, o presbítero, mais uma vez, reproduz a mesma lógica quando se sente *obrigado* (no sentido da necessidade de retribuição a Antenor Gonçalves) a aceitar o que chamou de um “vergonhoso compromisso”: buscar recursos financeiros para o governo municipal em Brasília, por ser um cabo eleitoral de

¹⁸² MARQUES, Ana Cláudia; VILELA, Jorge Matar. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

¹⁸³ O presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2004, procurou minar essa prática, reunindo-se mensalmente com os prefeitos de todo o país para criar um vínculo entre as instâncias federais e municipais, relação sempre mediada pelos parlamentares.

confiança de Antenor Gonçalves. A noção da dádiva como veneno, assinalada por Bailey¹⁸⁴, ganha sentido aqui no que diz respeito ao fato de que aceitar um compromisso predetermina a necessidade de retribuição, o que nem sempre é positivo para um dos lados que compõe o vínculo. Em Bourdieu também vemos que há certa ambiguidade nas realções de trocas, há a pretensão de “rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição”¹⁸⁵ bem como em outra faceta mas ligada a mesma moeda: “nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca, nem mesmo a confissão de pulsões recalçadas ou, por éclairs, a denúncia de uma outra verdade, denegada, da troca generosa, seu caráter impositivo e custoso (“o presente é uma infelicidade”)¹⁸⁶.

Por meio dessa percepção, interessa perguntar: quais os bens materiais e simbólicos trocados na rede de PEDRO?

Pesquisador: O que as pessoas pedem?

Josias: Ah! Pedem cesta básica, material de construção, tijolo, cimento, pedem remédio. Porque é um vício. Seropédica é um vício. O povo já se viciou a pedir. Eles preferem que a pessoa peça do que ela tenha um emprego. “Pedilância”. A nossa ideia não. É que a pessoa tenha um emprego, tenha dignidade para não precisar pedir. A nossa ideia é essa.

Pesquisador: Onde ele distribui esse cheque-cidadão?

Josias: Nas igrejas. As igrejas são responsáveis. Cada igreja tem um líder responsável para distribuir esses cheques. Não é obrigatório a pessoa ser amigo dele ou estar voltado para ele, pode ser uma pessoa que o pastor indicar, qualquer pessoa.¹⁸⁷

Justificamos o uso da noção de “espírito do dom”, que intitula esta dissertação, enquanto conceito explicativo. Apropriado da obra de Marcel Mauss¹⁸⁸, o “espírito do dom”¹⁸⁹ é fruto da sua densa explicação sobre “as formas e razões de troca nas sociedades arcaicas”. As obrigações morais do dar, receber e retribuir, isto é, a economia moral¹⁹⁰, que ordena as relações entre grupos sociais, dão suporte ao que entendemos sobre esse conceito. Como mostra o sociólogo, as redes de relações sociais, que ligam os indivíduos de uma

¹⁸⁴ BAILEY, op. cit.

¹⁸⁵ BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *MANA*, v.2, p.2, v.7-20, 1996.

¹⁸⁶ BOURDIEU, op.cit.

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Josias, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: *ethos* religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

¹⁸⁸ MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

¹⁸⁹ Outros autores têm trabalhado com a noção de dom enquanto dádiva ordenadora das redes de relações das sociedades. Entre eles, destacamos LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; MAUSS, op. cit.; BOURDIEU, 2005. Optamos por construir a nossa interpretação sobre a o conceito a partir da leitura dos sociólogos Mauss e Bourdieu dialogando, quando possível, com os demais autores.

¹⁹⁰ THOMPSON, op. cit., p. 13-24.

sociedade, são construídas a partir dessas obrigações. Ou seja, a troca de dons é uma manifestação simbólica que expressa a essência moral de uma dada sociedade.

Com base nessa interpretação, ressaltamos a atribuição de um novo significado a noções generalizadoras, como clientelismo político. Antes mesmo de conceituar as relações de dependência entre os membros da rede social analisada e construída a partir da trajetória de PEDRO, procuramos entender quais são as regras que organizam os câmbios entre esses indivíduos. Dessa forma, como disse Kuschnir,

Atribuimos assim novos sentidos a relações nomeadas de clientelistas e assistencialistas através de uma espécie de lógica da dádiva, que circunscrita à arena política redimensiona as ações a partir da lógica de atores em questão apresentados, como sugere a autora, para além de um “modelo ideal de política”.¹⁹¹

As trocas e os dons trocados, investigados neste trabalho, certamente possuem significados particulares, entretanto isso não impede a análise sobre a forma como o “espírito do dom” é ordenador das relações plurilaterais do universo social pesquisado. Afinal, uma de nossas preocupações nesta dissertação é mostrar que o pertencimento e o posicionamento em pontos nodais de determinadas redes sociais são uma garantia para aquisição de capitais materiais e simbólicos responsáveis pelo reconhecimento de alguns indivíduos no campo político.

3.3 UM CONSENSO SOBRE O SENTIDO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A partir da descrição de alguns passos da trajetória de PEDRO, investigamos justamente a interpretação cotidiana, construída corriqueiramente e que não é fruto somente da interpretação de nosso objeto de pesquisa, mas também daqueles que fazem parte da sua rede. Chegamos, portanto, a essa ideia de que há um “espírito do dom” que ordena e dá sentido às trocas políticas. Ora, como Moacir Palmeira e Beatriz Heredia¹⁹² mostraram renitentemente, muito além de escolhas individuais, os votos se constroem a partir da adesão dos indivíduos às facções políticas e aos recursos por elas oferecidos.

No âmbito de estudos sobre a sobreposição entre os campos religioso e político, a antropóloga Caetana Damasceno pontuou ser “indispensável considerar os pentecostais como coautores de um estilo de democracia em construção [...] e não meros autores solitários de

¹⁹¹ BARRETO, 2004, p. 51.

¹⁹² PALMEIRA; HEREDIA, 2005.

regras do jogo político corporativista ou clientelista”¹⁹³. A interpretação da autora vai ao encontro também da perspectiva da antropóloga Regina Novaes, quando esta averiguou que o pertencimento religioso inspirou a ação política destes indivíduos, ao estudar o cotidiano de agricultores assembleianos de Santa Maria, Rio Grande do Sul.¹⁹⁴

De maneira geral, as considerações alcançadas pelas autoras apresentam uma reinterpretação da atuação desses indivíduos na esfera pública. Assim, entendemos, como Novaes, que “os crentes, na medida em que constroem um lócus onde se valorizam os pobres, questionam alguns fundamentos de legitimidade constitutivos da dominação tradicional”¹⁹⁵. Essas orientações teóricas ampliaram nosso olhar para uma reflexão que busca interpretar o sentido da prática política de acordo com as interpretações dos seus participantes.

No nosso caso, ou seja, quando perseguimos a trajetória de PEDRO e tentamos recompor alguns de seus traços, fomos obrigados a observar a importância dos dois lados que compõem as relações de interdependência política: os eleitores e os candidatos. Ou seja, independentemente de sua classe social, os indivíduos constroem as suas inserções nas redes sociais de acordo com os interesses e oportunidades que se definem ao longo da construção de suas carreiras.

Sem perder de vista a complexidade do conceito “oligarquismo brasileiro”, recorreremos à explicação do sociólogo José de Souza Martins sobre o significado do clientelismo político. O autor nos leva à consideração de que a troca de favores não é necessariamente uma prática vertical, estabelecida entre pobres e ricos. Mais do isso, essa prática engloba relações que ocorrem entre iguais, horizontalmente.

[...] [o clientelismo político] Não se reduzia e nem se reduz a uma modalidade de relacionamento entre políticos ricos e eleitores pobres. Minha concepção é a de que o oligarquismo brasileiro se apoia em algo mais amplo do que esse relacionamento – ele se apoia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos.¹⁹⁶

O que estamos sugerindo com isso é que a resposta que obtivemos a partir do estudo de caso da trajetória de PEDRO, supomos – pois não temos condições de averiguar aqui – certo consenso sobre o significado geral da representação política, seja para eleitores e

¹⁹³ DAMASCENO, 2007. p. 08-26.

¹⁹⁴ NOVAES, Regina. **Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania**. São Paulo: Marco Zero, 1985.

¹⁹⁵ Ibid., p.137.

¹⁹⁶ MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1994, p.29.

políticos ricos, seja para eleitores e políticos pobres. Em linhas gerais, representar um eleitorado seria garantir a um determinado grupo acesso a recursos públicos não disponíveis de outra maneira.

Apesar da contraposição entre o espaço impuro da política e a presença pura do religioso, evidencia-se, no discurso de Josias, a necessidade de ter uma representação para o seu grupo nesse universo. Cabendo a PEDRO, como liderança religiosa, abrir espaço na política até mesmo para a inserção de outros membros da sua rede de parentela.

Pesquisador: Bom, quero saber de você o que é que você espera dessa representação política do seu cunhado?

Josias: O que eu espero? Eu espero, assim, da gente ter um bom resultado nas urnas. E a gente conseguir chegar lá, nosso objetivo. A gente está fazendo um trabalho aí. Eu estou desempregado, não tenho nem um salário. Estou sem renda nenhuma. Estou tentando fazer alguns biscates. Está difícil também para mim tentar não desistir, não desanimar. Porque se bobear. Você sabe que quem tem família, eu tenho uma filha para cuidar [...]. Eu tenho minha preocupação pessoal. Tipo com a minha filha, mas eu estou na luta, eu não vou desistir. Eu vou até o fim, agora está na metade, falta só, agora, a metade. E a minha esperança é que ele chegue lá, que a gente o coloque lá e que ele faça o que ele, o que a gente acha que ele vai fazer. Que é trabalhar com dignidade, não se corromper. É isso que eu espero dele como político. E espero também, um dia, futuramente, quem sabe eu entre na política também. Se mudar eu entro, se continuar eu não entro, não. Se o PEDRO decepcionar, eu estou fora, porque, por dinheiro... olha só, porque não adiante você ter dinheiro e não ter dignidade, sabia disso? Você tem que ter dignidade. Tem que ter respeito. Você tem que andar de cabeça erguida. Não tenho nada, mas procuro fazer as coisas direito.

Contudo as chances de PEDRO seriam menores do que as chances dos demais candidatos porque, no discurso de Josias, o presbítero aparece como um político que “não trabalha comprando votos”. A sua eleição seria, na visão explicitada por seu cabo eleitoral, uma retribuição daqueles que foram favorecidos pelo trabalho realizado por ele.

Pesquisador: Você acha que PEDRO tem menos chance de ganhar, por que não tem apoio da igreja? Como funciona?

Josias: Não. **Acho que ele tem menos chance de ganhar porque ele não tem capital, entendeu? Porque ele não tem capital, ele trabalha com conscientização política, conscientizando o povo de que tem que mudar, de que é por aqui que caminha.** Por aqui que pode melhorar. Sem promessas, porque quem promete, não faz. É difícil quem prometer fazer tudo que promete. Se promete dez, cumpre uma. **Então, promessa é dívida e quem promete tem que cumprir, mas infelizmente nosso país ‘tá desse jeito, porque quem promete não cumpre.** E, assim, **ele não trabalha comprando voto, ele já faz alguns trabalhos sociais como cheque-cidadão, cheque-idoso, porque isso aí foi uma troca que ele fez de favores.** Porque ele distribuindo o cheque-cidadão não vou dizer que ele não

está ligado à política, por estar. Ele ‘tá ajudando o próximo, mas ‘tá ajudando de uma forma que o povo vai falar: “Poxa, PEDRO é uma pessoa que me ajuda com o cheque-cidadão.” **E vão também ajudar a ele. Até uma troca de favor.**

Não interessa aqui qualificar se negativas ou positivas as estratégias políticas apresentadas. Problematizamos essas questões procurando entendê-las, antes mesmo de criticá-las. Isso porque levantamos questões do passado que ainda são problemáticas no presente. O que ressaltamos é como regras de conduta social podem estruturar ou serem estruturadas pelas normas já presentes no campo político, porque são instituídas pelos atores sociais que dele fazem parte e não por leis, como muitas vezes se institui teoricamente; o que a política deveria ser. Analisamos aqui como a política é. Ou seja, como disse Geertz, “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa”.¹⁹⁷

PEDRO, um religioso que começou a projetar-se também como uma liderança política, passou, por conta disso, a disputar a adesão do eleitorado com outros personagens da história política local com maior poder aquisitivo. A diferença, no seu caso, repousa no fato de que sua trajetória é fundamentalmente marcada pela acumulação de capital religioso adquirido não apenas pelos anos de envolvimento com a doutrina assembleiana, mas também pela rede de relações construída nesse universo. Diferentemente das outras trajetórias, no caso de PEDRO, os capitais econômicos eram escassos, as alianças é que lhe garantiriam acesso aos recursos que seriam oferecidos aos eleitores.

Agora, retomaremos mais detalhadamente como a influência do processo de manipulação das alianças pôde interferir nos jogos políticos.

3.4 QUANDO AS REDES POLÍTICAS SÃO MAIS EXTENSAS QUE AS OBRIGAÇÕES MORAIS LOCAIS

Nas eleições de 2004, PEDRO não foi eleito à vereança do município, mas a eleição de Antenor Gonçalves lhe garantiu a indicação para o cargo de Secretário da Pasta de Pesca e Agricultura de Seropédica. Contudo, algumas semanas após o encontro com PEDRO, na prefeitura, Josias informou ao grupo de pesquisa a substituição do cargo do presbítero

¹⁹⁷ KUSCHNIR, 2001, p.67, grifos nossos.

PEDRO pelo pastor assembleiano Eduardo Parreira¹⁹⁸, personagem “muito ativo no PSC e atuante junto ao governo do Estado”.¹⁹⁹

Eduardo Parreira direcionou o motivo para a movimentação dos cargos para o acesso do município ao convênio com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, que a prefeitura anterior de Seropédica havia perdido porque o antigo prefeito João Souza não teria apresentado a documentação sobre a prestação de contas dos gastos com o PRONAF. Eduardo Parreira poderia tentar reaver o acesso ao Programa, através da sua teia de relações vinculadas a Brasília, por meio de seu irmão, pastor Élio Parreira, que naquele momento era vice-presidente nacional do PSC. Segundo Eduardo Parreira: “Teremos condições de reaver o PRONAF, porque temos gente lá em Brasília que vai batalhar para isso.”. Em outras palavras, como o pastor era irmão do presidente nacional do PSC, parece que a força do seu vínculo com um político em Brasília – o pleito representado por um de seus laços familiares – foi o suficiente para criar um compromisso entre o prefeito e o novo secretário de Agricultura.

Esse processo de transferência de cargo, contudo, não aconteceu sem a reflexão do prefeito Antenor Gonçalves. Além de nomear PEDRO como o vice-secretário da mesma pasta, um churrasco em comemoração ao aniversário do pastor Eduardo Parreira foi realizado em maio de 2005, antes mesmo de seu governo completar 150 dias.²⁰⁰

Havia umas 60 pessoas no aniversário de Eduardo Parreira. Nesse evento, o mesmo mestre de cerimônia que trabalhou durante a campanha, conhecido como Lexa, convidou o prefeito para discursar no palco que foi montado. Destacamos em seu discurso a recorrente ênfase na ideia de unidade: “Com esses atos [como o churrasco], o grupo fica mais unido.” Após a fala do prefeito, o pastor Eduardo Parreira também foi convidado para discursar. Este, por sua vez, aproveitou o espaço para justificar a saída de PEDRO e a sua nomeação, reforçando, apesar disso, a relação positiva que mantinha com o presbítero: “não quero colocar azeitona na empada de ninguém”, referindo-se a todas as nomeações feitas por PEDRO ao longo das semanas em que fora secretário.

¹⁹⁸ Em 2006, Eduardo Parreira candidatou-se a deputado estadual pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB). Em 2008 e 2012, candidatou-se ao mesmo cargo pelo PSC, não alcançando o número de votos necessário em nenhuma delas.

¹⁹⁹ Como já dissemos, PEDRO possuía laços estreitos com a família do pastor Eduardo Parreira. Um mês antes das eleições de 2004, o jornal Foco Popular, distribuído pelo presbítero PEDRO para sua propaganda política, publicara fotos do candidato abraçado com o pastor Élio Parreira que, segundo a manchete, seria o seu padrinho político.

²⁰⁰ Depois que um candidato se elege, os comentários sobre a qualidade, se positiva ou negativa do seu governo, giram em torno das primeiras mudanças realizadas ao longo dos três aos cinco primeiros meses do seu mandato.

O pastor Eliezer da Igreja Batista Peniel, sempre presente nos eventos promovidos pela prefeitura, foi convidado a fazer uma oração para o aniversariante. Nesse momento, PEDRO e Antenor Gonçalves, ambos com suas esposas e filhos, abraçaram também o pastor Eduardo Parreira e seu sobrinho, o presbítero Fabio Parreira, formando um grande semicírculo em frente ao palco. PEDRO²⁰¹, que não havia falado na maioria dos eventos durante a campanha, subiu ao palco e pediu o microfone para fazer uma oração sobre as famílias, informando que aquela era a semana da família. Além disso, revelou, nesse momento, que o churrasco teria sido organizado por ele, que teria levado um boi, por isso haveria bastante carne. Após os momentos de oração, os convidados começaram a conversar e comer, dispersando-se pelo espaço da casa de festa.

O grupo de pesquisa conversou durante a festa com a esposa de PEDRO, Laura, que reclamou das intensas atividades de trabalho do marido após a posse do prefeito. Laura informou que fora contratada pela prefeitura para trabalhar no postinho de Saúde do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, de 8h a 17h, todos os dias, junto com uma irmã de PEDRO. Além disso, contou que a esposa do presidente da Câmara de Vereadores, Mauro de Brito, foi nomeada diretora do Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC. Conversando sobre os filhos de Antenor Gonçalves e do pastor Élio Parreira, Tiago Gonçalves e Fabio Parreira, respectivamente, a esposa de PEDRO comentou sobre a festa de aniversário do segundo, na Barra da Tijuca, para a qual foram convidados.

No aniversário do pastor Eduardo Parreira, a tentativa de aproximação com as redes locais se tornou manifesta. Tendo em vista que, para ter uma reputação positiva ou negativa em uma dada comunidade, é necessário fazer parte dela, ser de dentro da comunidade,²⁰² principalmente no cenário de comemoração dos dez anos de emancipação do município, tema recorrentemente utilizado pelos candidatos que queriam demarcar sua proximidade com o município, o candidato procurou justificar a ocupação do cargo de secretário de Pesca e Aquicultura da cidade à qual não pertencia.

Observando a relevância da “pequena política” face às contradições das regras da “grande política”, retomamos aqui a noção de reputação já trabalhada no primeiro capítulo. A força da noção de pertencimento a um lugar está ligada aos conceitos de reputação e de (re)conhecimento. Como vimos, *(Re)conhecimento* e *reputação* são categoriais sociais

²⁰¹ Ao acompanharmos a participação de PEDRO nos eventos, percebemos que são raros os casos em que o presbítero discursa. Acreditamos que este caso serve como exemplo controverso das práticas cotidianas de um político que em geral possuem o talento oratório e se destacam exatamente por meio desta competência.

²⁰² BAILEY, op. cit.

importantes para a apreensão das políticas locais e, por assim dizer, para a análise de trajetórias políticas. Estas se constroem em uma localidade a partir de uma forma de “gerenciamento de reputações”, pelas quais os políticos buscam o (re)conhecimento dos eleitores. Ora, o entendimento da maneira pela qual essa “política de reputações” é vivenciada também pode contribuir para a análise das práticas políticas em um nível mais geral (grande política), porque, embora os conteúdos possam diferir de um nível ao outro, “os princípios que se aplicam à competição política e às alianças políticas são os mesmos tanto nas grandes quanto nas pequenas questões”²⁰³.

A partir dos relatos recolhidos nesse evento, observamos a recorrência dos princípios que se aplicam à competição política e às alianças através de duas formas diferentes.

Em primeiro lugar, a produção de uma festividade para positivar a substituição do cargo de secretário sugere certa relevância da reputação para um político. Essa preocupação se evidencia quando o pastor Eduardo Parreira justifica que não queria atrapalhar o trabalho de PEDRO, mantendo todas as nomeações feitas por ele. Além disso, o pastor Eduardo Parreira poderia fornecer acesso a recursos relevantes, como a implantação da Farmácia Popular em Seropédica, em 2005. Por certo, foi resultado do acionamento da sua rede de parentela; mais especificamente, a ligação de seu irmão, ex-assessor de Anthony Garotinho quando este era governador, contribuiu para a implantação programa criado pelo governo estadual, em 2004, na gestão de Rosinha Matheus: a Farmácia Popular.²⁰⁴

Em segundo lugar, interconectando escalas de poder político, Josias, que também estava presente no aniversário, considera a formação de alianças e os interesses em jogo naquele momento. Quando conversou com o grupo de pesquisa, explicou o Projeto do Censo Rural que, com a aprovação de PEDRO, vinha desenvolvendo com o auxílio do diretor do Colégio Técnico da Universidade Rural/CTUR. Questionado sobre a necessidade de recursos para a efetivação do projeto, Josias explicou que a verba para o seu financiamento dependeria da liberação de recursos pelo governo federal, que, de acordo com a interpretação dele, no momento estaria com “as portas trancadas”, por causa das eleições gerais de 2006:

Josias: Se eles abrirem agora, o que acontece? O Garotinho entra, e eles não querem. Eles querem segurar os investimentos, só depois que eles vão

²⁰³ BAULEY, op. cit., p.14.

²⁰⁴ Um mês após a inauguração da Farmácia Popular, PEDRO inaugurou a Rádio Nova Filadélfia. A rádio pode ser considerada uma forma de manter o contato com a população e ampliar a divulgação das ações implementadas no governo de Antenor Gonçalves e da Secretaria de Pesca e Aquicultura da qual PEDRO era subsecretário.

liberar, porque se não eles fazem os trabalhos acontecerem, quem ganha o nome é quem está aqui, né?

A leitura dessa fala de Josias revela uma intrigante forma de conhecimento do funcionamento de determinadas regras do campo político. O cabo eleitoral deu valor central à instabilidade das relações políticas no período que antecede as eleições. Quando Sérgio Cabral se candidatou, foi apoiado pelo casal Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, também filiados ao PMDB, para quem o governo federal não liberara recursos exatamente para não garantir uma reputação positiva ao seu governo e, assim, minimizar a transferência dessa reputação para o seu candidato, Sérgio Cabral.

No entanto é preciso destacar que a possível indicação de Anthony Garotinho, pelo PMDB, para a presidência, renunciada pela mídia e citada por Josias, não foi confirmada, e o partido preferiu a aliança com o PT, apoiando a recandidatura do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. O presidente, contudo, somente formalizou o acordo com o PMDB no segundo turno, quando apoiou a candidatura de Sérgio Cabral, que se elegeu governador do estado do Rio de Janeiro. Por isso, Garotinho deixou o partido e filiou-se ao PR, passando, a partir daí, a acumular mais um inimigo político²⁰⁵, acusando Sérgio Cabral de traidor.

Inferimos, portanto, que sem dúvida a epifania de rituais de evangelização política modificou as estruturas tradicionais da máquina eleitoral. Por ser um processo dinâmico e contínuo, a “pentecostalização” da política²⁰⁶ se refletiu no exercício do voto de um grupo específico e na operação do sistema de governo deste grupo no “tempo da política” de 2004, cujo impacto também pode ser observado nas eleições majoritárias de 2006. Na medida em que determinados políticos se inseriram nesse domínio, uma explosão de eventos com tônica religiosa revelava e reforçava a sua atuação em nome de variadas denominações evangélicas, remodelando a política, nesse caso, municipal. Resta-nos mencionar, além disso, que, a partir da descrição desses rituais, percebemos que a participação política do eleitorado se demonstra efetiva não somente na prática do voto, mas nas conscientes escolhas que levam em consideração os bens simbólicos e materiais que estão em jogo no processo de adesão aos grupos políticos. Percebemos que devolver, por meio de um cargo político, um apoio eleitoral é mais do que uma prática clientelística; em determinados casos, pode se transformar em uma obrigação moral, assim, revelando a importância dos dois lados que compõem a rede. Daí a

²⁰⁵ Ao longo de sua carreira política, Anthony Garotinho rompeu com o PT, PDT e com o PMDB. Acumulou assim divergência política com relevantes lideranças destes partidos. Como, por exemplo, Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Sérgio Cabral.

²⁰⁶ DAMASCENO; DUARTE, 2006.

recorrente preocupação, por parte dos políticos, em justificar e tornar legítimas as associações, alianças políticas e clivagens. Como exemplo, vimos a cerimônia de comemoração do aniversário do secretário de Pesca e Aquicultura do município, ritual que objetivava reforçar a unidade desse grupo político, após a possibilidade de dissidência provocada pela nomeação de Eduardo Parreira ao cargo inicialmente oferecido a PEDRO.

4 MUITO ALÉM DE SER POLÍTICO OU EVANGÉLICO: REPUTAÇÃO, HONRA E RESPEITO

A partir do que apresentamos no capítulo anterior, procuramos mostrar agora que, em determinado momento, os rumos da “pentecostalização” da política foram reorientados de acordo com as exigências do próprio campo político. Como consequência, detectamos o esfacelamento das antigas alianças e a criação de novos elos entre os grupos que estiveram à frente da política em Seropédica, a partir de 2004. Disso resultou a insuficiência de algumas das propostas políticas de lideranças evangélicas como também dos personagens que haviam adquirido esse papel, de porta-voz evangélico no executivo municipal, como é o caso do prefeito Antenor Gonçalves.

Diferentemente da conjuntura exposta no capítulo anterior, como um contrafluxo, ocorreu, em Seropédica, a amenização da presença evangélica em rituais políticos, aliada ao esvaziamento do poder de antigas lideranças religiosas na política municipal, durante o “tempo da política” de 2008. Diante desse cenário de transformação de algumas das posições políticas que assumiram o poder em 2004 e que demonstraram total perda de prestígio político quatro anos depois, procuramos entender o subsequente, ou mesmo, simultâneo, esvaziamento dos rituais religiosos no espaço público²⁰⁷. A questão que se desenvolve neste capítulo é a defesa da ideia de que, exatamente por ser um domínio social dinâmico, o processo de “pentecostalização” da política não conseguiu transformá-la completamente, de forma a sobrepor-se às regras próprias do campo político, condição *sine qua non* para a manutenção do *status quo* de um determinado grupo político. Afinal, como nos adverte Bourdieu²⁰⁸, para garantirem a sua inserção nesse domínio simbólico, o campo político, os agentes devem entender, respeitar, reproduzir e, somente a partir daí, tentar modificar tais normas.²⁰⁹ Nessa perspectiva, é necessário ao “político profissional” o domínio básico dos trâmites, muitas vezes chamados, no senso comum, de “troca-troca de partidos”, “dança das cadeiras”, etc., a saber, as normas de conduta relacionadas às alianças, clivagens e suas regras negociação. Pois, como vimos no capítulo anterior, a interseção desse campo com o campo religioso é fruto da circulação recíproca de informações, ideias e indivíduos. Veremos, a seguir, alguns dos casos nos quais se desenvolve um conflito entre essas normas.

²⁰⁷ Não houve espaço para levantarmos esta investigação.

²⁰⁸ BOURDIEU, 2011.

²⁰⁹ Id. Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998. p.117-189.

4.1 A NATUREZA SIMBÓLICA DAS TROCAS QUE AINDA ORDENAM A SOCIEDADE

Mais uma vez afirmamos que a aproximação com personagens conhecidos localmente é uma das estratégias utilizadas, durante o “tempo da política”, pelos candidatos com uma projeção política maior do que a municipal. Daí a importância do papel do mediador no cenário político. Em entrevista, D. Nilza, mãe de PEDRO, relata que conhecera importantes políticos brasileiros, como Leonel Brizola, quando exercera a atividade de cabo eleitoral. A *performance* desse político, de fato, teve grande repercussão na chamada “Baixada Fluminense”²¹⁰. De todo modo, não interessa aqui questionar a veracidade da narrativa de D. Nilza. A nossa preocupação pauta-se na importância dada pelos eleitores aos vínculos com esses políticos cujas carreiras ganharam destaque nacional.

Tal como com Brizola, D. Nilza também mencionou o contato estabelecido, por intermédio da família Parreira, com a governadora Rosinha Matheus, que teria chegado até mesmo a estreitar o contato entregando o número do seu telefone à diaconisa. Esse vínculo, entretanto, consolidava-se por meio do contato feito por um dos assessores da governadora. Ronaldinho, responsável por visitar mensalmente o município, intermediava os pedidos, feitos por D. Nilza, de materiais para a construção de creches em Seropédica.

Não por acaso, a assembleiana também fez referência ao trabalho realizado, durante as eleições gerais de 2002, na campanha para o senado do pastor Manoel Pereira, quando o contato entre eles teria se estreitado. A mãe de PEDRO assegurou a importância desse contato, relatando que o próprio prefeito Antenor Gonçalves teria ficado surpreso quando o pastor Manoel Pereira fora à prefeitura em 2005 e (re)conhecera²¹¹ a diaconisa.

A justificativa para a relevância da figura de Manoel Pereira repousa no fato de o pastor ocupar um lugar de destaque como liderança religiosa para os assembleianos. Com a apresentação da relação do bipo Manoel Pereira com a rede de parentela de PEDRO, algumas observações específicas se tornam necessárias.

A trajetória de Ferreira se consolidou ao longo do crescimento e difusão das igrejas AD pelo Brasil e da extensão das suas fronteiras para outros países. Por meio da cisão com a CGADB, o pastor, que já dirigia um contingente de igrejas no Rio de Janeiro, passou a ocupar

²¹⁰ Cf. definição do conceito no capítulo 1.

²¹¹ SCOTTO, op. cit.

um dos cargos de destaque na AD, passando a ser (re)conhecido como “bispo” pelos fiéis. No interstício da atuação política intrarreligiosa, Ferreira construiu as bases institucionais da CONAMAD, que rapidamente ampliou o número de igrejas a ela filiadas no Brasil e no exterior.

Para entender o funcionamento dessa instituição, faz-se necessário frisar que, como se sabe, a AD é uma igreja cujas regras de organização seguem o modelo congregacional, segundo uma lógica que “subordina as congregações às igrejas, as igrejas às igrejas-mães e estas aos ministérios”.²¹² As igrejas locais se consideram um corpo relativamente autônomo, porque “são auto-suficientes financeiramente como também porque o são em termos de formação de seus dirigentes”.²¹³ Ainda que a vinculação a determinado Ministério obrigue a dependência em relação a este na escolha e manutenção de suas lideranças, estas são cooptadas localmente. Diferentemente da IURD e da Igreja Católica, que se estruturam a partir do estilo episcopal e são constituídas por uma mais evidente coesão entre suas lideranças, na lógica congregacional não existe o cargo de “bispo”. Curiosamente, numa entrevista, PEDRO justificara que o título de “bispo” dado a Manoel Pereira poderia relacionar-se ao fato de que, mesmo com mais de 80 anos, o pastor continuara à frente da CONAMAD. Por certo, resta-nos dizer que a criação do cargo ocupado por Ferreira distorce, ao reinterpretar, a lógica inicial que deu origem à AD²¹⁴.

Além do mais, o fato de as ADs serem divididas em congregações também altera a forma como essas igrejas se apresentam no próprio campo religioso e no espaço público. O poder de atuação de cada uma das convenções em que se divide a AD vem das diferentes congregações a elas filiadas. Por isso, nessa denominação não há coesão em relação às visões sobre a relação da igreja com o mundo e, mais especificamente, com o mundo da política. Na medida em que as divisões intrarreligiosas são evidenciadas pela mídia, obsevamos que a escolha dos candidatos não é feita por um grupo homogêneo.²¹⁵ Sobre o tema, Machado associa o caráter fragmentário do universo evangélico com a repercussão da participação política partidária evangélica. Seria o caso de um número considerável de denominações entenderem “a participação na política partidária e nas disputas eleitorais como fundamentais

²¹² NOVAES, 1985, p. 17.

²¹³ Ibid., p.18.

²¹⁴ Sobre a origem da AD no Brasil cf. ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia (1911-2011)*. Tese. PUC-SP: São Paulo, 2012. MENDONÇA, Antonio Gouvêa & VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

²¹⁵ Como vimos, de acordo com o estudo de P. Oro, o que acontece no caso IURD.

à ampliação e ao fortalecimento de suas respectivas igrejas no campo evangélico e frente ao grupo confessional hegemônico no país”.²¹⁶

Em linhas gerais, há uma vasta gama de pastores que aparecem na grande mídia como porta-vozes autorizados para falar em nome do grupo sobre temas como política, tolerância religiosa, direitos civis. Dentre os nomes que ganharam mais notoriedade, destacam-se os de Silas Malafaia, líder de um ministério que nascera de uma das recentes cisões da AD e irmão do deputado federal Samuel Malafaia; José Wellington, pastor presidente da CGADB; Marco Feliciano, deputado federal; Manoel Pereira²¹⁷, pastor presidente da CONAMAD e candidato por quatro vezes a diferentes cargos políticos.

A outra razão para citarmos a vinculação de Manoel Pereira à família de PEDRO se sustenta no fato de que, a partir da análise dessa relação, visualizamos um exemplo complexo de como, em virtude do descompasso no cumprimento de normas de conduta, lideranças religiosas podem também perder o prestígio político de seus seguidores. Para descrever o caso precisamos retomar uma breve definição feita por Paul Freston sobre a estrutura hierárquica da igreja da qual Ferreira e PEDRO fazem parte:

O sistema de governo da AD é oligárquico e caudilhesco. Surgiu para facilitar o controle pelos missionários e foi reforçado pelo coronelismo nordestino. A AD, na realidade, é uma complexa teia de redes compostas de igrejas-mães e igrejas e congregações dependentes. Cada rede não habita necessariamente uma área geográfica contígua. O que dá margem a controvérsias sobre "invasão de campo". O pastor-presidente da rede é, efetivamente, um bispo, com grande concentração de poder. E escolhido por voto unânime do "ministério", um corpo composto de pastores, evangelistas e presbíteros.²¹⁸

Nesse caso, parece que o autor se refere especificamente às igrejas ADs vinculadas ao Ministério de Madureira, submetidas, dessa maneira, à CONAMAD e ao seu pastor presidente, Manoel Pereira. Pois, como vimos, Ferreira é o único pastor reconhecido como “bispo” em toda essa heterogênea denominação.

²¹⁶ MACHADO, M.D.C. *Religião, Cultura e Política. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012, p.32.

²¹⁷ Ingressou no PP, que se chamava PPB, em 2002, candidatando-se ao cargo de senador. Em 2004, foi candidato ao cargo de vice-prefeito na chapa de Luís Paulo Conde. Em 2005, filiou-se ao PDT, mas, foi eleito deputado federal em 2006, candidatando-se pelo PTB. Ingressou em 2009, no PR. É interessante que o investimento de Manoel Pereira na campanha e o número de votos recebidos foi bem maior em 2002 do que em 2006. Todavia, na primeira candidatura, ele almejava o cargo de senador e, na segunda, de deputado federal, cargos que requerem um diferente número de votos para a eleição. Além disso, candidatou-se por partidos diferentes.

²¹⁸ FRESTON, op. cit.

Mesmo diante de uma organização hierárquica fortemente assentada na concentração de poder pelos líderes dominantes, a vinculação religiosa nem sempre é o critério ou a garantia de apoio político. Ainda antes do “tempo da política”, a busca por adesões, alianças e apoios políticos é uma das preocupações dos candidatos, porque é a partir dessas alianças que se estruturará a campanha política. De acordo com o relato de PEDRO, quando fora pedir ao pastor Manoel Pereira apoio para sua campanha em 2004, o “bispo” teria justificado que somente poderia ajudá-lo se o pastor presidente da Catedral das ADs do Km 50 de Seropédica, Ademir Gonçalves, também apoiasse a campanha de PEDRO. Caso contrário, Ferreira não poderia ajudá-lo, pois, de acordo com as regras da CONAMAD, estaria desrespeitando o pastor presidente da igreja local ao suprimir a sua autoridade como representante religioso local.

O pastor Ademir Gonçalves, todavia, havia prometido apenas um apoio informal que consistia no seu voto e na distribuição de seus panfletos, mas não na apresentação de PEDRO como o único candidato da igreja, pois, como havia muitos candidatos, justificara que não seria justo escolher apenas um.²¹⁹ Da mesma forma, seu filho, Isaias, pastor vice-presidente, apoiou o candidato Felix Alves de Oliveira, conhecido como Felinho. Como o pai, o pastor fornecera um apoio informal: aparecera com frequência ao lado do candidato nos rituais religiosos durante o período de campanha.

PEDRO, por sua vez, tomou uma explicação diversa daquela dada pelo pastor Manoel Pereira. Na verdade, a ordem seria inversa, a aprovação do apoio ao candidato deveria ir de acordo com hierarquia assembleiana, cujo pilar, nesse caso, seria o pastor presidente da CONAMAD, instituição suprema para as Catedrais vinculadas ao Ministério de Madureira, RJ.

P: Em última análise, as igrejas, assim, de modo geral, dão ou não dão apoio aos candidatos: dar algum tipo de suporte, não digo dinheiro; assumir algum tipo de compromisso, algum tipo de ajuda?

PEDRO: Não, porque a igreja tem uma organização também, as igrejas são organizadas; então, quer dizer, se sai daqui da matriz, que é a Igreja Mãe, se sai uma ideia, tudo bem. Todos acatam. Vai se ter um congresso. Então o congresso vai ser voltado para aquele tema. Há uma união do povo evangélico, então por isso que não há envolvimento na política, porque se o pastor Ademir falar *Ó, eu quero que apoie o PEDRO*, aí, ele vai passar por cima de uma organização deles em nível nacional, vamos supor.

²¹⁹ Vimos, no capítulo 2, que nesse ano, a igreja apresentou 10 candidatos ao cargo de vereador.

Ao contrário do que revela a fala de PEDRO, é curioso que as duas Catedrais de Seropédica, do Km 40 e do 50, submetidas à CONAMAD, tomaram posições diferentes em relação ao apoio dado aos seus candidatos. Contraditoriamente, o pastor Neemias foi o único indicado pela Catedral das ADs do Km 40.²²⁰ Diante dessa polifonia de justificativas, acreditamos que talvez o fato de a Catedral das ADs do Km 50 ter apoiado o candidato de João Souza, Ângelo Silva, e não o candidato Antenor Gonçalves, da mesma facção de PEDRO, tenha influenciado mais do que alguma determinação dada pela CONAMAD.

A narrativa desse fato microscópico nos interessa aqui, pois a sua descrição amplia a nossa percepção de que as regras de dependência, configuradoras da teia de relações formada entre os religiosos, em determinados momentos, misturam-se às regras de constituição de alianças políticas. Vejamos a crítica à falta de apoio direto da Catedral das ADs do Km 50, que na época possuía 2800 membros, reforçada na fala de Josias.²²¹

P: E a comunidade, assim, você acha que a comunidade evangélica ‘tá dando suporte a ele?

Josias: ‘Tá, não em nível de liderança.

P: Não?

Josias: ‘Tá neutro. Liderança neutra. Agora, os próprios cristãos membros da igreja, cada um tem seu candidato, cada um é livre para escolher seu próprio candidato, não tem assim: *Vai por esse!* Agora, a minha igreja ‘tá lá indicando um candidato. Ele é até do Km 40 [...], a Assembleia de Deus do Km 40. Lá, parece que tem o Pastor Neemias e parece que ele está sendo indicado para ser o candidato da igreja.

Manoel Pereira decretou seu apoio à facção do candidato ao cargo de prefeito pelo PSB, José Antonio Veiga, naquele momento reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que não era membro da AD. A aliança escolhida pelo pastor se orientou de acordo com os interesses do próprio campo político, ignorando assim as regras que ordenavam os vínculos entre os componentes da rede religiosa. Concordamos com o antropólogo Moacir Palmeira quando descreve a expectativa de adesão do grupo familiar a um parente candidato. Ampliamos essa percepção quando pensamos que, nessa denominação, “os irmãos de fé” são também tratados como parentes, membros da mesma família, portanto a adesão aqui também é esperada, mas ela também não é obrigatória, como acontece no caso da solidariedade

²²⁰ Como mostramos no capítulo 1, neste pleito, PEDRO recebeu mais votos do que o pastor Neemias. Foi o somatório da coligação partidária com o número de votos o que garantiu, ao último, a cadeira na Câmara Municipal. O que reafirma a ideia de que esses eleitores assembleianos não votaram necessariamente no candidato indicado pelo pastor presidente da maior igreja local, neste caso a Catedral das ADs do Km 42.

²²¹ Entrevista concedida por Josias, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

familiar explicitada pelo autor: “Há uma expectativa geral de que um candidato conte com os votos de seus parentes e, com relação ao eleitor individual, de que ele, tendo parente candidato, vote no parente”²²². Entretanto, esse expectativa nem sempre se comprova haveria na verdade “certa autonomia entre a “lealdade do voto” e as “lealdades fundamentais” a familiares ou parentelas. Essas diferentes lealdades podem convergir, mas isso nem sempre é verdade; pode ou não acontecer”²²³.

Todavia há um complicador no caso escolhido, pois se trata da formação da aliança em uma relação social vertical, na qual os agentes ocupam papéis sociais com pesos diferentes na hierarquia religiosa. Quando se trata da relação de um membro da base da hierarquia da igreja com um membro que representa o topo da hierarquia, a gramática que ordena a manutenção dos laços religiosos pode não ser o fator dominante para a constituição de alianças políticas. As redes sociais não se formam apenas por personagens com a mesma posição social, na verdade é fruto de um “relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”²²⁴.

Afinal, como vemos abaixo, na fala de D. Nilza, há um constante reforço à quebra da reciprocidade por parte do “bispo”, diferentemente da atitude adotada por outros membros da igreja, como a do o pastor Élio Parreira e sua família. A memória despertada por D. Nilza para o relato na entrevista não só nega os laços de dependência com o “bispo’ de Madureira”, como também reforça a proximidade com outro grupo da mesma teia de relações, a família Parreira.

D. Nilza: Todo mundo é do PSC, mas eles são muito legais.

P: O secretário [Eduardo Parreira] falou que já conhecia há muito tempo o PEDRO.

D. Nilza: Muito tempo.

P: Ele ficou surpreso quando ficou sabendo que ele vinha pra cá, trabalhar com PEDRO.

D. Nilza – Eles também ajudaram muito PEDRO.

P: O pessoal de Madureira?

D. Nilza: Não, o pessoal de lá debaixo.

P: Por quê? O pastor Dias não é de Madureira, não?

D. Nilza: Sim, é de Madureira, mas o bispo de Madureira não ajudou tanto, igual o pastor Elio Parreira, pastor Eduardo Parreira, a Rosinha.

P: Ajudaram como?

D. Nilza: Com dinheiro na campanha. Eles deram apoio a ele.

²²² PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado. ANPOCS, s/d. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_04.htm> Acesso em: 25 mar. 2013.

²²³ PALMEIRA, op.cit.

²²⁴ GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: _____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Schwarcz, 1993, p.10.

P: Como?

D. Nilza: Eu sei que ligava num dia, não sei como, no outro, o dinheiro aparecia. Até carro mesmo. [“Bispo” Manoel Pereira] Já nem deu carro para PEDRO para fazer a campanha. Então, bem ver que ele não tinha nada com isso. Aí depois ele foi ajudar o reitor. E nós o ajudamos tanto. Ainda falei assim: *Eu ainda vou conversar com ele*. Aí PEDRO falou para mim assim: *Mãe, eu não entendi! Eu fui ao pastor Manoel Pereira!*

P: Manoel Pereira chegou a ser eleito em 2002?

D. Nilza: Não, não chegou a ser eleito. Mas eu, então, eu ajudei ele muito e, quando para ajudar ao PEDRO, ele falou que só ajudava se o pastor [Ademir Gonçalves] aceitasse, mas ele não podia fazer uma coisa dessas. Para ele ajudar o PEDRO, não precisava disso e não precisa.

Procuramos mostrar como as regras que estruturam a composição dessa rede social estiveram superpostas pelos interesses políticos, e não pelos religiosos, conquanto os vínculos entre PEDRO e Manoel Pereira tenham se construído, em primeiro lugar, por causa da igreja. Da mesma forma, as críticas tanto de Josias como de PEDRO aparecem na fala de D. Nilza, no entanto, agora, a ênfase assenta-se no próprio campo político, no trabalho realizado pela diaconisa na candidatura de Ferreira ao senado. Portanto, para D. Nilza, não se tratava apenas de uma obrigação religiosa, mas uma recompensa política. Além disso, apesar do prestígio religioso e político que o pastor possuía, D. Nilza procura reduzir a dimensão simbólica da relação hierárquica estabelecida, ao descrevê-lo como o “bispo” de Madureira”, indicando certo distanciamento da sua figura e do seu poder hierárquico religioso, por causa do comportamento do pastor durante o “tempo da política”, considerado negativo pela diaconisa. E ainda reforça que será novamente cabo eleitoral de outro candidato ao mesmo cargo, o diácono Fabio Parreira.

Contraditoriamente, o apoio dado pelo “bispo” à candidatura do ex-reitor, José Antônio Veiga, em 2004, não impediu a sua aliança, em 2005, com candidato eleito, Antenor Gonçalves, que representava uma facção oposta à de José Veiga. Consideramos que o interesse em jogo nessa aliança estivera relacionado à campanha de Manoel Pereira para o cargo de deputado federal, porque foi a partir desse momento que o jornal *Folha Municipal*²²⁵ passou a publicar uma coluna assinada pelo pastor e, além disso, a acompanhar as frequentes aparições de Manoel Pereira em Seropédica. Como, por exemplo, uma propaganda em

²²⁵ **Jornal Folha Municipal**, 2006: Edição N° 11 – 1° a 15 de fevereiro: Destaques: Capa – “Pastor Manoel Pereira, líder de uma geração”, p. 4; Id. Edição N° 13 – especial: Capa – “Bispo Manoel Pereira visita sede da fundação que leva seu nome”, p. 3; Id. Edição N° 18 – 26 de maio a 5 de junho: Destaques: Capa – “Bispo Manoel Pereira comemora aniversário com culto de ação de graças”, p. 8; Edição especial Expo Seropédica: Destaque: “Seropédica homenageia Deputado Federal Pastor Manoel Pereira.”2008/Edição N°81 20 de novembro de 2008, Ano 3. Capa: “Quem ama a rural vota chapa 2”; “Rural renova a Reitoria” (com a foto de Jacob Neto apertando as mãos do “bispo” Manoel Pereira); “Deputado Federal Manoel Pereira Destina recursos à Rural”; “Bispo Manoel Pereira coordena a Conferência Global pela paz no Brasil”.

outdoor da sua candidatura ao cargo de deputado federal, exposta na Convenção do PSC, em 2006. Mais uma vez a aliança visando a acumulação de votos analisada no capítulo 1 reaparece. Trata-se agora dos níveis federal e municipal.

Em 2007, o pastor consolidou um elo com um terceiro grupo político através do ritual de nomeação dos “Cidadãos Seropedicenses”. Esse grupo político que estava no poder municipal era representado por Ângelo Silva, candidato do PSDB, que ocupara o cargo de prefeito quando Antenor Gonçalves fora cassado em 2006. Ambos os ex-prefeitos, Antenor Gonçalves e Ângelo Silva, foram aliados do também ex-prefeito João Souza, em momentos diferentes de suas carreiras, respectivamente, até 2000 e até 2008. Da mesma forma, quando eleitos, ambos romperam com João Souza.

Uma entrevista do pastor, publicada no *site* oficial do PDT, afirmava que o próprio Brizola o teria convidado a ingressar no partido, justificando que Ferreira teria aceitado o convite, em 2005, após a morte de Brizola. Em face da documentação que tivemos acesso, não foi possível delinear o contorno da rede que o interconectava a Leonel Brizola e averiguar se, de fato, a entrevista foi concedida pelo “bispo”. No entanto o objetivo para a apresentação desse dado controverso está no fato de que nele observamos a criação de uma memória, embora recortada no tempo, e o acionamento do nome de uma figura com prestígio político, Brizola, como justificativa simbólica para o ingresso no partido. O fato de o “bispo” ter se candidatado por outro partido, pelo PTB, em 2006, leva-nos a pensar que Ferreira decidira ingressar para o PDT, em 2005, exatamente porque, naquele momento da sua carreira política, essa aliança era importante para a criação de uma identidade política, vinculando sua imagem a de uma figura com uma reputação de longa data e considerável conhecimento do funcionamento da política institucional. Herança política necessária a Ferreira naquele momento.

Desviamos para o caso de Manoel Pereira porque acreditamos que esse tipo de construção de capital simbólico é significativo para a construção de carreiras políticas. E, além disso, essa trajetória também lança luz sobre a atuação de PEDRO como mediador entre universos distintos, buscando converter os capitais adquiridos de um espaço para outro. Aqui reforçamos o argumento, defendido ao longo desta dissertação, sobre a relevância, para a construção de uma carreira política, do saber posicionar-se dentro da rede social de acordo com o sentido da circulação de capitais materiais e simbólicos. Se o que está em jogo no processo de construção de uma carreira é a capacidade de ação de cada indivíduo, a formação ou esfacelamento de alianças relaciona-se à tentativa de ocupar um ponto nodal numa determinada rede social. Não estamos assim defendendo que essas tentativas de PEDRO foram

em todos os sentidos vitoriosas, essa discussão será aprofundada no capítulo seguinte. Por ora, vamos observar a dinâmica política por um viés pouco explorado: as rupturas que acontecem exatamente por causa dos compromissos não cumpridos.

4.2 A COMPLEXIDADE DAS REGRAS DO “ESPÍRITO DO DOM”: AS REDES ESFACELADAS E O CARISMA DESFEITO

Quatro meses após as eleições de 2004, o grupo de pesquisa retornou ao Assentamento Rural Eldorado para entrevistar novamente os moradores. Foram recebidos na casa de alguns dos assentados, entre eles, o casal D. Alzira e Sr. Nestor. Ao conversar sobre o resultado das eleições daquele ano, a moradora do assentamento contou ao grupo que votara no pastor Manoel Machado. Para justificar a sua escolha, uma vez que PEDRO era o seu candidato, contou que, nas eleições de 2000, o presbítero havia prometido um carro para conduzi-la com a sua filha ao colégio eleitoral, visto que não havia transporte público no assentamento localizado a mais de 8km do ponto de ônibus. O presbítero, todavia, não enviou o carro, elas perderam as eleições e foram obrigadas a pagar uma multa ao TSE.

Nas eleições de 2004, o pastor Manoel Machado, ao realizar uma vigília na igreja AD do assentamento, prometeu o mesmo e, de fato, enviou uma condução para D. Alzira e sua filha no dia das eleições. Ambas sentiram-se na obrigação de retribuir a ajuda do pastor, votando nele. O compromisso foi firmado para além da identidade religiosa que as vinculava ao pastor. A adesão nas urnas se justificara pelo cumprimento do compromisso e do respeito adquirido. Por conta disso e, em particular, pela demonstração da capacidade de cumprir as promessas feitas durante a candidatura. A noção de compromisso político são orientadores das escolhas políticas dos eleitores.

Não por acaso, quando o grupo entrevistou o Sr. Rocha sobre o resultado das eleições e o desempenho de PEDRO, o assentado justificou que: “O garoto tem boa vontade, mas não tem experiência, sem entrosamento, sem apoio.”²²⁶. Explicou que continuava votando em Itaguaí; diferentemente da esposa, não mudara seu título de eleitor depois da emancipação de Seropédica. Mais uma vez, a ideia da competência política aparece com um significado especial na fala dos atores sociais investigados. Nesse caso, o apoio e o entrosamento são bens essenciais para a construção de uma carreira política. Para garantir o movimento de recursos,

²²⁶ Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

o candidato necessita ter (ou pelo menos mostrar que tem) muitos acessos garantidos pelas instituições e indivíduos que apoiam sua candidatura. Muito embora o cabo eleitoral, em 2004, procure defender o seu candidato, a noção de competência que aparece na fala do Sr. Rocha tem o mesmo significado que o observado na fala de Josias. Esses indivíduos identificaram a competência política de PEDRO, em 2004, pelo que consideraram um trabalho de assistência social por ele exercido: a distribuição dos cheques-cidadão.

P: O que as pessoas esperam dele? Que ele represente o quê? O que vocês esperam dele, do PEDRO?

Josias: Eles acham que ele é uma pessoa humilde, já é alguma coisa de importante. Eles acham que ele tem competência agora, porque nas outras eles achavam que ele não tinha competência, por ele não ter um trabalho de política, de não estar comprando voto, de estar ali martelando na cabeça da pessoa. Então, o trabalho dele era mais assim, de ir fazendo pelas beiradas e o povo pedindo ajuda, devido à situação financeira dele ser só o salário dele “pra” sustentar a família.

É interessante que, apesar de aparecer na fala do Sr. Rocha a noção de falta de experiência, PEDRO já participava da sua quarta campanha para a vereança em 2004. Afinal, sua primeira candidatura ocorrera em 1992, mais de dez anos antes. Notamos, então, que a noção de experiência também ganha aqui um sentido peculiar. Para o Sr. Rocha, o tempo de atuação não necessariamente pode significar a falta de conhecimento sobre a política, mas a falta de capacidade de formar alianças políticas que lhe garantissem os capitais simbólicos ou materiais necessários para assim demonstrar competência ao grupo que se diz representar.

No final da conversa, D. Alzira mencionou o que considerava a falta de respeito dos políticos, pois para ela estes apareceriam “somente nas eleições e depois não cumprem nenhuma das promessas feitas”. Explicou sua insatisfação contando o que ocorrera no enterro de sua mãe, para o qual precisou e pediu ajuda, mas nenhum político apareceu. Por fim, reclamou do voto que serviria somente para atrair os políticos para a comunidade, mas, depois de eleitos, eles não somente se afastariam, como também deixariam de cumprir suas promessas: “O voto não dá nada para gente.”

Sobre administração efetiva na época da entrevista realizada em 2005, o casal relatou que o então secretário responsável pela Pasta de Pesca e Agricultura, pastor Eduardo Parreira²²⁷, não comparecera a nenhuma das reuniões realizadas pelo grupo. Ele apenas estivera presente no assentamento para tratar de assuntos relativos à vacinação do gado local.

²²⁷ Em 2002, fora candidato pelo PTB ao cargo de deputado estadual, em 2008, candidato pelo PSC ao cargo de vereador. Por fim, em 2012, novamente candidato ao cargo de vereador pelo PSC. Faleceu em 2013, em um acidente de carro.

PEDRO, por sua vez, havia participado de duas reuniões. O relato sobre a ausência do secretário nas reuniões revela o distanciamento desses indivíduos em relação ao secretário. Contudo esse distanciamento na verdade não se justifica pelo interesse do grupo, mas pelo desinteresse do secretário em entender as necessidades do grupo, participando de suas reuniões.

4.2.1 A rejeição do porta-voz

No início de 2006, evidenciou-se a instabilidade que o governo de Antenor Gonçalves²²⁸ havia adquirido por causa das cisões do grupo que lhe apoiara em sua candidatura. Concomitantemente, os eventos religiosos que marcaram sua campanha foram perdendo fôlego e, em 2006, a tônica evangélica do governo de Antenor Gonçalves foi se desfazendo. Já em 2005, o *Jornal de Seropédica*, financiado por uma das facções que se opusera ao seu governo, já citava, ainda que de forma dissimulada, alguns problemas do governo.

Sem dúvida, as constantes transferências de cargo, reflexos das várias tentativas de adequação ao sistema político, demonstravam a instabilidade do seu governo. A título de exemplo, o cargo de secretário da Pasta de Pesca e Aquicultura, transferido de PEDRO para o pastor Eduardo Parreira, foi novamente realocado para o coronel aposentado Marcos Braz, marido da vice-prefeita Lindaura Braz. Em relação a esse fato, PEDRO explicou que, quando se formara a aliança partidária entre a candidata para o cargo de vice-prefeita, do PHS, e Antenor Gonçalves, do PSC, dera-se uma divisão dos cargos de nomeação entre os grupos políticos que pertenciam à mesma facção. Outra secretaria teria sido prometida ao partido da vice-prefeita, mas, por causa dos rearranjos durante a fase inicial do governo, Lindaura Braz passou a ter direito a essa pasta, bastante relevante para o município, visto que o percentual da população rural de Seropédica ainda era maior do que o da população urbana.

A narrativa de PEDRO, em um encontro informal com o grupo de pesquisa, evidencia a relevância dada, por ele, ao compromisso desfeito por Antenor Gonçalves. PEDRO relatou

²²⁸ Como são os capitais que circulam que determinam o momento político, a dança das cadeiras é necessária. Esposa de Mauro virou diretora do CTUR. A igreja do Km 50 na verdade apoiava João Souza. PEDRO, filho rebelde. Sempre há alianças e esse tipo de comprometimento. Coligação – firmam um acordo que cada um faz e vai ter uma pasta. Constante luta contra os adversários e contra os colegas de partido. Sistema de trocas ajuda a reconstruir a rede de relações sociais. O “tempo da política” intervém, separa e une. Dança das cadeiras, Antenor Gonçalves perdeu nos transportes, mas ganhou na saúde. Independentemente de ser uma coisa positiva ou não entendemos que o sentido da corrupção não é o único. Antenor Gonçalves fora denunciado apenas quando houve interesse.

que não fora avisado sobre a mudança. Apenas recebera por telefone o aviso do pastor Eduardo Parreira de que era preciso tratar de um assunto com urgência, mas, antes mesmo da conversa, o coronel assumira a pasta. A decepção é explicada através da acusação, por parte de PEDRO ao coronel, de ter sido extremamente grosseiro com o presbítero, quando desfez todas as nomeações feitas por PEDRO. O novo secretário teria até mesmo transposto sem avisar os móveis da sala que ocupavam na prefeitura, o que o levou a pedir, ao prefeito, a exoneração do cargo de vice-secretário. Contudo Antenor Gonçalves não aceitou o pedido e, além disso, pediu um pouco mais de tempo a PEDRO. A exigência feita pela vice-prefeita foi criticada por Josias, que se mostrou incomodado com o fato, porque o novo secretário, além de ter suspenso o projeto do Censo Rural, também teria deixado PEDRO “de mãos atadas” no período que trabalharam juntos.

Menos de um mês depois, Antenor Gonçalves afastou a vice-prefeita da Pasta de Educação devido à acusação de promoção de um governo paralelo ao seu. As acusações afirmavam que a vice-prefeita estaria criando as bases para a sua própria candidatura no próximo pleito. No entanto, meses depois, em abril de 2006, teve início o processo de cassação do prefeito exatamente por causa dos fundos direcionados à Secretaria de Educação, que passara para a coordenação de Waléria Gonçalves, sua esposa. Antenor Gonçalves foi denunciado por não ter prestado contas ao governo federal do valor recebido para a aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/FUNDEF.

O processo de cassação se desenvolveu de forma muito instável. Por pelo menos duas vezes o prefeito entrou com recursos e retornou ao cargo. Em menos de três meses, o cargo de Chefe do Executivo municipal fora ocupado por três políticos. A vice-prefeita ocupou o cargo por menos de um mês. Depois, com a cassação não só do prefeito, mas de toda a chapa composta para a candidatura, o cargo passou para o chefe da Câmara dos Vereadores, Mauro de Brito. Por fim, o Tribunal Eleitoral Regional decidiu que cabia ao candidato mais votado nas eleições, Ângelo Silva, exercer o mandato.

No período de cassação do prefeito, os vereadores cobraram de Antenor Gonçalves a falta de interação com o Poder Legislativo. A vice-prefeita, que abriu mão do cargo antes mesmo da decisão do Tribunal Eleitoral Regional, recebeu o apoio dos vereadores, principalmente do presidente da Câmara, que mencionou a revogação, pelo prefeito, da nomeação da vice-prefeita à Secretaria de Educação. Uma das críticas de Lindaura Braz ao governo de Antenor Gonçalves se direcionou à nomeação da sua esposa à Pasta de Educação.

Esse fato nos chamou a atenção, porque nossos dados revelam que todos os prefeitos de Seropédica também nomearam suas esposas para esse cargo.

Uma primeira consideração se faz relevante: Rodrigo de Almeida Maia foi o promotor que, em 28 de abril de 2008, assinara o Acórdão²²⁹ entregando a prefeitura ao Chefe do Legislativo municipal, Mauro de Brito, e também, em 2004, a decisão para o pedido de impugnação da candidatura de Antenor Gonçalves. Essa intimidação judicial recebida em 2004 fora fruto da acusação da candidata para o cargo de vereadora pelo PC do B, Mara Cristina Ribeiro Leão, de que Antenor Gonçalves teria cometido irregularidades na doação de cheques-cidadão: a compra de votos em igrejas evangélicas de Seropédica. Interessa considerar que o partido da candidata, PC do B, em 2004, fizera parte da coligação do PDT, pela qual Zealdo Amaral fora lançado candidato ao cargo de prefeito.

Não foi fortuito que, em 2008, a estratégia referencial, peça-chave para a atuação de Antenor Gonçalves, do casal Rosinha Matheus e Anthony Garotinho também foi perseguida judicialmente, acusada de uso indevido da verba pública aplicada em programas de assistência social, coordenados por igrejas evangélicas. Houve, nesse período, a incidência daquilo que ficou conhecido como “temporada de caça às bruxas”. Outros políticos ovacionados no universo pentecostal foram acusados e investigados pelo Tribunal Eleitoral, como, por exemplo, Natalino José Guimarães e Jerôminho Guimarães Filho. Em Seropédica, a mancha na reputação de políticos evangélicos desembocou em uma manobra eleitoral: nesse pleito, nenhum candidato do PSC foi eleito; nem mesmo pastor Neemias conquistou a reeleição.

Em terceiro lugar, quando dissemos que, após o prefeito ter seu mandato cassado, a gama de eventos religiosos que ocorreram no espaço público do município se esvaziara, não queremos dizer que isso se deve ao fato de que Antenor Gonçalves teria sido o responsável pela abertura do campo político aos eleitores evangélicos. Antenor Gonçalves era apenas uma figura que representava uma reunião dos interesses dos grupos religiosos. Na verdade, a eleição de Antenor Gonçalves coincidiu com a abertura de espaço buscada pelos próprios eleitores.

Como procuramos mostrar, a construção, manutenção e o rearranjo de redes que garantem o acesso a cargos, nomeações etc. fazem parte dos trâmites políticos. Dessa forma, estão inseridas igualmente em um processo cíclico e instável, composto por tais escolhas

²²⁹ De acordo com o dicionário Aulete, acordo feito entre políticos (ger. membros de câmaras, assembleias, etc.) para aprovar ou rejeitar medidas em votação, de modo a trocarem entre si indulgências, benefícios, privilégios etc., independentemente do mérito da matéria ou de considerações éticas (AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo brasileiro**. DIGITAL, 2012).

relacionadas à necessidade de deter o controle desses trâmites comuns à prática política. Sendo assim, o valor das associações políticas varia de acordo com os interesses num determinado momento do jogo político, por isso as alianças vão se compondo ou rearranjando de forma deliberadamente instável. Antenor Gonçalves não conseguiu acompanhar a mudança de interesses em jogo, perdendo assim dois aliados, a vice-prefeita e o chefe do legislativo municipal. Diante disso, concordamos com Letícia Canêdo quando a autora aponta que a política é um espaço de instabilidade e os agentes devem estar atentos às regras exigidas.

A política é concebida como a arte e jogar a curto prazo, em razão das instabilidades facilmente percebidas na esfera institucional; entretanto este prisma dissimula o fato de que, além dessas instabilidades, o campo institucional possui regras de atuação bastante complexas.²³⁰

4.3 CONVENÇÃO DO PSC: REARRANJOS E O “TEMPO DA POLÍTICA” EM SEROPÉDICA

Em 2006, Seropédica se tornou mais uma vez um cenário de disputas políticas. As campanhas eleitorais novamente movimentaram a rotina da cidade, como acontecera por todo o país, no período das eleições gerais. Como de costume, os partidos realizaram convenções no município para a apresentação de seus candidatos.

Em junho desse ano, o grupo de pesquisa observou a Convenção do PSC, da qual participaram membros da família de PEDRO, que ocuparam o espaço com alguns materiais da campanha de Fabio Parreira. Josias²³¹ informou que os políticos estavam montando uma pirâmide de votos, buscando angariar, de cada 300 pessoas, 50 votos. Já que, de acordo com os seus cálculos eleitorais, Fabio Parreira precisava de 50.000 e Tiago Gonçalves, por volta de 20.000 votos. O cabo eleitoral narrou uma expectativa compartilhada pelo grupo de que, com a eleição de Tiago Gonçalves, seu pai, Antenor Gonçalves, retornaria à prefeitura.

Além de serem saudados com faixas do PMDB²³², durante o evento também foram apresentados os nomes da governadora, Rosinha Matheus e do seu marido, então Secretário de Segurança. Os políticos foram novamente citados no discurso do presidente nacional do PSC, Élio Parreira, pai de Fabio Parreira, quando afirmou que já havia um convite para que o casal ingressasse no partido. A propósito, nesse evento, a luta política da família de Garotinho

²³⁰ CANÊDO, 2005, p. 484.

²³¹ Entrevista concedida por Josias, em 2004. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

²³² Rosinha candidatara-se ao cargo pelo PSB, em 2002, mas rompeu com o partido no ano seguinte.

contra Sérgio Cabral foi comprada pela família Parreira. A cisão se deu pelo fato de Cabral, candidato pelo PMDB ao governo do estado do Rio de Janeiro, ter aderido ao PT para apoiar a recandidatura de Luis Inácio Lula da Silva à presidência.²³³ Nessa Convenção do PSC, entre os temas discursados por Élio Parreira, estava a crítica à considerada “traição” de Sergio Cabral a Garotinho. O que não impedirá, em 2013, a aliança entre Fabio Parreira e Sergio Cabral através da nomeação do pastor à Secretaria de Prevenção à Dependência Química do governo do estado.

Nessa convenção do PSC, Josias também informou que estava apoiando a candidatura ao cargo de deputado estadual de Tiago Gonçalves.²³⁴ O filho de Antenor Gonçalves, por sua vez, estaria apoiando a reeleição do deputado federal, Eduardo Cunha, que, em 2004, teria feito o mesmo em relação à eleição de Thiago Gonçalves.²³⁵ Já PEDRO apoiava a candidatura de Fabio Parreira ao cargo de deputado federal pelo PSC.

Não sabemos o motivo para as divergentes escolhas de PEDRO e de seu cabo eleitoral. Contudo devemos notar que a justificativa dada por Josias para o apoio à reeleição de Cunha, e não à de Fabio Parreira, seria por causa da aliança entre este candidato e João Souza, ex-prefeito de Seropédica por dois mandatos consecutivos e candidato ao cargo de deputado estadual pelo Partido Humanista da Solidariedade. Uma observação surge a partir da descrição desse relato: nas eleições gerais, a coalisão de apoios não é trivial mesmo entre indivíduos com ligações tão próximas dentro de uma dada rede social. Voltamos aqui mais uma vez a questão da relevância da política local para a construção da política em nível macro. Os significados locais da adesão política foram considerados por Josias, tendo em vista que a sua conexão a João Souza, por meio do apoio a Fabio Parreira, era considerada negativa.

Nesse ano, foram organizados, novamente, eventos religiosos, como o *Clamor por Seropédica*. Com a candidatura de Fabio Parreira e Tiago Gonçalves, os eventos, mais uma vez, espalharam-se pelo espaço público, como ocorrera durante o curto mandato de Antenor Gonçalves. Interessa considerar que a possibilidade de ressuscitar politicamente Antenor Gonçalves, a partir da eleição do seu filho, apareceu como uma tentativa cabível para esses políticos. Até mesmo a eleição de Fabio Parreira, cuja família aliara-se à de Antenor

²³³ Sérgio Cabral depois de eleito ainda nomeara Benedita da Silva, também, inimiga e ex-aliada de Garotinho como co-gestora de seu governo.

²³⁴ Entrevista concedida por Josias, em 2003. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

²³⁵ Cf. foto Anexo F.

Gonçalves, poderia representar a positivação da imagem do PSC, após a acusação feita ao ex-prefeito filiado a esse partido.

Defendemos que esses eventos representaram uma nova tentativa de aliar valores religiosos à participação política. No novo contexto, na gestão de Ângelo Silva, não ocorreu necessariamente uma redução do espaço de participação desses grupos. Afirmar o contrário implica em afirmar que o prefeito Antenor Gonçalves seria o responsável pela explosão de candidaturas de pentecostais, ou seja, pela “pentecostalização” da política em Seropédica. Em contrapartida, o que procuramos mostrar é que a própria politização pentecostal – resultado da modificação do comportamento religioso que rompeu com a ideia de apartamento das “coisas do mundo”, criando uma maior participação em temas por eles considerados “mundanos” – foi o fator responsável pela transformação da perspectiva desses religiosos sobre a adesão aos representantes.

4.4 OUTRA ARENA POLÍTICA: NOVOS ATORES

Como vimos, após a cassação de Antenor Gonçalves, em 2006, o segundo candidato mais votado nas eleições municipais, Ângelo Silva, representante do PSDB, ocupou o cargo de chefe do executivo municipal. A ascensão de Ângelo Silva criou um ponto de ruptura com a política implementada na gestão anterior, principalmente no que se refere ao acúmulo de capital religioso.

Gerindo uma nova fase na política municipal, o prefeito renovou todo o quadro de funcionários nomeados da prefeitura. Apenas as esposas do presidente da Câmara Municipal, Mauro de Brito, e do reitor da UFRRJ foram mantidas nos cargos de diretora coadjunta do Centro de Aprendizagem e Integração de Cursos/CAIC e na Secretaria de Cultura do município, respectivamente.

Apesar de não ser evangélico, em 2007, o prefeito reproduziu um cenário de unidade religiosa, ao participar da abertura da *Expo Seropédica*, com *show* evangélico do cantor Cris Duran. Todavia a marca do governo de Ângelo Silva foi a realização de eventos não evangélicos. Em 2007, ao completar dois anos de mandato, o prefeito realizou um evento católico no feriado do Dia de São Jorge: a *Primeira Cavalgada para o Progresso*, em homenagem ao santo. Em 2008, a cavalgada se repetiu e, além disso, um trio elétrico foi montado para que um padre abençoasse a cidade carregando a imagem de São Jorge. Ritual simbólico que não somente marcou o ponto de ruptura com o governo de Antenor Gonçalves, como também reordenou os vínculos com o campo religioso, nesse caso, criando uma

associação simbólica também com o catolicismo. De qualquer maneira, isso não significa dizer que os evangélicos deixaram de votar em Ângelo Silva. Nas eleições seguintes, a maior parte da população eleitoral aderiu às causas defendidas pelo prefeito, que assumira o cargo ainda durante a cassação de Antenor Gonçalves.²³⁶ Além disso, criando laços estreitos com a UFRRJ, o governo de Ângelo Silva passou a reforçar essa aliança, através da organização de eventos na universidade, como a comemoração, nesse espaço, do Dia Internacional da Mulher.

O que procuramos mostrar neste capítulo é que o processo de “pentecostalização” da política não foi o fator responsável pela mais evidente participação política dos eleitores evangélicos. Antes, como vimos no capítulo anterior, houve o processo de politização pentecostal, fruto do interesse desses grupos em defender de forma mais direta seus direitos políticos.²³⁷ Em Seropédica, observamos que, após a cassação do prefeito Antenor Gonçalves, os votos apontados pelo IBGE como de eleitores evangélicos passaram se direcionar para políticos que não necessariamente comungavam das mesmas crenças religiosas. Um exemplo em nível macrossociológico seria o apoio de eleitores evangélicos galgado e conquistado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002.

Acreditar que a política é imposta às “classes populares” é ignorar que esses indivíduos jogam o jogo político de acordo com os recursos que possuem para construir suas estratégias, caminhando para uma maior inclusão social, a partir da participação política. Ao ignorar essa possibilidade, apesar da renitente advertência de Bourdieu²³⁸, reproduzimos a tese clássica expressa no mito de que existiriam “profissionais da política”, e que os demais, “profanos”, seriam excluídos, pois, por não entenderem o funcionamento das regras desse campo, não poderiam dele participar. Perseguir a trajetória de PEDRO nos fez questionar a ideia de dominação. A partir dessa trajetória, colocamos em relevo a margem, ainda que escassa, de manobra desses grupos. Pois, como afirmou G. Levi,

Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando ao contrário que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem propor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.²³⁹

²³⁶ Cf. Anexo CI.

²³⁷ NOVAES, 1985.

²³⁸ BOURDIEU, 2011.

²³⁹ LEVI, op. cit., p. 167-182.

Se, portanto, existem formas cotidianas de dominação, também, como mostrou J.Scott²⁴⁰, existem formas cotidianas de resistência. Sem romantizar as possíveis estratégias dos grupos dominados, trouxemos, no início do capítulo, os casos de ruptura entre Manoel Pereira e PEDRO e entre o presbítero e D. Alzira, para entender aqui algumas formas corriqueiras de resistência, mesmo quando se trata de indivíduos que compartilham a mesma experiência religiosa. Escolhemos esses casos para refletir sobre uma noção relevante quando analisamos a formação de redes sociais: as relações de poder. Por isso, narramos essas formas de negociação que se mostraram eficazes para entender a formação de hierarquias religiosas e políticas. Nos dois casos, trata-se da aproximação entre um candidato a representante político e um possível eleitor.

Concordamos com o antropólogo J.Scott²⁴¹ quando este traz uma crítica interessante ao que se refere à ideia de que o único comportamento observável nos grupos dominados seria o de aquiescência. Se, nesse sentido, considerarmos o poder como algo relacional, como sugeriu Pilar Ponce Leiva, apreendemos, portanto, as relações de força verticais e não somente as horizontais. Guardando as devidas diferenças em relação a sociedade contemporânea e a sociedade colonial, remetemo-nos ao trabalho da historiadora Pilar Ponce Leiva, quando analisa as relações sociais nessa sociedade, apontando que o poder, mais do que um artifício unilateral, é, na verdade, a capacidade de ação de um agente em uma determinada relação dual. Nesse sentido, a autora acredita que *“lo que caracteriza una sociedad no son tanto las diferencias entre los grupos que la integran, como el tipo de relaciones que se establece entre sus miembros”*²⁴².

Com efeito, no caso da microrrelação estabelecida entre PEDRO e o pastor Manoel Pereira, não se trata de uma associação igualitária, mas hierárquica, na qual o poder se estabelece de forma transversal. Da mesma forma, a relação de obrigação desenvolvida entre PEDRO e D. Alzira também é uma relação de poder na qual o peso dado aos bens possuídos por cada indivíduo foi se alternando ao longo de dois períodos eleitorais. Ao observar essas experiências compartilhadas, não se trata de limitar nossa preocupação a partir de baixo ou a partir de cima, mas procuramos identificar os códigos que configuram a formação dessas redes e, assim, unem indivíduos em diferentes posições. Ainda que com recursos

²⁴⁰ SCOTT, op. cit.

²⁴¹ Ibid., p. 225.

²⁴² LEIVA, Pilar Ponce. Versatilidad social y poderes múltiples en la América colonial. **Nuevo Mundo – Nuevos Mundos**, Paris, n.07, p.3, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3231?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2012.

desigualmente ofertados, PEDRO e D. Alzira fazem parte dessa base social e por isso também possuem bens para coparticipar dessa relação de força.

Las relaciones verticales que se desarrollan cuando existe diferencia pero no distancia social, contemplan la existencia de vínculos individuales – no necesariamente colectivos – que ponen en relación dos individuos de igual o de diferente sexo, que pueden obedecer a una iniciativa voluntaria, espontánea, imprevisible y, que pueden – eventualmente – presentar un cambio de sentido en la situación de dependencia; es decir, convertir al inicialmente poderoso, en dependiente del antes subordinado.²⁴³

²⁴³ LEIVA, op.cit., p.3.

5 DE CANDIDATO A CHEFE DE PARTIDO

Fundamentada na análise sobre a entrada pentecostal na política a partir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a socióloga Maria das Dores Machado discute a religião como via de acesso à política e esclarece que o sucesso dos novos sujeitos políticos resultaria da crise de credibilidade da elite e das instituições políticas. Isso favoreceria a inserção eclesial, através do apoio das instâncias eclesiásticas das quais participam, como novos sujeitos políticos. A partir daí, a autora argumenta que a candidatura de membros da hierarquia religiosa seria um recurso para a transferência de sua influência para a esfera política. Ao considerar a capacidade do eleitorado de participar efetivamente do debate político, associa essa participação, através do voto, ao resultado da indicação das lideranças religiosas e afirma que “entre os pentecostais e os neopentecostais a intermediação da liderança religiosa articula-se com a pouca informação e envolvimento político dos fiéis, facilitando a conquista dos votos dos membros das denominações evangélicas”²⁴⁴.

O estudo sobre as redes políticas e religiosas de PEDRO nos permitiu observar que, no caso da AD, essa dinâmica é bem diferente. O apoio das instâncias eclesiásticas não é um dos recursos com o qual os novos sujeitos políticos podem contar. Procuramos discutir, nesta dissertação, as formas de ocupação da esfera política por outros personagens, mais especificamente indivíduos que não receberam apoio do *cacicato* religioso, nem mesmo ocuparam lugares de destaque em níveis estadual ou federal, absorvendo competência política hereditariamente, no seio de partidos políticos, a partir da atuação como liderança política local. Embora responsável pela transformação – até certo ponto – dos moldes da prática política, a presença evangélica no espaço político nem sempre resulta da influência de um dado líder religioso, como no caso da IURD. A partir da análise dos dados que investigamos, acreditamos que possa ser fruto do interesse dos próprios eleitores que consideraram outros aspectos para além da identidade religiosa do candidato. Sobre o assunto, vale considerar a percepção da antropóloga Regina Novaes.

Em resumo, a ofensiva evangélica modificou o dissimulado padrão anterior através do qual se fazia política dentro das Igrejas e deu outro sabor à controvérsia sobre as misturas entre religião e política. No entanto isto não quer dizer que evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor, nem há garantia que os evangélicos - divididos em

²⁴⁴ MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.29.

centenas de denominações - votem sempre em candidatos evangélicos. Isto porque as disputas no plano religioso que separam as denominações em diferentes configurações eleitorais, podem tanto ser atenuadas quanto ser radicalizadas no plano político. E também porque, para a sociedade em geral, o atributo “evangélico” não resulta sempre em um diferencial positivo. No Brasil, a imagem dos evangélicos é ambígua. Nela há sempre uma mistura de *respeito* - por se tratar de uma religião de conversão em que o fiel se sujeita ao controle social de suas Igrejas - com a *desconfiança* alimentada pelas acusações de manipulação, charlatanismo e extorsão financeira através do dízimo.²⁴⁵

Mostramos, ao longo dos capítulos anteriores, a relevância da família, da rede de parentela, dos partidos, dos movimentos sociais e da igreja na aprendizagem e conversão de capitais. Neste capítulo, tentaremos problematizar essa simbiose entre política e religião pentecostal mais uma vez, porém aqui mais especificamente, propomos reconsiderar a forma como os agentes fizeram uso dessas instituições e promoveram a sobreposição com o universo das práticas políticas institucionais.

Propomos, neste capítulo, um intenso diálogo com os trabalhos da historiadora Letícia Canêdo e dos antropólogos Afrânio Garcia Jr., Alessandra Barreto e Karina Kuschnir²⁴⁶, que nos ajudam a refletir sobre os casos de políticos que criaram carreiras com destaque nos níveis estadual e federal. Essas trajetórias foram trazidas porque pertencem à mesma tecitura de redes políticas e religiosas na qual PEDRO circulou ao longo dos últimos 20 anos. Além disso, escolhemos esses casos porque refletir sobre as suas inserções na vida política traz pelo menos três implicações.

Em primeiro lugar, nota-se, a partir desses exemplos, que as formas de aprendizado das estratégias políticas são vivenciadas distintamente em casos de políticos evangélicos e/ou históricos de políticos que já possuíam notoriedade familiar na política. Destacaremos esses casos com o objetivo de pensar a trajetória de PEDRO e não de delimitar características comuns na atuação de políticos evangélicos. São exemplos que nos fizeram tecer perguntar para o caso aqui investigado.

Em segundo lugar, exatamente pela forma como essas carreiras despontaram, tornando-se assim conhecidas em âmbito municipal, estadual ou federal, sua análise pode trazer luz a estratégias de ação muitas vezes despercebidas por estarem mascaradas sob a noção de vocação para a política. Consideramos essencial entender que na verdade a vocação é resultado da sumarização de estratégias, habilidades, oportunidades, heranças absorvidos não necessariamente no espaço político partidário, mas para ele convertido. Como

²⁴⁵ NOVAES, 2004.

²⁴⁶ KUSCHNIR, 2007; BARRETO, 2004; GARCIA, op. cit.

acreditamos que seja o caso de PEDRO, porém em dimensão tão menor que a primeira vista esta trajetória quase não aparece ou se revela muito embaçada.

Em terceiro lugar, já no quinto tópico deste capítulo, *O carisma do assembleiano PEDRO*, ao tomar por estudo formas diversas de acúmulo e manutenção do capital político, refletimos que o principal artifício acessível a PEDRO e por ele utilizado foi o papel de mediador entre os grupos políticos e os eleitores, sujeitos com quem gozava de uma reputação positiva. Como consequência, esse terceiro ponto nos leva a considerar a importância de sujeitos sociais que, embora ocupem pontos nodais de uma dada rede política, não se tornam objeto de estudo, exatamente porque não ganharam visibilidade maior do que a local. Em contrapartida, foi com base na análise dos mais variados capitais materiais e simbólicos, mobilizados na rede social na qual PEDRO estivera inserido, que reforçamos a importância de certo “espírito do dom” na e para a vida política institucional, partidária e cotidiana.

5.1 MAIS EVANGÉLICO NA IGREJA DO QUE NO PARTIDO: PEDRO RETOMA ANTIGOS LAÇOS

Em 2008, PEDRO parecia mais articulado em relação às suas pretensões enquanto político do que nos anos anteriores. O presbítero chegou a afirmar que seu principal interesse era tornar-se vereador e, portanto, toda sua família estaria trabalhando excessivamente em sua campanha, que se estrutura a partir de outras bases. Afinal, é no contexto do novo cenário político, com a ascensão de Ângelo Silva, que PEDRO mudou para um partido menor do que o PSC, tendo em vista que, no PRP, o cociente eleitoral que o prejudicava na eleição anterior seria agora um fator positivo para a sua candidatura. Em um partido menor, a disputa intrapartidária²⁴⁷ seria também mais equilibrada: “Se eu ficar no PSC, conseguir legenda é mais complicado, eu não vou ser eleito e o que eu quero é ser vereador.”²⁴⁸

No mesmo ano, além de deixar o PSC, PEDRO reforçou sua ligação com a família do pastor Ademir Gonçalves, responsável pela administração da Catedral das ADs do Km 50, passando a liderar uma pequena igreja a ela congregada. Como uma forma de demonstrar o papel de destaque que passara a ocupar, PEDRO convidou o grupo para participar do seu

²⁴⁷ Os candidatos não disputam somente com candidatos de outros partidos, a disputa também é intrapartidária, uma vez que, de acordo com o cociente eleitoral, o partido elege os dois candidatos mais votados.

²⁴⁸ Entrevista concedida por PEDRO, em 2008. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

aniversário, comemorado em uma festa religiosa na pequena igreja, localizada no interior do município.

A propósito, como vimos em 2004, o pastor Neemias, único candidato evangélico eleito, concentrou a atenção das lideranças locais da AD. Não por acaso, o apoio dado a PEDRO pelo pastor presidente de uma das catedrais locais fora apenas informal: a igreja apoiara o candidato de João Souza, Ângelo Silva, ao passo que PEDRO se aliara e defendera o governo de Antenor Gonçalves. Com certeza, o seu endosso enquanto líder de uma comunidade constitui-se como uma mudança referencial na relação entre o presbítero e as lideranças locais dessa igreja.

Embora, finalmente, tivesse se tornado uma peça chave como liderança local, ascendendo evidentemente no intercurso da hierarquia eclesiástica, nas eleições desse ano, o presbítero vivenciara, pela primeira vez, uma queda considerável no número de votos recebidos em relação às candidaturas dos anos anteriores. Com 333 votos, PEDRO recebeu o segundo menor número de votos em relação aos demais candidatos do seu partido. O que é uma grande queda, pois até então, PEDRO havia recebido um número crescente de votos, ocupando o posto de suplente em três eleições.

Há pelo menos dois fatores a serem considerados sobre esse decréscimo eleitoral.

Em primeiro lugar, a rejeição parcial nas urnas circunscreve-se ao contexto de perda de legitimidade dos antigos porta-vozes que haviam se associado ao *ethos* religioso no pleito anterior, de 2004. Ainda que não seja o único fator relevante para refletirmos sobre o resultado eleitoral, percebemos que a perda de legitimidade experimentada pelo governo de Antenor Gonçalves ecoou também no pleito municipal de 2008. Enquanto o PRP lançou nove candidatos, dos quais dois foram eleitos e os demais ocuparam o cargo de suplentes, o PSC de Antenor Gonçalves lançou apenas três candidatos, um número bastante reduzido, uma vez que, nas eleições anteriores, dos 16 candidatos lançados, dois foram eleitos.²⁴⁹

Em segundo lugar, essa afirmativa não nega o fato de que a rejeição também esteja relacionada à mudança de partido. Nessa candidatura, quando não estava mais no PSC, PEDRO não recebeu o apoio da família Parreira para a sua candidatura, principalmente porque Eduardo Parreira, tio do deputado federal Fabio Parreira, também precisava do apoio do sobrinho em sua própria campanha para o cargo de vereador de Seropédica.

²⁴⁹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

Muito embora PEDRO se mostrasse mais articulado na política de relações, como observamos na documentação, ao renovar sua posição na tecitura de redes sociais na qual estava inserido, a estratégia de movimentar-se novamente entre os campos não garantiu os resultados esperados. Ao contrário, novamente foi na disputa intrapartidária que PEDRO deparou-se com as restrições da política partidária.

5.2 UM RITUAL DA SANTA CEIA E A TRANSMISSÃO GENEALÓGICA DE CAPITAL POLÍTICO

No ano seguinte, em fins de 2009, o grupo de pesquisa foi visitar PEDRO²⁵⁰ em sua casa. Nesse encontro, o presbítero informou²⁵¹ que fora nomeado diretor do Jardim Botânico da UFRRJ pelo reitor dessa universidade. Os dois se conheceram na década de 1990, quando PEDRO passou a trabalhar como chefe de Parques e Jardins da instituição. Além disso, por causa do contato com o reitor, em 2005, em convênio com o ICHS, tornou-se possível para o presbítero desenvolver um projeto de hortas pelo CTUR. O antigo contato com o reitor permitira a PEDRO o desenvolvimento da sua carreira de técnico em agropecuária.

Durante a conversa, PEDRO convidou o grupo para participar de um culto na Catedral das ADs localizada no Km 50. Os pesquisadores acabaram participando de uma situação social ocorrida durante o ritual da Santa Ceia, “a efetivação da jubilação” do pastor presidente. Esse evento fora organizado de acordo as regras definidas pelo Estatuto da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil/CONAMAD.

O pastor presidente da AD Ministério de Madureira, Abel Pereira, filho do “bispo” Manoel Pereira, iniciou a cerimônia esclarecendo que a jubilação de um pastor não teria o caráter negativo que geralmente lhe é atribuído. Pelo contrário, a jubilação seria uma “consequência natural” da atividade ministerial e dos serviços prestados à igreja por pelo menos 35 anos. Seria uma espécie de aposentadoria garantida pela “côngrua para a subsistência do pastor” e de seu cônjuge. O pastor enfatizou ainda o fato de que a jubilação significaria “não o afastamento [do pastor], mas o fortalecimento da própria igreja”²⁵², devido à manutenção dos vínculos entre o pastor jubilado e a congregação, pois esse se tornaria o presidente de honra da igreja.

²⁵⁰ Ingressei na pesquisa, no início de 2008, e fiz parte destes eventos.

²⁵¹ Perguntou se poderíamos fazer sua biografia.

²⁵² Evento descrito pelos pesquisadores. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Como representante da CONAMAD, o pastor Abel Pereira foi o responsável pela negociação com os membros da hierarquia eclesial da igreja local para a escolha do novo pastor presidente – Isaias, vice-presidente da AD e um dos filhos do pastor recém-jubilado. Em seguida, Abel Pereira consultou as congregações reunidas durante o ritual a respeito da indicação. Nesse momento, o nome do pastor Isaias foi ratificado por aclamação e consagrado através da imposição das mãos pelo celebrante e pelos demais pastores presentes.

Nessa cerimônia ritualística, foi confirmada a transmissão genealógica de um capital religioso. Afinal, o pastor jubilado era pai do pastor consagrado para substituí-lo. A conclamação desse pastor nos chamou atenção por estar calcada em um complexo processo de organização dessa instituição, por conseguinte, levando-nos à reflexão sobre como as relações de poder que existem dentro da igreja se organizam, principalmente, entre familiares. Detectamos, portanto, que há certa “coesão entre gerações” na distribuição de altos cargos nessa igreja, podendo ser entendida a partir de uma ordem moral que organiza a visão de mundo dos fiéis.²⁵³

Afinal, nessa situação social, observamos que, apesar de PEDRO estar sentado no púlpito com os demais pastores cotados para substituir o pastor presidente, a escolha da cúpula já havia sido definida independentemente das aspirações do corpo de fiéis e dos demais pastores. Isso supõe que, embora PEDRO buscasse representá-los na política partidária, a nomeação de um membro do clã era uma realidade cognoscível, legitimada pelo consenso dos membros da igreja.

Definitivamente, os "porta-vozes" dessa igreja "agregaram" os interesses do corpo de fiéis de tal maneira que transformaram todas as vozes da igreja em uma só. Com efeito, os fiéis creditaram, ao membro escolhido pelo representante da CONAMAD, certo tipo de capital simbólico que o destacava no interior do grupo. Esse bem simbólico foi alcançado pela transmissão genealógica de capital que levou o pastor escolhido a ocupar um papel de destaque nessa igreja. Todavia tal transmissão de poder religioso, ocultada pela delegação ritualizada, garantiu a crença tácita na vocação especial desse indivíduo, cujo poder estaria “concentrado, inevitavelmente, em sua pessoa, que, na e pela sua existência, tira [tiraria] o grupo da inexistência do simples agregado”²⁵⁴. Não havia, dentro dessa lógica, espaço para a ascensão de nenhum dos demais pastores não pertencentes ao grupo parental que estava à frente dessa igreja.

²⁵³ Texto publicado nos anais da 62ª Reunião Anual da SBPC. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/527.htm>>.

²⁵⁴ BOURDIEU, 2005, p. 31.

5.3 DE VOLTA AO PARTIDO

No ano seguinte, em 2010, PEDRO regressou ao PSC após a visita à Seropédica do deputado federal Fabio Parreira, que retornara à cidade para agradecer pessoal e publicamente pelo trabalho realizado por PEDRO durante sua campanha. Esse acontecimento evidencia a força do vínculo entre esses dois agentes que compõem uma parte da tecitura social que buscamos desenhar, ainda que superficialmente.

Para analisar esse episódio, relembremos o tema do financiamento da campanha política de PEDRO. Em 2004, o apoio ofertado pela família Parreira foi expresso em materiais para sua campanha. Em 2008, esses recursos estiveram mais escassos exatamente por conta do distanciamento de PEDRO da família Parreira. Não podemos deixar de notar que, nesse ano, ao encontrar o grupo de pesquisa, PEDRO afirmou que sua família inteira estava trabalhando muito em sua campanha. Essa união não é obrigatória, uma vez que, em 2004, o sobrinho de PEDRO não apoiara o candidato do tio, Antenor Gonçalves, pois estava fazendo campanha para Zealdo Amaral, membro de uma facção oposta à do prefeito. O distanciamento em 2008 não impediu o intenso trabalho do presbítero na campanha de Fabio Parreira, em 2010, justificativa para o agradecimento pessoal do deputado.

Esse acontecimento, *a priori* corriqueiro, até mesmo, considerado normal, pois está imerso nas atividades costumeiras da vida política, parecendo-nos particularmente significativo por se tratar de um exemplo da importância dos atos simbólicos, que também constroem alianças políticas. Na medida em que Fabio Parreira retornara ao município para agradecer pessoalmente o trabalho do presbítero, reforçara não somente a ligação entre os dois como também o reconhecimento de dois vieses da atuação de PEDRO: representante dos interesses de um grupo e mediador entre esses interesses e um político que ocupa um posto no legislativo federal.

Retomamos, igualmente, a partir desse exemplo, a defesa da ideia de que o que está em circulação entre diferentes redes políticas nem sempre são bens materiais; na verdade, bens simbólicos como prestígio político, respeito e lealdade fazem parte também das obrigações morais que mantêm o vínculo entre indivíduos com poderes políticos diversos. Portanto, vale dizer que, como assinala Marcos Bezerra,

Quando se incorporam esses elementos à análise, resulta, entre outros aspectos, que as trocas de benefícios por votos tornam-se muito menos mecânicas, isto é, deixam de ser uma troca do tipo toma lá dá cá. A incerteza

existente quanto à retribuição pelos favores e serviços prestados, um dos elementos estruturantes dessas relações, torna-se algo muito mais evidente. Assim, ao se centrar a atenção na troca de benefícios públicos por apoio e voto, ignora-se que a mesma ocorre num contexto complexo onde estão em jogo também a busca de prestígio, poder e o cumprimento de obrigações formais e morais.²⁵⁵

É curioso que, em 2012, após a aproximação à rede de Fabio Parreira, membro efetivo da AD Ministério de Madureira, PEDRO ligou-se a uma nova igreja AD, desfazendo os laços com as congregações especificamente submetidas à CONAMAD. Afirmou informalmente que a doutrina adotada por essas igrejas era extremamente conservadora e não democrática. Desvinculara-se, portanto, das igrejas filiadas ao (aqui retomamos uma frase da mãe de PEDRO) “bispo de Madureira”²⁵⁶, ingressando em uma outra igreja AD, submetida à CGADB. Segundo a justificativa dada pelo presbítero, a mudança repousaria no fato de que essas ADs seguiriam um programa mais democrático e menos conservador.

Recorremos ao aporte teórico da socióloga Daniele Hervieu-Léger²⁵⁷ para refletir sobre a noção de modernidade religiosa que explica o novo cenário de interpretação das doutrinas religiosas. A autora considera que a sociedade moderna não é caracterizada pela indiferença em relação à crença, mas a mudança está na nova interpretação da religiosidade. Como consequência, o processo de desregulamentação do controle das grandes igrejas e das instituições religiosas associa-se à liberdade de construção de um sistema de fé particular por cada indivíduo, não mais restrito à manutenção de um dado vínculo religioso.

De uma forma geral, quando olhamos a noção de vocação se reduzir à percepção de que as condições de acesso não são as mesmas, entendemos que determinadas atividades cotidianas, oficiosas, são importantes para a aprendizagem da atividade política. No entanto ignoramos a forma como são construídas e amparadas por uma gama de contatos e apoios quando aceitamos a ideia de vocação para a política como justificativa para a construção dessas carreiras.

No que se refere à trajetória de PEDRO, até mesmo o apoio religioso para a sua candidatura veio dos pastores assembleianos da família Parreira e não especificamente dos altos postos da hierarquia assembleiana. Não há, portanto, uma coesão entre esses grupos. A conexão religiosa nem sempre é o motivo para a construção de uma relação de confiança,

²⁵⁵ BEZERRA, O. **Corrupção**: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

²⁵⁶ Cf. capítulo 3.

²⁵⁷ HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

respeito ou mesmo apoio. Como vemos abaixo, na fala de Josias, ainda que cerceados pela rede religiosa, nem todos são, para o cabo eleitoral, depositários de confiança.

P: E além dele [PEDRO], entre vocês evangélicos em quem mais você confia?

Josias: Quem eu confio? Eu confio, nem todo, não vou dizer que eu confio em todos, né? Todas as pessoas que vem apoiar ele, nem todas eu confio. Eu confio nas pessoas que eu convivo, que eu sei quem é, por onde anda; essa eu confio. Se eu sei que a pessoa anda ali, eu confio porque eu vou botar a minha mão no fogo por ela. Agora as outras, a gente não pode confiar diretamente, tem que confiar desconfiando. Até porque a própria cultura nossa ‘tá desse jeito: a gente às vezes confia numa pessoa e se arrepende, quebra a cara.²⁵⁸

5.4 O CARISMA DO ASSEMBLEIANO PEDRO: A CONVERSÃO DE OUTROS CAPITAIS

[...] o poder carismático assenta na “fé” no profeta, no “reconhecimento” que o herói guerreiro carismático, o herói da rua ou o demagogo pessoalmente encontra e que com ele se desvanece. De igual modo, não deriva a sua autoridade, por exemplo, deste reconhecimento pelos governados. Mas, ao invés, a fé e o reconhecimento surgem como obrigação, cujo cumprimento o carismaticamente legitimado para si exige, e cuja infração ele vinga. O poder carismático é, decerto, um dos grandes poderes revolucionários da história, mas, na sua forma mais pura, é de carácter plenamente autoritário, dominador.²⁵⁹

Recorremos à orientação de Max Weber sobre a noção de carisma político, pois esta se faz crucial para acompanharmos ainda alguns passos dados por PEDRO. Como uma forma peculiar de poder, nem tradicional nem legal, acreditamos que o carisma é uma capacidade extraordinária de exercer o poder político. No entanto ampliamos o conceito de carisma para além da percepção de uma figura cuja apresentação performática se destaca na multidão. O carisma político de PEDRO é diferente, pois tornou-se o depositário da confiança de um grupo exatamente por demonstrar-se digno dela. Com isso, procuramos fechar este capítulo, argumentando que PEDRO não se revelou uma figura carismática, no sentido tradicional

²⁵⁸ Entrevista concedida por PEDRO, em 2003. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

²⁵⁹ WEBER, Max. **Três tipos puros de poder legítimo**. Lisboa: Tribuna da História, 2005. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

weberiano, ao longo da construção de sua carreira, todavia construiu as bases da sua candidatura preocupando-se em satisfazer a necessidade da comunidade que representava. Repassando o acesso a recursos caros à comunidade, por não serem ofertados pelo Estado, ainda pelo intermédio de “profissionais da política”.

A ênfase dada por Frederick Barth²⁶⁰ à heterogeneidade que, em toda sociedade, prevalece em matéria de distribuição de recursos, pode nos ajudar a entender essa questão. Para o autor, cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos de que ele dispõe – recursos materiais, mas também cognitivos. Barth assinala a relevância de considerar os “elementos humanos tais como a distração, a burrice ou o espírito de contradição distribuídos de maneira imprevisível entre a população”²⁶¹. PEDRO não desenvolveu sua carreira se destacando pela habilidade em falar em público ou por discursos inflamados. O carisma que conquistou emanava - ou buscou ao longo de vinte anos conquistar - da garantia que ofertava, a um determinado grupo, de acesso aos recursos não ofertados pelo Estado.

Embora recebidos apenas 161 votos no pleito de 2012, PEDRO fora nomeado o chefe municipal do partido. Pretendemos relativizar o significado dos bens adquiridos por esse indivíduo ao longo da construção de sua carreira. Conquanto não tivesse nomes referenciais que lhe garantissem capital simbólico e material para a manutenção de sua carreira, como é o caso das trajetórias expostas anteriormente os ganhos imediatos lhe garantiram a manutenção do seu *status* de porta-voz de um determinado grupo, que se manteve fiel a sua candidatura ao longo de cinco pleitos.

Chegamos, portanto, mais uma vez à relevância do “espírito do dom”. O que, na verdade, determina a importância de um determinado indivíduo no jogo político é o seu posicionamento numa dada rede social, ou seja, no circuito de trocas de capitais que, quando adquiridos e convertidos (adquirir competências em outros campos sociais não significa a conversão automática desses capitais para a política: cabe ao indivíduo, antes disso, fazer a conversão dos capitais adquiridos), são responsáveis pela legitimação das competências desse indivíduo. Tornou-se um porta-voz autorizado pelo grupo, substituindo Antenor Gonçalves como chefe do PSC municipal.

²⁶⁰ ROSENTAL, Paul André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

²⁶¹ Ibid.

Josias: O que ele pode pegar? Assim, a minha ideia é que ele pegue essas propostas e trabalhe com a comunidade. Tipo assim, ele tem um grupo aqui no bairro Boa Esperança, né? Então pega esse grupo do bairro Boa Esperança e vamos reivindicar nossos direitos, né? Trabalho pelo povo, para ele ter ênfase no trabalho dele, porque se ele trabalhar sozinho, ele não vai poder depois dizer pra você que ele tentou, entendeu? **Eu acho assim, se ele trabalhar com a comunidade, ele vai, mesmo senão conseguir, mas ele vai ser a pessoa que ele disse que seria.**

Tal argumento permite refletir que, no caso de PEDRO, o principal artifício acessível como capital político fora o papel de mediador entre os grupos políticos e um grupo de eleitores seropedicenses, por saber se localizar em pontos nodais das redes sociais da qual fizera parte. Tanto o seu ingresso como a manutenção da sua carreira assentaram-se exatamente na importância desse papel ocupado por PEDRO. Portanto, com base na análise dos mais variados capitais materiais e simbólicos mobilizados na rede social na qual PEDRO estivera inserido, notamos a importância do “espírito do dom” para a vida política.

Com efeito, o principal elemento que distancia o modo como PEDRO conduziu suas estratégias políticas das demais carreiras citadas é relativo à noção de carisma político. Enquanto PEDRO atua como mediador, a diferença é que ele não estava herdando, mas construindo capital político e religioso.

Parece que o Estado ainda precisa de um intermediário para, além de representar os grupos, negociar os seus interesses. A consequência disso é que algumas barreiras, impostas à formação desse personagem em especialista da política, foram transpostas de uma maneira excepcional por PEDRO, mostrando que, embora sustentada em conhecimento diferente das trajetórias tradicionais, a competência para falar de política não se limita apenas aos grupos dominantes. A “cultura popular” sobre a qual nos debruçamos (embora particular, o caso de PEDRO não deixa de falar sobre um mundo social) não apenas compreende, como também interfere no sentido da prática política: “as classes dominadas, ao fazerem parte do processo, corroboram para o significado da prática política”²⁶².

5.5 UMA HIPÓTESE SOBRE O CAMPO POLÍTICO

A historiadora Letícia Canêdo²⁶³ estudou uma instituição que interfere de longa data na configuração do campo político brasileiro: a família; a partir das redes de parentela. No caso dos grupos de famílias mineiras estudados pela autora, a inserção e manutenção do poder

²⁶² LEVI, op. cit., p. 168.

²⁶³ CANÊDO, 2004.

político aconteceu ao longo das diversas modificações no regime político do país (tanto no Império quanto na Monarquia e na República).

A questão discutida pela autora versa sobre a forma como alguns indivíduos aprendem e interiorizam determinadas regras do jogo político em outros domínios sociais, muitas vezes percebidos como “apolíticos”. Para isso, a autora questiona “o que garante a determinados grupos [...] a força suficiente capaz de lhes permitir entrar na luta política pelo monopólio do poder”.²⁶⁴ Evidenciando que, para além da força dos partidos como investidores da legitimidade política, há certa força de laços sociais em relação aos demais recursos mobilizados na competição política. Contudo não se trata, simplesmente, de uma transmissão de mandatos eletivos entre parentelas; o processo de aprendizagem é muito mais complexo. Ademais, ressalta que as formas de aprendizado das estratégias políticas podem definir capacidades específicas em um dado momento de reestruturação do poder.

Vamos voltar a autora, antes disso precisamos apresentar a tese de Victor Nunes Leal quando defende que o “coronelismo” seria fruto de uma decadência do poder local, ao mesmo tempo em que este se modificaria para conseguir conviver com as mudanças ocasionadas pelo regime representativo da República. O governo, nesse período, não teria outros recursos para controlar o modelo de sufrágio amplo que se iniciou na Primeira República; dessa forma, a figura do coronel teria surgido como a de um importante mediador entre as “classes populares” e o Estado. Dessa maneira, o chefe local representaria, para o poder público, um meio de garantir o eleitorado rural, razão, portanto, do compromisso “coronelista”. O trabalho de Leal já pontuara a relevância disso.²⁶⁵ Concordamos que, de fato, a urbanização, a industrialização, etc. foram responsáveis pelo fim da política dos coronéis. A justaposição entre a embrionária política partidária - que se desenvolveu ao longo da história do país - e o universo privado das relações locais de dominação dos chamados coronéis se restringiu lentamente por conta das transformações tecnológicas e culturais de finais do século XIX e início do século XX.

Em suma, fechamos este capítulo retomando os estudos de Leal e Canêdo porque ambos apontam para a complexidade da configuração do campo político brasileiro. Nos dois trabalhos, dois outros domínios sociais (as relações coronelísticas e as relações de famílias) aparecem com tal relevância a ponto de influenciar, dialogicamente, o campo político.

²⁶⁴ Id., 2002, p.170.

²⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. As Metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. A-9, 6 maio 2001a. Disponível em: <www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.

A racionalidade do jogo político mineiro percebida por Canêdo²⁶⁶ nos faz refletir que, para além do processo linear de aquisição de capitais em um determinado campo, há também um complexo processo de conversão desses capitais para o campo político. Na verdade, a partir desse aporte teórico, defendemos a relativização das variadas formas de aquisição de capitais, não as restringindo ao domínio da rede de parentesco ou religiosa. Em outras palavras, se os atores sociais são responsáveis pela sobreposição entre campos, esta não se limita à relação entre o campo político e o campo religioso (aqui demonstrada) ou mesmo entre o campo político e o domínio de grupos familiares (demonstrada por Canêdo). O que chamamos de campo político é um todo complexo que deve ser perscrutado não apenas a partir da sua interseção com universos isolados.

No caso a referência buscada em Vitor Nunes Leal seria para defender que *com o fim do compromisso coronelista, outras formas de interseção entre instâncias e o Estado se desenvolveram ao longo do século XIX*. Isto é, outras instituições se ligaram ao campo político, por intermédio da ação de grupos ou indivíduos que atuaram como representantes dos eleitores.

A tradicional política das trocas entre representantes e representados faz parte, de longa data, da configuração do campo político brasileiro. Esse cenário, com formas variadas de criação de redes políticas, unindo o local e o nacional, manteve-se após séculos de colonização. Algumas mudanças se fizeram necessárias, contudo a estrutura se manteve a mesma. A prática política tornou-se uma profissão, no entanto são raros os casos nos quais os políticos se referem à atividade como ofício, ou pelo menos, como a única ocupação. De forma controversa, essa problemática se apresenta em duas vertentes. Por um lado, os políticos criam a ilusão de que existem pessoas especializadas para fazer e falar de política, reforçada por parte dos eleitores, que acreditam ignorar, no sentido de não saber sobre, as ações políticas. Por outro lado, são os políticos que, em geral, destacam, para além da sua atuação política, sua formação em outras áreas, por exemplo, em Direito, Administração, Teologia, etc.

Ao longo do século XX, observamos principalmente a ascensão das lideranças carismáticas representadas pelos líderes sindicais. Após uma intensa modificação do cenário, identificada como crise de representação, já no final do XX, observamos que a irrupção pentecostal na política será também um exemplo significativo da nova configuração da

²⁶⁶ CANÊDO, 2002, p.170.

política institucional brasileira. Trata-se da interseção entre o Estado e os eleitores, por meio da mediação de lideranças carismáticas religiosas que emergiram do seio do processo de politização pentecostal. Ou seja, o campo político traz configurações de longa duração que se alteraram inegavelmente: lideranças locais, lideranças sindicais, lideranças religiosas. Contudo algumas normas permaneceram estáveis, a saber: a ação política de um interlocutor, um porta-voz autorizado para representar um grupo, um mediador.

Associando esses estudos ao de Paul Freston²⁶⁷ sobre inserção dos pentecostais em um dos mais recentes momentos de reestruturação política do país, no final da década de 1980, a conclusão que daí podemos alcançar refere-se à constatação de que *o entrelaçamento da religião pentecostal e a política é não somente extremamente recente na história do país, bem como uma das partes essenciais para o funcionamento deste sistema*. No processo de conversão de capitais adquiridos em outras instancias que não necessariamente o domínio da política institucional, os políticos acabam estreitando os laços entre o universo de qual parte e o âmbito político, dessa maneira, acaba por reforçar a dependência entre eles.

A consequência disso, de acordo com a nossa hipótese, é que o sistema político se estrutura a partir de três sistemas principais: 1) suas regras próprias; 2) o intermédio de mediadores que circulam trazendo e levando os capitais simbólicos e materiais entre os grupos que representam e o Estado; e 3) a interseção simultânea com outros campos sociais, porque os mediadores também dependem do apoio de outras instâncias para converterem os capitais necessários para o seu ingresso e manutenção neste campo. São estruturas que se retem teimosamente, embora as mudanças sejam inegavelmente relevantes tal dinâmica é um veio que identificamos na história política do país, respeitando as especificidades de cada período com todas as suas características, manteve sua vitalidade ao longo de quase um século.

²⁶⁷ FRESTON, op. cit., 1993.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ser um todo coerente, a vida social é feita de diferenciais, cada um dos quais oferece uma possibilidade de mudança. São eles que permitem que uma inovação, de início insignificante e pouco definida, se generalize e, ao final, se institucionalize.²⁶⁸

Há, na trajetória de PEDRO, traços singulares que mereceram destaque ao longo da narrativa. Como exemplo do trabalho realizado por Adriana Barreto, acreditamos aqui que não somente o itinerário como o processo de construção da carreira desse sujeito possuem um caráter completamente particular. O que não impede que, por meio dessa particularidade, possamos tentar entender o social²⁶⁹. O estudo analítico sobre essas formas de atuar no mundo da política, orientando-se a partir do sentido de circulação de capitais simbólicos e materiais em uma complicada trama, possibilita ao pesquisador enxergar a complexidade imersa na particularidade de cada sistema social.

Trabalhamos poucos fios do grande novelo que é a trajetória percorrida por PEDRO. A partir dele, podemos considerar que o processo de construção da carreira política de PEDRO se desenvolveu através da aquisição e do acúmulo de capitais simbólicos e materiais indispensáveis ao ingresso na carreira política municipal. No entanto estudamos apenas uma das faces de uma prática política que se revelou complexa e distante do que se projeta idealmente. A problematização desses dados nos permitiu traçar um desenho do campo de disputas travadas em Seropédica entre 1992 e 2012.

Vimos que o potencial de metamorfose é exequível para a inserção e permanência no mundo da política. Portanto, para jogar o jogo político, é necessário que os indivíduos, primeiro entendam algumas das regras produzidas e impostas pelos agentes que possuem conhecimento sobre esse mundo social²⁷⁰, a saber, os “políticos profissionais”. No caso de PEDRO, o peso das relações pessoais, na construção da sua reputação como religioso, deve ser considerado, porque são esses os principais capitais por ele adquiridos no início de sua carreira. Em um primeiro momento, essa identidade tornou-se um capital a ser convertido para o campo político.

Contudo, além disso, o presbítero experimentou um processo de recorrentes negociações, rearranjos partidários, clivagens e disputas pela necessidade de angariar apoio

²⁶⁸ LEVI, op. cit., p. 196.

²⁶⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 561.

²⁷⁰ BOURDIEU, 1998.

político fora do período eleitoral. Este estudo microscópico da ação política desse religioso observou os momentos de transição por ele vivenciados ao longo do seu itinerário. Tentamos captar como se desenvolveu essa mudança, para tanto, descrevendo outros movimentos operados dentro de uma teia de relações que, *a priori*, pareceram sem lógica ou ordenamento, mas como buscamos mostrar possuíam regras próprias de funcionamento.

Além disso, assinalamos a inegável necessidade de adequação das regras do campo político aos movimentos de transformação resultantes da circulação dos agentes por outros campos sociais. Entre os movimentos observados, temos a politização pentecostal, que fez emergir a “pentecostalização” da política. Estudamos esses processos em Seropédica, observados a partir da realização de rituais de evangelização política. Outros trabalhos podem apresentar o mesmo processo em outras regiões do estado, bem como em outros estados do país.

Tentamos entender o sentido dado por esses atores sociais a noções, tais como “troca-troca de partidos”, “dança das cadeiras”, etc., discutimos também o papel das lideranças evangélicas na política, cuja influência não se mostrou sempre eficaz.

Constatamos, assim, que o número de votos não significa necessariamente a vitória eleitoral, pois, além de uma disputa interpartidária, os candidatos fazem parte de disputas intrapartidárias. Vimos, portanto, que os interesses próprios do campo político devem ser considerados pelos políticos. Não basta corresponder apenas aos interesses dos eleitores, mas o político deve considerar os interesses em disputa no interior do campo. A constituição de extensas redes mostrou-se não somente uma estratégia relevante para a aquisição de capitais no campo político, mas também uma estratégia importante para a manutenção do *status quo* de um determinado grupo.

Finalmente, a interseção entre política e religião tornou-se um problema social na modernidade, principalmente quando essa questão se insere no debate sobre a secularização do Estado. Uma consequência disso é quando reproduzimos a lógica simplista na crença da existência de um “voto crente”. Contudo, como vimos, as normas de ordenamento do campo não se restringem à ação de políticos evangélicos. Sem dúvida, os itinerários de personagens que criam o liame entre diferentes subespaços sociais são incontáveis também na interseção entre outros domínios com a política.

Através da construção de alguns passos da trajetória política do religioso PEDRO, procuramos mostrar que o “espírito do dom”, ordenador de relações sociais, também se projeta na política. Com efeito, sua relevância é tamanha, mesmo numa sociedade que se

entende democrática, que não depende do lugar ocupado pelo indivíduo na hierarquia social. O que na verdade determina no jogo político é o seu posicionamento no circuito de trocas.

Afinal, o caso de PEDRO nos interessou justamente pela forma dúbia como sua carreira foi construída. Em alguns momentos, ocupara o papel de liderança política local, ao passo que, na verdade, PEDRO não ocupou o cargo almejado (vereança) principalmente por causa das restrições de parte do universo religioso ao qual PEDRO se vinculava.

Se o projeto inicial de tornar-se vereador se realizou ou não, não foi exatamente essa nossa preocupação. Interessamo-nos por saber como o indivíduo conduziu o processo e quais “ganhos” obteve ao longo das tentativas.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Arquivos disponíveis em sites da internet

<http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4258496477721815::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S> Acesso em: 30 jun.2013.

<http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4258496477721815::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S> Acesso em: 30 jun. 2013.

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/144497/lei-2446-95-rio-de-janeiro-rj#art7>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm> Acessado em: 10 de maio de 2013.

<<http://www.tse.jus.br/>> Acesso em: 26 jun. 2013.

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>> Acesso em: 30 abr. 2013.

2. Matérias de Jornais

Jornal de Seropédica, Ano VI, Edição n. 127. Data: 1 a 15 de setembro de 2004, p.3.

Jornal Folha Municipal, Seropédica, 2006, Edição n° 11 – 1° a 15 de fevereiro: Destaques: Capa – “Pastor Manoel Manoel Pereira, líder de uma geração”, p. 4

Jornal Folha Municipal, Edição n° 13 – especial: Capa – “Bispo Manoel Pereira visita sede da fundação que leva seu nome, p. 3.

Jornal Folha Municipal, Edição n° 18 – 26 de maio a 5 de junho: Destaques: Capa – “Bispo Manoel Pereira comemora aniversário com culto de ação de graças”, p. 8.

Jornal Folha Municipal, Edição especial Expo Seropédica: Destaque: “Seropédica homenageia Deputado Federal Pastor Manoel Pereira”.

Jornal Folha Municipal, Edição n°81, 20 de nov. de 2008, Ano III. Capa: “Quem ama a rural vota chapa 2”; “Rural renova a Reitoria” (com a foto de Jacob Neto apertando as mãos do “bispo” Manoel Pereira); “Deputado Federal Manoel Pereira Destina recursos à Rural”; “bispo” Manoel Pereira coordena a Conferencia Global pela paz no Brasil”.

3. Entrevistas e diálogo informal com os sujeitos da pesquisa presentes nos arquivos da pesquisa

Entrevista concedida por PEDRO, em 2003. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Entrevista concedida por D. Nilza, em 2005. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Entrevista concedida por D. Alzira, em 2004. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

Entrevista concedida por Sr. Rocha, em 2004. Disponível no Arquivo de Pesquisa do “Dom ao Voto: ethos religioso e representação política na Baixada Fluminense/RJ”.

4. Transcrições de eventos acompanhados pelos pesquisadores entre 2004 e 2010

Transcrição do Showmício de campanha – 2005

Transcrição do comício de campanha – 2005

Transcrição Convenção PSC - 2006

5. Materiais de campanha política

Planfletos biográficos dos candidatos;

Singles de campanhas;

Faixas de candidatos;

Placas de candidatos e de apoios políticos;

Adesivos de candidatos com slogans de campanha; –

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia (1911-2011)*. Tese. PUC-SP: São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo brasileiro*. DIGITAL, 2012.

BAILEY, F. G. Gifts and poison. In: _____. *Gifts and poison: the politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma guerra: Estratégias, ameaças e orações. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.13, n.27, p. 49, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832007000100009>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *UFU. CAMPOS*, v.5, n.2, p. 45-64, 2004.

BEZERRA, M. O. **Em Nome das Bases. Política, Favor, e Dependência Pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. O. **Corrupção**: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Paris: Colin, 1949.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Políticas**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-182.

_____. O mistério do ministério das vontades particulares à vontade geral. In: CANÊDO, L. B. (Org.). **O sufrágio Universal e a reinvenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998. p.117-189.

_____. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **MANA**, v.2, p.2, v.7-20, 1996.

BRASIL. **Lei Complementar Estadual nº 59, de 22 de fevereiro de 1990**. Novo Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n.2, nov. 2008.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Ritos símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: _____. (Org.). **O sufrágio universal e a reinvenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira. **Cadernos CERU (USP)**, São Paulo/USP, v. 15, p. 103-130, 2004.

_____. A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político família em Minas Gerais. **Brasil Genealógico**, Rio de Janeiro, tomo IV, n. 3, p. 09-37, 2003.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições (Unicamp)**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

_____. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cadernos CEDES (UNICAMP)**, Campinas/UNICAMP, v.18, n.42, aug. 1997.

CARVALHO, José Murilo de. As Metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. A-9, 6 maio 2001a. Disponível em:

<www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DAMASCENO, C. **Segredos da Boa Aparência. Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)**. Seropédica: EDUR, 2011.

_____. “Para Chegar lá”: o dom, a graça e a economia do voto. **Rev. Univ. Rural**, Sér. Ciências Humanas, Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1, p. 08-26, jan.-jun. 2007.

DAMASCENO, Caetana; DUARTE, Tatiane. Nós do gênero: presença e participação evangélica no mundo da política. In: IX CONGRESSO DA ANPOCS, 2006. **Anais...**

Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3284&Itemid=232>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Etnografia sobre rituais de politização pentecostal e valores de gênero em um município da Baixada Fluminense/RJ. **UNIOESTE**, Ano X, n. 21, p. 117-126, 2º. Semestre 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/index>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUARTE, Tatiane dos Santos. **A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. 2011. 229 folhas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - ICS, UNB, Brasília, 2011.

FERREIRA, Cíntia Annie de Paula. **Caminhos e memórias**: uma análise antropológica de uma trajetória política. 2010. 80 folhas. Monografia (Conclusão de Curso em 2010) - UFRuralRJ, Seropédica, 2010.

_____. **Breve História do pentecostalismo brasileiro**: nem anjos, nem demônios. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 1993. 308 folhas. Tese (Doutorado em 1993) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GARCIA Jr., Afrânio. A dependência da Política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. In: **TEMPO Social**. São Paulo: USP, 2004. p. 285-300.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p.13-41.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Schwarcz, 1993, p.10.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Presença, 1973.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, 2007.

_____. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da cultura. **Estudos Históricos**, v.13,n. 24, p.227-250, 1999.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LeGOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Campinhas, 1990.

LEIVA, Pilar Ponce. Versatilidad social y poderes múltiples en la América colonial. **Nuevo Mundo – Nuevos Mundos**, Paris, n.07, p.3, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3231?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2012.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabrina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-250.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, Cultura e Política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p.29-56, 2012.

_____. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 183- 314.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa & VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1984.

NOVAES, Regina. **Milagres da multiplicação de votos.** Le Monde Diplomatique, 2004. Disponível em: < <http://www.diplo.com.br/aberto/materia.php?id=1088>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. **Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania.** São Paulo: Marco Zero, 1985.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.53, out. 2003.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado. **ANPOCS**, s/d. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_04.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Política, facções e voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 41-56

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, B. M. Alásia de. O voto como adesão. In: CANEDO, L. Bicalho (Org.). **O sufrágio Universal e a invenção democrática.** São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 453-476.

_____. Política Ambígua. In: BIRMAN, P. (Org.). **O mal à Brasileira.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1997. p.159-184.

PEIRANO, M. A análise antropológica dos rituais. In: PEIRANO, M. (Org.) **O Dito e o Feito. Ensaios de Antropologia os Rituais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.

_____. Sem Lenço e sem Documento: reflexões sobre cidadania no Brasil. **Estado e sociedade**, Brasília: EDUnB, v. 1, n. 1, p.49-64, 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Revistas Novos Estudos**, São Paulo, n. 49, p.99-117, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, CPDOC, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-212. 1992.

_____. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

REMOND, Rene. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSENTAL, Paul André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV: 1998. p. 151-172.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SCOTTO, G. Campanha de rua, Candidatos e Biografias. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 165-181.

SOUZA, Etiane C. B.; MAGALHÃES, Marionilde D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v.22, n.43, p.85-105, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VILELA, Jorge Matar. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**: estudos antropológicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 63-102.

APÊNDICE A – TABELA DE POLÍTICOS EVANGÉLICOS ELEITOS EM 2004

CANDIDATO	PARTIDO	SITUAÇÃO	Nº DE VOTOS	PORCENTAGEM
Nia (Pastor Josenias km 40)	PP	Eleito	469	1,32%
Antonio Zona Rural	PMDB	Eleito	613	1,73%
Washinton Terra	PRONA	Eleito	641	1,81%
Mauro de Brito	PFL	Eleito	663	1,87%
Oscar Goulart	PRONA	Eleito	685	1,93%
Marquinhos de Seropédica	PSC	Eleito	782	2,20%
Ezio Cabral	PFL	Eleito	878	2,47%
Paulo César – Advogado do Povo	PSC	Eleito	923	2,60%
Neuza Cezario	PSDB	Eleita	1.191	3,36%
Valtinho do Frigodutra	PSDB	Eleito	1.215	3,42%

ANEXO A –

% Evangélicos por Municípios - Brasil 2000*

Total		15,41	
76	RJ	Seropédica	35,87
111	RJ	Japeri	32,91
119	RJ	Queimados	32,63
124	RJ	Paracambi	32,26
169	RJ	Belford Roxo	30,01
174	RJ	Itaguaí	29,71
180	RJ	Guapimirim	29,56
187	RJ	Nova Iguaçu	29,11
194	RJ	São João de Meriti	28,80
248	RJ	Duque de Caxias	27,40
295	RJ	Magé	26,29
302	RJ	Nilópolis	26,17

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

*** Os municípios de Mangaratiba e Mesquita não foram considerados, já que, em 2000, ainda não eram autônomos.**

ANEXO B – RESULTADO ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 1996

Justiça **Eleitoral**
Eleições Municipais 1996
Consulta **de**
 23/07/2013 - 13:54:31 - **Resultados** **Eleitorais**
 Última atualização em: 27/10/2005 - **Dados** **sujeitos** **a** **alteração**

Resultado da Eleição - 1º turno

**UF (RIO DE JANEIRO) - Município (SEROPEDICA) -
 Cargo (PREFEITO) - Situação (TODAS) - Partido
 (TODOS)**

1~6 de 6 - Última atualização em: 27/10/2005 - Dados sujeitos a alteração

Cargo	Município	Partido	Nr.	Candidato	Votos Nominais	Situação	%/Válidos	Coligação
Prefeito	SEROPEDICA	PL	22	ALEXANDRA LOURDES DE OLIVEIRA	80	Não eleito	0,332	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PSDB	45	ANABAL BARBOSA DE SOUZA	11.288	Eleito	46,897	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PMDB	15	ZEALDO AMARAL	7.982	Não eleito	33,162	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PT	13	IRLETE BRAGA DA TRINDADE	614	Não eleito	2,551	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PFL	25	NEWTON MOREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	3.414	Não eleito	14,184	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PDT	12	HELIO PATROCIONIO LEITE	692	Não eleito	2,875	(sem coligação)

ANEXO C – RESULTADO ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 2000

Justiça **Eleitoral**
Eleições Municipais 2000
Consulta de Resultados Eleitorais
 23/07/2013 - 13:55:15 - Dados sujeitos a alteração
 Última atualização em: 27/10/2005

Resultado da Eleição - 1º turno

UF (RIO DE JANEIRO) - Município (SEROPEDICA) - Cargo (PREFEITO) - Situação (TODAS) - Partido (TODOS)

1-2 de 2 - Última atualização em: 27/10/2005 - Dados sujeitos a alteração

Cargo	Município	Partido	Nr.	Candidato	Votos Nominais	Situação	%/Válidos	Coligação
Prefeito	SEROPEDICA	PDT		GEDEON ANDRADE ANTUNES	14.480	Não eleito	49,146	PDT / PTB / PC do B / PAN / PPB / PMDB / PST / PFL
Prefeito	SEROPEDICA	PSDB	45	ANABAL BARBOSA DE SOUZA	14.983	Eleito	50,854	PSDB / PSDC / PPS / PL / PSL / PSC / PT do B

ANEXO D – RESULTADO ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 2004

Justiça **Eleitoral**
Eleições Municipais 2004
Consulta de Resultados Eleitorais
 23/07/2013 - 17:02:52 - Dados sujeitos a alteração
 Última atualização em: 06/03/2008

Resultado da Eleição - 1º turno

**UF (RIO DE JANEIRO) - Município (SEROPEDICA) - Cargo (PREFEITO) -
 Situação (TODAS) - Partido (TODOS)**

1~6 de 6 - Última atualização em: 06/03/2008 - Dados sujeitos a alteração

Cargo	Município	Partido	Nr.	Candidato	Votos Nominais	Situação	%/Válidos	Coligação
Prefeito	SEROPEDICA	PSDB	45	DARCI DOS ANJOS LOPES	12.229	Não eleito	36,989	(sem coligação)
Prefeito	SEROPEDICA	PSC	20	GEDEON DE ANDRADE ANTUNES	13.893	Eleito	42,022	PP / PMDB / PSC / PAN / PMN
Prefeito	SEROPEDICA	PDT	12	ZEALDO AMARAL	5.068	Não eleito	15,329	PTB / PDT / PTC / PC do B
Prefeito	SEROPEDICA	PSB	40	JOSE ANTÔNIO DE SOUZA VEIGA	1.191	Não eleito	3,602	PSB / PT
Prefeito	SEROPEDICA	PFL	25	REINALDO ROMANO	0	Registro negado antes da eleição	0,000	PPS / PFL / PRTB / PV
Prefeito	SEROPEDICA	PL	22	HUMBERTO BARBOSA	680	Não eleito	2,057	PSL / PL / PRP

**ANEXO E – FOTO DA CONVENÇÃO DO PSC REALIZADA EM SEROPÉDICA EM
2004**

